

CRISTIANO EMERSON DE CARVALHO SOARES

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA E ESPAÇOS
LINHA DE PESQUISA II: CULTURA, PODER E REPRESENTAÇÕES ESPACIAIS.**

**PEREIRAS E CARVALHOS: UMA HISTÓRIA DA ESPACIALIZAÇÃO DAS
RELAÇÕES DE PODER (SERRA TALHADA - PE)**

CRISTIANO EMERSON DE CARVALHO SOARES

NATAL / 2015

CRISTIANO EMERSON DE CARVALHO SOARES

**PEREIRAS E CARVALHOS: UMA HISTÓRIA DA ESPACIALIZAÇÃO DAS
RELAÇÕES DE PODER (SERRA TALHADA - PE)**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre no curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em História e Espaços, Linha de Pesquisa Cultura, Poder e Representações Espaciais, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação do Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Junior.

NATAL / 2015

Catálogo da Publicação
Biblioteca Central Zila Mamede – Setor de Informação e Referência

Soares, Cristiano Emerson de Carvalho.

Pereiras e Carvalhos: Uma História da Espacialização das Relações de Poder (Serra Talhada - PE) / Cristiano Emerson de Carvalho Soares. – Natal, RN, 2015.
147 f.

Orientador: Durval Muniz de Albuquerque Junior.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Arte – Programa de Pós-graduação em História.

1. Sertão - Dissertação. 2. Lutas entre Famílias - Dissertação. 3. Território - Dissertação. 4. Espacialização – Dissertação. I. Albuquerque Junior, Durval Muniz de Albuquerque. II. Título.

RN/UF/BCZM

CDU 908(813.4)

CRISTIANO EMERSON DE CARVALHO SOARES

**PEREIRAS E CARVALHOS: UMA HISTÓRIA DA ESPACIALIZAÇÃO DAS
RELAÇÕES DE PODER (SERRA TALHADA - PE)**

Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, pela comissão formada pelos professores:

Nome do Orientador

Nome do Avaliador Externo

Nome do Avaliador Interno

Nome do Suplente

Natal, _____ de _____ de _____

A meu pai, que através do exemplo de dedicação ao trabalho foi, e sempre será, o grande modelo da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Penso que agradecer é, acima de tudo, desarmar-se. É reconhecer nossas fragilidades e dependência de outras pessoas, principalmente nos momentos em que vamos estabelecendo conquistas em nossas vidas e tais pessoas vão passando, deixando suas valiosas contribuições.

Agradeço:

A meu querido orientador, professor Durval, que me proporcionou em cada frase que proferia durante nossa convivência, os mais belos ensinamentos para a minha vida acadêmica e principalmente para a minha vida enquanto professor e ser humano dedicado ao serviço incessante de educar;

Ao professor Renato Amado Peixoto, pelas excelentes contribuições durante o processo de qualificação deste trabalho;

Ao amigo e professor Ivaldo Marciano pelas maravilhosas conversas que me motivaram a buscar o Mestrado em História.

A CAPES que, durante dois anos, proporcionou o financiamento deste trabalho;

Aos secretários e coordenadores do Programa de Pós-Graduação em História da UFRN, pela eficiência e disposição em realizar suas funções (e até mais que elas), quando foi necessário solicitar favores que um aluno residente em cidade distante provavelmente necessitará;

Aos colegas do curso de mestrado, pelos diálogos desenvolvidos durante o período de cumprimento das disciplinas e pelas diversas colaborações, especialmente no empréstimo de materiais e indicação de fontes e bibliografia;

Aos meus amigos que foram importantíssimos desde as primeiras caminhadas para a Universidade Federal de Campina Grande quando buscávamos possibilidades de cursos de Mestrado. Jair, Cleidinha, Walter, grande irmão e parceiro de aventuras acadêmicas e

especialmente a outro grande irmão, Ednaldo, amigo de todas as horas e que dividiu cada adversidade que passamos quando da necessidade de habitar por um ano em terras potiguares;

Ao casal de amigos Ferreira Júnior e Janaína que por mais que eu viva não conseguirei retribuir essa amizade e os auxílios prestados, especialmente ao primeiro, meu professor e principal “culpado” pelo meu desenvolvimento acadêmico;

A meu pai, que durante um ano, enquanto precisei morar em Natal, assumiu o papel de pai do filho que deixei, bem como da minha esposa que grandes dificuldades passou enquanto estive fora de casa;

A meu sogro que dividiu os cuidados da minha família durante um ano de minha ausência;

A meu filho que cada vez que falava comigo ao telefone me dava mais forças para continuar estudando.

A minha mãe e tias Constância, Josiana e “Santinha” pelo apoio dado em todos os momentos;

A todos que contribuíram direta e indiretamente para a realização deste trabalho.

É preciso cavar para mostrar como as coisas foram historicamente contingentes, por tal ou qual razão inteligíveis, mas não necessárias. É preciso fazer aparecer o inteligível sob o fundo da vacuidade e negar uma necessidade; e pensar o que existe está longe de preencher todos os espaços possíveis”.

Michel Foucault

RESUMO

Do final do século XIX até as primeiras três décadas do século XX, o Sertão do médio Pajeú pernambucano e principalmente o município de Serra Talhada (Vila Bela), se transformaram em palco de uma guerra quase que secular entre as famílias Pereira e Carvalho. A ostentação de sangues e brasões em Vila Bela, acabou por contribuir para um processo de espacialização das relações de poder entre uma liderança rural, no caso dos Pereiras, e uma liderança urbana, os Carvalhos. Campo e Cidade se configuraram como territórios de conquista e manutenção de poder. O objetivo deste trabalho é analisar os conceitos teórico-metodológicos de poder e espacialização, além de território como categoria espacial fundamental para compreender o conflito entre as Famílias Pereira e Carvalho no município de Vila Bela, atual Serra Talhada, como um episódio histórico de espacialização das relações de poder no Brasil do início do século XX.

Palavras-Chave: Sertão. Lutas entre Famílias. Território. Espacialização.

ABSTRACT

The end of the nineteenth century the first three decades of the twentieth century, the average Hinterland Pernambuco Pajeú and especially the city of Serra Talhada (Vila Bela), became the scene of a war very old between Pereira and Carvalho families. The bloods of ostentation and coats in Vila Bela, eventually contribute to a spatial process of power relations between a rural leadership, in the case of Pereiras, and an urban leadership, the Carvalhos. City field and took shape as conquest of territories and maintaining power. The objective of this study is to analyze the theoretical and methodological concepts of power and spatial as well as territory as a fundamental spatial category to understand the conflict between the Families Pereira and Carvalho in the municipality of Vila Bela, current Serra Talhada, as a historical episode of spatial power relations in Brazil of the early twentieth century.

Keywords: Hinterland. Fights between Families. Territory. Spatialization.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1: SERRA TALHADA: O INÍCIO, A CHEGADA DAS FAMÍLIAS E O CONFLITO NO SÉCULO XIX	30
1.1 A PECUÁRIA NO INTERIOR DA COLÔNIA E O INÍCIO DA FAZENDA SERRA TALHADA.....	30
1.2 DA CONFIGURAÇÃO ESPACIAL: A CHEGADA DE PEREIRAS E CARVALHOS NO PAJEÚ.....	34
1.3 DA POLÍTICA ÀS QUESTÕES PESSOAIS: O INÍCIO DO CONFLITO EM SERRA TALHADA	44
1.4 A INVENÇÃO DE VILA BELA: A PRAIEIRA, A ELABORAÇÃO DO ESPAÇO URBANO E A EMANCIPAÇÃO DA CIDADE.....	49
CAPÍTULO 2 – DO CAMPO PARA A CIDADE: PEREIRAS E CARVALHOS NO SÉCULO XX	69
2.1 O CONFLITO URBANO: CORONEL ANTÔNIO PEREIRA X MONSENHOR AFONSO ANTERO PEQUENO E A MORTE DE MANUEL PEREIRA MARANHÃO (1905)	69
2.2 DO ASSASSINATO DE MANUEL PEREIRA DA SILVA JACOBINA “PADRE PEREIRA” (1907)	75
2.3 29 DE MARÇO DE 1908: A BATALHA DA VILA DE SÃO FRANCISCO	79
2.4 OS PEREIRAS, OS CARVALHOS E O CANGAÇO	88

CAPÍTULO 3 - SOCIEDADE AGRÁRIA X CAPITAL: A CIDADE COMO ESPAÇO DAS RELAÇÕES CAPITALISTAS	101
3.1– DO IMPÉRIO A REPÚBLICA: A ASCENÇÃO DOS POVOADOS, O DOMÍNIO DOS CARVALHOS E A INVENÇÃO DE QUEIXADA (MIRANDIBA).....	101
3.2 – VILA BELA DOS CARVALHOS: O NOMADISMO COMO MÁQUINA DE GUERRA DOS PEREIRAS.....	112
3.3 - PEREIRAS E CARVALHOS: AS POLÍTICAS DE APAZIGUAMENTO, O FIM DO CONFLITO E A CARTOGRAFIA DO MORTICÍNIO.....	120
CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
FONTES	143
BIBLIOGRAFIA	145

INTRODUÇÃO

As experiências humanas no presente são partes das respostas que se obtêm quando se interroga o passado. Assim são elaboradas as questões que envolvem uma série de incômodos inerentes ao historiador, que busca no passado as explicações para os vários elementos que constituem o seu cotidiano.

Em 03 de abril de 2014, o Diário de Pernambuco, um dos principais jornais do Estado, destacava a seguinte manchete: “Faroeste moderno: Briga de família é principal hipótese por trás de onda de homicídios em Serra Talhada” (Diário de Pernambuco, 03 de abril de 2014). É apresentada nesta reportagem, a situação dos casos de homicídios que marcaram a cidade de Serra Talhada nos três primeiros meses do ano de 2014. Neste período o comando do policiamento de Pernambuco, registrou o número de 18 homicídios no município, sendo este, o segundo pior início de ano da história da cidade, contribuindo para que ela continue aparecendo midiaticamente quase sempre atrelada a casos de violência.

Foi nessa Serra Talhada em que nasci e me criei, ouvindo e vendo, frases e acontecimentos que reproduziam, por parte de seus elaboradores, discursos pretensamente sertanejos. Discursos de posse, de “macheza”, de moral, de vingança, de ostentação de sangues e brasões e principalmente de valorização do espírito clânico. Tais discursos vieram a marcar a minha infância e adolescência, de modo que eu não poderia deixar de, na condição de historiador, buscar as explicações para uma sociedade tão marcada, em seus discursos, por estes elementos, que ajudaram a consolidar o estigma da valentia do sertanejo, do “cabra macho” e personificada em sujeitos como Senhor Pereira, Virgulino Ferreira da Silva (o Lampião), entre outros.

A intenção de desenvolver este trabalho, dentro de uma metodologia e compromisso com a pesquisa científica, nasceu precisamente no décimo oitavo dia do mês de abril do ano de dois mil e oito, quando em minha casa, minha mãe é informada ao telefone que um dos seus primos, João Pereira de Carvalho, havia sido assassinado na casa de uma das suas tias. Neste dia, uma frase me marcou decisivamente, gerando os incômodos que resultam neste trabalho. Ao chegarmos a casa e vendo ainda as mulheres lavando o sangue no chão da garagem, uma das minhas tias, aos prantos, exclamava: Eu disse! Eu disse a ele que Carvalho não se mete em briga de Pereira.

A partir de então, passei a elaborar um conjunto de problemas para aquela situação. Vi-me, naquele momento, na condição de historiador recém-formado na graduação e precisava contar o porquê daquela frase ter me marcado tanto, “Carvalho não se mete em

briga de Pereira”. Todas as experiências que vivi em Serra Talhada desde a infância e dentro da própria família, agora chegavam ao auge. Era o momento de se interrogar o passado, elaborar os problemas e construir cientificamente a narrativa dos fatos que constituem a história do município e da sociedade serratalhadense.

Muitos são os exemplos de famílias que protagonizaram conflitos quase que intermináveis no sertão, neste caso estamos falando de um conflito entre os Pereiras e os Carvalhos, dois grupos familiares que desde o século XVIII assumiram o papel de mandatários na região do Pajeú, localizada entre os Estados de Pernambuco, Ceará e Paraíba.

Carvalhos e Pereiras, cada um dos grupos familiares defenderam aquilo que tinham de mais sagrado, segundo eles próprios, representado em seus nomes, seus brasões, sua honra, sua moral e principalmente seu sangue. A palavra sangue teve no sertão o seu sentido ampliado, para justificar o apego daqueles homens às suas famílias. Mais do que o seu sentido literal, sangue tem a conotação de hereditariedade, ganhando uma “pitada” de sublimidade representada no gesto tão marcante em bater nas veias do braço para se referir aos seus irmãos, primos, genitores, etc. Assim, qualquer ação que viesse a ser provocada contra a honra ou a moral da família ganhava proporções incomensuráveis, pois a agressão não se dava apenas a um indivíduo, mas a alguém que carrega em suas veias o mesmo sangue dos seus familiares, todos tinham a obrigação de honrar o nome da família e fazer valer a sua justiça.

Querer estudar o comportamento dos indivíduos em sociedade, só do exterior, observando nos gestos e sinais nada além daquilo que se pode observar e registrar, “é negar todo um lado da realidade social que constitui um conjunto de fatos tão verdadeiros e tão reais quanto os que podem observar do exterior” (ROCHER, 1976, p. 30). Neste sentido, a história se torna uma ciência imprescindível à compreensão da organização social, pois “todo fenômeno social ocorre sempre e necessariamente em um contexto histórico e, além disso, a história é sempre história de sociedades” (VILA NOVA, 2009, p. 36).

O estudo científico da sociedade demanda não a simples apreensão dos fenômenos sociais através da observação, mas, sobretudo, a sua compreensão através da participação. Os eventos históricos tratados neste trabalho, bem como seus desdobramentos no sentido de se elaborar uma espacialização das relações de poder, são resultados da minha própria vivência em Serra Talhada. Não busquei a história dos eventos que envolveram o conflito entre Pereiras e Carvalhos por mera observação dos fatos, sou descendente direto das duas famílias, cresci em meio à intensidade do parentesco e da consaguinidade, porém, no que diz respeito à pesquisa, não serei nem Pereira, nem Carvalho, mas historiador.

Objetiva-se neste trabalho, estabelecer uma discussão acerca das condições de produção da espacialização das relações de poder das famílias Pereira e Carvalho no sertão do Pajeú pernambucano. Centro-me na hipótese de que tal processo de espacialização deve ser entendido como um conjunto de esforços que somente poderiam ser desenvolvidos, em Serra Talhada a partir do final da década de 1840, vindo a se consolidar até as primeiras três décadas do século XX.

A extensão do recorte temporal estabelecido aqui acontece, por entendermos que o processo de espacialização tem como objetivo, criar uma referência espacial para um determinado objeto, evento ou personagem social, isto é, não deve ser encarado como um fato dado, mas, como um processo histórico gradativo, na medida em que suas bases, em Serra Talhada (Vila Bela) e em todo Pajeú, se firmam ao longo de um intervalo de tempo. Dessa forma, o problema temporal deve ser entendido como o período de elaboração de uma territorialidade, onde cada grupo familiar buscava as condições materiais favoráveis para a sua organização e reorganização social, em termos de relações com o espaço.

Por esta hipótese entendo que tais esforços fizeram parte de uma estratégia destinada a consolidar o poder de uma organização familiar em Serra Talhada e adjacências, os Pereiras, representantes da elite agrária e envolvidos politicamente com o Estado português. A partir do apoio político central e das relações sociais estabelecidas no Pajeú, a família Pereira inventa, inclusive, o próprio Município de Vila Bela, que era assim chamado entre os anos de 1851, ano de sua emancipação, até 1939 quando voltou a ser chamado de Serra Talhada. Por outro lado temos os Carvalhos, que embora tenham se estabelecido, na segunda metade do século XVIII, no campo, desviaram suas atenções econômicas para a atividade comercial e a partir do início do século XX estabeleceram suas bases de poder no espaço urbano vilabelense, espaço que hoje é reconhecido como grande polo econômico do Estado de Pernambuco.

A família Pereira se estabeleceu nas proximidades da Fazenda Serra Talhada ainda no século XVIII, quando a atual cidade figurava como zona rural da cidade de Flores, principal Comarca do interior pernambucano. Neste período enraizaram seus interesses agrários no aparelho de Estado português através do processo de concessão de sesmarias, durante o período colonial da história do Brasil. O grupo familiar que protagonizou a elaboração do espaço vilabelense, consolidado a partir de 1851, veio a se estabelecer no sertão pernambucano, em meados do século XVIII, na fazenda Inveja, atual Bom-Nome, distrito do município de São José do Belmonte.

A organização dessas condições, a partir da ocupação das terras no interior da colônia permitiu a esta organização familiar desenvolver um processo de territorialização, ou seja, de

elaboração de uma referência espacial, a partir das relações sociais, bem como de um discurso de unidade espacial. Inventar-se, portanto, o que Macedo (1975) chama de “o sertão dos Pereiras”, se referindo a microrregião do sertão de Pernambuco que é banhada pelo rio Pajeú, um dos afluentes do rio São Francisco.

A família Carvalho, por sua vez, se estabeleceu em Pernambuco, a partir da Fazenda Panela D’água, atual município de Floresta, ali chegaram em meados do século XVIII e, da mesma forma, articularam seus interesses de modo a consolidar sua referência espacial. O objetivo era a elaboração de um espaço concebido a partir das relações de poder com outras famílias da região, a esse espaço relacional chamamos de território.

O espaço é entendido aqui como lócus da reprodução das relações sociais, é configurado pelas práticas que demonstram regularidades no seu modo de existir, sustentado nas práticas sociais diretamente vividas entre os sujeitos sociais, que lhes dão sentido, significado e geram representações neste e deste espaço. As representações espaciais são as bases motivadoras da configuração territorial, sentido pelo qual as forças que se opõem constituem espaços próprios e se estabelecem em territórios. Estes, por sua vez, são entendidos como espaços elaborados por via das relações que denotam conflito entre poderes, da mesma forma que as sociedades produzem bens, mercadorias, obras, pensamentos e eventos diversos, produzem também seus espaços.

Ante a intenção de análise de um processo de espacialização das relações de poder das famílias Pereira e Carvalho na região do Pajeú, recorreremos ao conceito de território como categoria espacial indispensável para a construção da abordagem que pretendemos.

O território é entendido no seu sentido mais amplo, não somente como espaço pertencente a um país, a uma unidade político administrativa, mas como um conceito de espaço de vivência de atores sociais, que por meio de suas estratégias, influenciam na produção do espaço. Para Santos (2002), o território é configurado a partir das técnicas utilizadas pelos sujeitos sociais que por meio delas constroem, reconstroem e ressignificam o espaço territorial, pelos meios de produção, pelos objetos e coisas, pelo conjunto territorial e pela dialética do próprio espaço, isto é, as relações de poder entre os sujeitos que habitam determinado espaço, constitui as bases para a configuração deste espaço.

Dáí surge o território, resultado da impressão do poder no espaço, territorializado pelo sujeito territorial e que é movido pela intencionalidade que promove o processo de elaboração de um espaço. Neste sentido, espacialização e território são conceito e categoria fundamentais para a proposta de análise das relações de poder entre Pereiras e Carvalhos no atual município de Serra Talhada - PE.

Embora sejam encontradas, sob nossa ótica, limitações em suas proposições, a obra *Por uma Geografia do poder*, de Claude Raffestin, é uma importante referência para a construção do nosso conceito de território. Tais limitações estão na concepção de espaço como algo dado, um mero ponto de partida. Raffestin considera o espaço como receptáculo, de certa forma, ‘dado’ como se fosse uma matéria-prima, como se preexistisse a qualquer ação. Um local de possibilidades onde a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática.

Negar a utilização da concepção de território apresentada por Raffestin, não implica dizer que não possamos dialogar com o autor e utilizar algumas de suas proposições. A principal contribuição de Raffestin, e a pertinente para este trabalho, é a proposição de uma abordagem relacional do território, na qual ele é indissociável do poder. Tomando esta proposição como referência, partimos do princípio de que toda relação de poder desempenhada por um sujeito no espaço produz um território. A intensidade e a forma da ação de poder nas diferentes dimensões do espaço originam diferentes tipos de territórios.

A dominação e a influência de um ou mais atores sociais, neste caso, os indivíduos ou os grupos familiares, são elementos fundamentais para o entendimento da elaboração territorial. Desta forma, assumimos que, dependendo dos objetivos dos sujeitos que produz o território, a ação de poder pode configurar apropriação, dominação ou influência (SOUZA, 2003). As relações de poder são as forças delimitadoras e definidoras do território, um campo de força, uma teia ou rede de relações sociais a par de sua complexidade interna, que define ao mesmo tempo um limite, uma relação de alteridade, a diferença entre nós e os outros.

Os conflitos e contradições inerentes às sociedades e, neste caso, entre Pereiras e Carvalhos, têm uma íntima relação com a constituição de territórios, pois o território está, igualmente, presente em toda a espacialidade social ao menos enquanto o homem também estiver presente, portanto está repleto desses conflitos e contradições das sociedades. Compreendo que essas relações de poder são desempenhadas pelos sujeitos que produzem o espaço e tem objetivo de criar territórios, aos quais denominamos sujeitos territoriais (BRUNET, 2001).

Ao exercerem seu poder no espaço para a criação de territórios, Pereiras e Carvalhos promoveram o processo de territorialização na medida em que estabeleceram uma configuração espacial a fim de atender aos interesses de seu grupo familiar. Neste sentido, os Pereiras do Pajeú, vindos do Ceará se territorializaram na parte mais ao norte do sertão pernambucano até a parte central, onde está localizada hoje Serra Talhada. Já os Carvalhos, vindos então da Bahia, estabeleceram se territorializaram na parte mais ao sul do sertão

pernambucano até a parte central, também na área que corresponde hoje ao município de Serra Talhada. Ou seja, Serra Talhada, antiga Vila Bela, foi o eixo pelo qual lutaram e se relacionaram Pereiras e Carvalhos no Pajeú pernambucano. A família Pereira enquanto liderança historicamente rural e a família Carvalho apropriando-se do espaço urbano vilabelense por meio da atividade comercial.

Há de se atentar, no sentido proposto aqui, que todo espaço geográfico é social. As ações e os objetos são indissociáveis e não podem ser considerados separadamente, pois desta forma não têm sentido. Ou seja, são as relações sociais que elaboram e constituem os espaços ditos geográficos. Em Serra Talhada, a família Pereira, por exemplo, lançou mão de articulações com demais famílias do Pajeú, a fim de que fossem construídos os casarios do centro da cidade, estes serviram de justificativa para a oficialização e criação de Vila Bela como município e sede de Comarca em 1851. Portanto, antes da existência do espaço físico vilabelense, já existia um espaço das relações sociais entre grupos familiares, cujas articulações e interesses políticos proporcionaram a elaboração do espaço da cidade.

É importante atentar, neste sentido, para o processo de desterritorialização-reterritorialização que sofrem ao longo do tempo as famílias Pereira e Carvalho, que acontece na medida em que, partindo das relações de poder um dos grupos em desvantagem desvia suas atenções e intenções sociais a fim de se estabelecer em outro espaço. Os Carvalhos, por exemplo, entre o final do século XIX e início do século XX promoveram a sua reconfiguração espacial, desterritorializando-se do campo e, ao investir na atividade comercial, se reterritorializando na cidade articulando seus interesses de modo a garantir a manutenção do poder naquele espaço.

Já para os Pereiras, levando em consideração que o espaço urbano que eles idealizaram estava dominado pelos Carvalhos, a ordem foi desterritorializar-se daquele espaço e não mais assumir territorialidade, isto é, ao perderam o controle do espaço urbano de Vila Bela na primeira década do século XX, as lideranças Pereiras assumiram a prática do nomadismo como máquina de guerra e principal alternativa ao domínio dos Carvalhos na Cidade.

Segundo Deleuze e Guattari (1980), a nomadologia é uma arquitetura inventiva que prenuncia o exercício da micropolítica em campos e territórios hegemônicos através do dispositivo da resistência e do agenciamento como máquinas de guerra. Tal nomadismo constitui-se como elemento subversivo, irreduzível e contraposta aos aparelhos de Estado que exprimem poder, controle e referencialidade unitária. Neste sentido e de acordo com a nossa proposta de análise da espacialização das relações de poder entre Pereiras e Carvalhos,

entendemos que a partir da primeira década do século XX, momento em que o espaço urbano de Vila Bela estava sob o domínio da família Carvalho, as estruturas que favoreciam as relações naquele espaço, bem como, o próprio espaço, isto é, a cidade, representavam a referencialidade unitária e exprimiam o poder e o controle daquela organização familiar sustentada inclusive, pelas relações estabelecidas com as representações políticas do aparelho de Estado do governo pernambucano.

Tal estrutura de exercício de poder dos Carvalhos no espaço urbano vilabelense motivou uma arquitetura inventiva por parte dos Pereiras, no sentido de contraposição e subversão irreductível àquela situação de perda de hegemonia, estabelecendo assim, o que chamamos de máquina de guerra dos Pereiras contra os Carvalhos, apoiada no nomadismo, ou seja, a vida dedicada ao cangaço em que a falta de território, o deslocamento rápido, os ataques e as fugas constantes eram a garantia de uma sobrevivência e a representação da micropolítica em campos onde os Pereiras não possuíam a hegemonia. Esses campos eram as redes interligadas dos não-lugares, que só poderiam ser estabelecidos a partir de dois elementos fundamentais para garantirem o sucesso da vida nômade, a resistência e o agenciamento.

A resistência se expressava nas próprias ações dos cangaceiros Sebastião Pereira e Luis Padre, que em deslocamento incessante entre fazendas e vilas do Pajeú, atacavam e destruíam os meios de produção dos Carvalhos, que financiavam o conflito contra os Pereiras e garantiam o seu domínio no espaço urbano de Vila Bela. Após cada ataque, os cangaceiros precisavam de um deslocamento eficiente e apoio por onde passavam, é nesse momento que entra a importante figura do “coiteiro”, sertanejos camponeses e até membros de uma elite agrária em declínio que davam apoio e cobertura necessários para manter o modo de vida nômade daqueles indivíduos, agenciando-os em cada investida contra as transformações promovidas pelo novo modo de vida do Pajeú e principalmente de Vila Bela, o modo de vida urbano-capitalista. Nesse sentido, somente há uma postura nômade quando existe a capacidade de criar novos territórios de agenciamento de tal modo que se reterritorializar culmine no movimento intenso de desterritorializar a própria existência.

Para Deleuze e Guattari (1980, p. 471) “a máquina de guerra é invenção dos nômades”. Nessa direção, compreende-se que uma máquina de guerra é sempre exterior às diversas formas de Estado surgidas ao longo da história; compreende-se que a máquina de guerra está associada aos estilos de vida nômade e à fabricação dos estratos políticos de subjetivação que agenciam a multiplicidade presente no dinamismo da vida para torná-la entidade fixa, idealidade que copia em série as particularidades dos entes, estamentos de

permanência, variedade e multiplicação. Em suma a nomadologia como máquina de guerra é a representação de um poder exterior em resistência a outro poder hegemônico e interior as estruturas que o mantém, como o Estado e as relações sócio-econômicas estabelecidas pelo grupo que exerce esse poder.

Weber (1991) entende poder como a possibilidade de um sujeito ou de um grupo de sujeitos de realizar sua própria vontade numa ação comunal, mesmo contra a resistência de outros que participam da ação. Neste sentido entendo que a construção do poder da família Carvalho em Serra Talhada, só foi possível a partir do momento em que se discutia a construção do espaço urbano, isto é, os Carvalhos só passaram a representar uma ameaça aos Pereiras, quando Serra Talhada é elevada à categoria de município e sede da Comarca, desmembrada de Flores em maio de 1851 e chamada, a partir de então, de Vila Bela.

Tal processo de emancipação, liderado pela família Pereira, foi defendido politicamente, pela localização geográfica de Serra Talhada (Vila Bela), que acabou favorecendo a uma importante atividade comercial no sertão do Pajeú. Desse modo, ao adotarem o comércio como principal atividade econômica, os Carvalhos acabaram por transformar a guerra entre as famílias num conflito entre campo e cidade, conflito no sentido proposto por Oliveira (1997), quando a competição assume características de elevada tensão social. Nas décadas de 1910 e 1920, o espaço urbano de Vila Bela foi se transformando em território dominado pelos Carvalhos.

As relações espaciais desenvolvidas no sertão do Pajeú entre Pereiras e Carvalhos, são tomadas, no sentido proposto por Durval Muniz de Albuquerque Júnior, como relações políticas, para este autor, os discursos sobre o espaço são discursos da política dos espaços, o qual resgata “para a política e para a História o que nos aparece como natural” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999, p. 25). O espaço sertanejo “pajeuense”, e principalmente o espaço serratalhadense são, portanto, frutos não de uma naturalidade, mas de construções históricas e discursivas inseridas nas relações entre Pereiras e Carvalhos.

Discursos e imagens são formados sobre o espaço do sertão do Pajeú e da cidade de Serra Talhada, muitas vezes com o intuito de confirmar os estereótipos da valentia, da macheza, etc. No entanto, o problema a ser discutido é o porquê e com quais interesses estas imagens e estes discursos foram formados no interior de relações de poder, onde grupos familiares que atuaram na sociedade serratalhadense e (ou) vilabelense, protagonizaram lutas que resultaram na elaboração de referências espaciais e na construção do status de sujeitos sociais, isto é, da “posição ocupada pelo indivíduo na sociedade” (OLIVEIRA, 1997, p. 47).

No âmbito da historiografia das relações de poder e da estrutura social com referência aos processos de espacialização, a filosofia “foucaultiana” apresenta uma série de perspectivas que consideramos fundamentais e que vão ao encontro da proposta deste trabalho, pois como diz Foucault, uma sociedade sem relações de poder é uma abstração.

A estrutura social seria atravessada por múltiplas relações de poder, que não se situam apenas em um local específico, como no aparelho de Estado, por exemplo, mas que são próprias do corpo social, penetrando nossas práticas cotidianas. Não havendo a tão imaginada imposição de poder de cima para baixo, do macro para as micro-relações, por parte do Estado ou grupo social dominante. O que existe é uma relação bem mais complexa, elaborada nas mais básicas relações sociais, ou seja, uma microfísica do poder.

O que me interessou na produção deste trabalho é a possibilidade de construção de uma análise do poder como prática social, historicamente constituída e se ressignificando em múltiplas formas de exercício na sociedade.

Parti do princípio de que o mais importante a se interrogar seriam os desdobramentos das ações de construção desse poder, seus mecanismos, seus efeitos, suas relações e as diversas formas com as quais se exercem a níveis diferentes da sociedade, em domínios e extensões tão variadas. E ainda, se a análise do poder ou dos poderes, bem como suas relações entre Pereiras e Carvalhos em Serra Talhada, podem ser pensadas tão somente como efeito das questões econômicas.

As relações de poder vividas em Serra Talhada (Vila Bela) entre Pereiras e Carvalhos, foram marcadas pela existência do poder simbólico, e através dele, os grupos dominantes receberam os benefícios de um capital simbólico que foi disseminado e reproduzido por meio de instituições e práticas sociais, que lhes possibilitaram o exercício do poder.

Essa série de sistemas de comunicação que possibilitaram a relação entre os grupos de atores sociais das famílias Pereira e Carvalho é entendida como o processo de consolidação do habitus, o conhecimento adquirido, um conjunto de impressões pelo qual se indica a disposição incorporada e quase postural daqueles agentes, os princípios geradores e organizadores de suas práticas, captados no momento da sua ação. Trata-se das práticas que denotam uma regularidade no cotidiano do espaço social do sertão do Pajeú.

O espaço serratalhadense foi, portanto, em seu âmbito rural ou urbano, configurado para representar o domínio de um determinado grupo de atores sociais envolvidos nos arranjos de relações de poder. O habitus desta sociedade compreende a série de práticas e impressões históricas depositadas nos corpos individuais e nos comportamentos dos seus

atores sociais, que de alguma forma vivenciam ainda hoje as permanências destas relações sociais na cidade de Serra Talhada.

Assumimos neste trabalho a ideia de que o território possui duas dimensões internas de análise: a dimensão material e a dimensão imaterial (FERNANDES, 2005). Essas duas dimensões são indissociáveis na construção dos territórios. A dimensão material diz respeito à área do território, aos objetos geográficos inseridos na relação influenciados /dominados/ apropriados pelo sujeito territorial. A dimensão imaterial corresponde às estratégias dos sujeitos para a construção de um território. São as ações, representações espaciais criadas, a disputa de forças com outros sujeitos, as ideologias e os discursos, posicionamentos políticos, manifestações e outras formas imprimir o poder.

As dimensões material e imaterial são indissociáveis, pois a dimensão imaterial assegura a conquista, manutenção e expansão da materialidade do território. Nesse sentido, o discurso faz parte do território. Essa relação entre território e discurso se dá, através das visões de mundo ou presunções ideológicas, metafóricas ou metafísicas e os modos com que essas representações são organizadas em esforços para justificar a ação do poder e que alguns discursos emergem como dominantes ou hegemônicos e se tornam consenso, como a ideia corriqueira da passagem dos séculos XIX e XX de que o sertão do médio Pajeú tinha dono, era o sertão dos Pereiras.

A noção de território imaterial, utilizada neste trabalho, perpassa a ideia dos processos de elaboração das redes de ajuda mútua entre famílias afins, isto é, o processo de configuração territorial é apresentado como estruturado a partir da organização entre famílias polos e famílias satélites. As redes, aqui apresentadas são formadas pelo conjunto de famílias ligadas por interesses em comum. Surgem como novos elementos na configuração dos territórios, sendo possível falar de territórios-rede (HAESBAERT, 2006), marcados pela descontinuidade e pela fragmentação que possibilita a passagem constante de um território ao outro.

Considera-se a relação entre famílias polos e famílias satélites, a partir do momento em que se pretende pensar tais relações, inseridas na concepção de espaço material e imaterial. Isto é, quando falo da posse de terra, significa dizer que o poder inerente dessa terra, proporcionava à família mandatária na região, a construção de uma rede de famílias dependentes, que através da necessidade do trabalho nas fazendas dessas famílias polos, viviam protegidas por estarem localizadas no âmbito do território material. Construía, normalmente, suas casas nos arredores da casa grande, formavam pequenas comunidades protegidas naquele espaço, vivendo e usufruindo do território material configurado pela família polo.

Em se tratando do espaço imaterial, as famílias menores formavam a rede de relações sociais construída pela família polo, buscavam benefícios que garantissem sua sobrevivência no sertão. Arranjos políticos, troca de favores, direitos sociais básicos como saúde e educação estavam ligados às articulações das famílias polos com as esferas maiores de governo, bem como a relação de respeito, obediência e defesa dos grupos familiares.

Nos territórios-rede são mais comuns relações de poder que denotam influência. Na medida em que a área (extensão) nem sempre é importante para todos os sujeitos territoriais, pode ser que lhes interesse a influência sobre os pontos para a elaboração de redes, ou então os outros sujeitos (a mão-de-obra, os consumidores, fiéis, eleitores etc.)

No caso das relações de poder entre Pereiras e Carvalhos em Serra Talhada (Vila Bela), podemos dizer que ambas as famílias constituíram sua zona de influência, sendo essa própria zona o território imaterial, ao qual nos referimos, isto é, os espaços rural e urbano representam respectivamente o território material conquistado por Pereiras e Carvalhos. O território imaterial consiste no arranjo político-social de compadrios, casamentos, entre outros acordos, que denotam uma relação em rede e o estabelecimento do assim chamado território-rede para a manutenção do poder.

No final do século XIX, Pereiras e Carvalhos, já haviam, portanto, estabelecido seu território material, vastas propriedades que serviram de base para a sustentação da rede de influências que representam o território imaterial, parentes e aderentes prontos para a defesa do nome, da honra, do brasão e principalmente do sangue. Este cenário se tornou propício para o surgimento de grupos armados que serviram para a defesa e conflito entre as famílias em Serra Talhada (Vila Bela).

Ante a necessidade de se oferecer respostas à questão do poder na relação entre as famílias Pereira e Carvalho no município de Serra Talhada, precisamos pensar que o poder não se manifesta pelo sentido da propriedade, como se uma organização familiar tivesse se apropriado do poder. O poder representa antes de qualquer outra coisa uma estratégia, e seus efeitos não são atribuídos a uma apropriação, mas a disposições, a manobras, táticas, técnicas e funcionamentos. Ele se exerce mais do que se possui, não é o privilégio adquirido ou conservado do dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas.

Em se tratando da análise das formas em que se constitui o poder, rompemos aqui, assim como fez Foucault, com a ideia de localização, onde o poder seria poder de Estado. O poder não parte do Estado e nem está localizado em nenhum ponto específico da estrutura social, ele possui existência própria e formas específicas ao nível mais elementar. O próprio Estado aparece como efeito de conjunto ou resultante de uma multiplicidade de engrenagens e

de focos que se situam num nível bem diferente e que constituem por sua conta como uma microfísica do poder.

O objetivo aqui, e em consonância com as concepções de poder em Foucault, é deslocar o foco das discussões sobre o poder da análise descendente para a ascendente. Isto é, o poder não parte do Estado em direção às outras camadas subordinadas a este. O poder estaria subordinado a um modo de produção, tal como uma infraestrutura e se mostra de modo operatório, por via de uma relação.

Sabemos que as relações de poder não se encontram em posição de exterioridade com respeito a outros tipos de relações. As próprias relações sociais estabelecidas entre as famílias em Serra Talhada prescrevem dinâmicas que deram suporte ao poder do Estado no interior pernambucano, e não de maneira a se colocarem como elementos passivos da ação do Estado, como meros receptáculos do poder, pelo contrário, se tratavam de elementos ativos na construção das relações de poder.

A relação de poder é um conjunto das relações de força, que passa tanto pelas forças dominadas quanto pelas dominantes, ambas constituindo singularidades. O dominador investe, passa pelos dominados e através deles, estes, por sua vez, em sua luta contra esse poder, apoiam-se nos pontos que afetam aqueles que exercem de um lugar privilegiado o poder. Pereiras e Carvalhos constituíram não uma relação entre dominante e dominado entre si, mas uma rede de relações onde um conjunto de famílias orbitava em torno do poder proporcionado pelas duas famílias polos. As famílias satélites se apoiavam em elementos do poder das famílias polos para fazerem usufruto de benefícios oriundos das relações com essas famílias.

Entendo, analisando as relações de parentesco na sociedade em questão, que o poder não age tão somente por via da repressão. O poder é capaz de assumir um caráter produtor de relações, a repressão seria, inclusive, uma ameaça a manutenção deste poder, pois poderia despertar articulações, por parte dos dominados, para sua destruição. O que há além de um caráter repressivo no poder, é uma elaboração de negociações entre dominantes e dominados, um jogo de interesses que sustenta a situação de obediência e garante a manutenção do poder e seus desdobramentos. Foucault explica que o que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso.

Analisando as relações sociais no sertão do Pajeú entre os séculos XIX e XX é possível estabelecer uma leitura do poder independente da lei. A legalidade é uma das formas de expressão do poder, onde o grupo dominante apenas a utiliza a seu favor, para a

manutenção do que Foucault chama de “a guerra em ato” na relação contra os dominados. A lei não seria resultado do conflito entre grupos ou classes sociais, ela é o próprio conflito, exatamente como o poder não é uma propriedade adquirida pela classe ou grupo dominante, ele se expressa como um exercício de sua estratégia de manutenção do poder.

É importante atentar, no sentido proposto por este trabalho, que se existe o poder das leis, das instituições ou das ideologias é porque existe o princípio das relações de poder entre indivíduos. As estruturas ou mecanismos de poder existem na medida em que uns exercem poder sobre os outros. Nessas relações e principalmente em se tratando de uma sociedade onde as parentelas têm um papel central, como a do sertão do Pajeú, no período estudado, o exercício de poder se configura quando há ação sobre ações.

Foucault sugere que viver em sociedade é, de qualquer maneira, viver de modo que seja possível alguns agirem sobre a ação dos outros. Diferentemente de uma relação de violência que age sobre um corpo, forçando, submetendo, quebrando, destruindo ou fechando outras possibilidades de ação, uma relação de poder se articula sobre elementos em que o outro seja reconhecido e mantido até o fim como sujeito de ação e que se abra, diante da relação de poder, todo um campo de respostas, reações, efeitos, invenções possíveis.

Só seria possível, portanto, analisar as relações de poder entre Pereiras e Carvalhos no sertão do médio Pajeú pernambucano, e ainda, o processo de elaboração de uma referência espacial dessas relações, se levássemos em consideração que o poder se exerce, antes de qualquer coisa, na relação entre indivíduos, podendo ou não prescrever objetivos de algum grupo social, e só podendo ser entendido de forma ascendente, como na elaboração foucaultiana da microfísica do poder.

As produções historiográficas que se dedicam às análises da estrutura política do Brasil durante as primeiras décadas da República utilizam comumente, o conceito de oligarquia para explicar o arranjo político de então. Porém, entendo que o conceito de organização familiar se torna mais eficiente para trabalhar os problemas peculiares à história política do sertão do médio Pajeú pernambucano e em especial do município de Serra Talhada, já que nos permite apontar as peculiaridades das estruturas espaciais e dos arranjos de poder, permitindo medir, por exemplo, como essas organizações constituíam estratégias de atuação de longo prazo, ou como esse sistema, pôde ser adotado por outras organizações familiares que se articulariam no espaço “pajeuense” a fim de lançar sua proposta de organização espacial e de controle do poder.

A necessidade de se compreender as diversas abordagens em torno da construção do conceito de espaço deve ser encarada, pela discussão a que se propõe este trabalho, como base

fundamental para o entendimento das relações sociais. Sendo que nosso ponto de partida é a ideia de que estas relações acontecem inseridas num determinado espaço social.

Comungar do controle do aparelho provincial possibilitava às organizações familiares dispor dos recursos de uma unidade territorial e fazer chegar a esta mesma unidade, os recursos barganhados por seus representantes junto ao Governo central.

Do final do século XIX ao início do século XX, o conflito ganha proporções maiores e se justifica, do ponto de vista a que se propõe este trabalho, como um conflito entre campo e cidade, na medida em que Serra Talhada, agora Vila Bela, se torna a sede da comarca e principal centro comercial da região. Tal atividade econômica foi utilizada pelos Carvalhos de modo a garantir seus interesses urbanos e propiciar uma maior capacidade de neutralizar as ações políticas dos Pereiras no espaço urbano vilabelense.

Pereiras e Carvalhos viriam, portanto, a protagonizar uma das maiores rivalidades entre famílias da história do Brasil, uma verdadeira guerra que durou entre a segunda metade do século XIX e as primeiras três décadas do século XX. Vindo a cessar com o esgotamento econômico dos Pereiras e através das políticas de apaziguamento empreendidas por lideranças locais como Izidoro Conrado e Methódio de Godoy, além da interferência de lideranças como o padre Cícero do Juazeiro, por vezes utilizado pelo Estado, inclusive a nível federal, para intermediar as situações de instabilidade no Nordeste das décadas de 1920 e 1930.

Pereiras e Carvalhos, em suas hostilidades, foram capazes de formar uma estrutura de proteção sustentada na ação de grupos armados, eram as bases daquilo que se reconhecera posteriormente como cangaço que recebeu em seu seio, homens decididos a derramar sangue por onde passavam, sustentando a sede quase insaciável de justiça feita pelas próprias mãos e mantendo fortes os laços de consaguinidade. O sentimento de vingança e de proteção da honra da família, tornou-se peça fundamental para a compreensão dos motivos que fizeram com que um dos maiores coronéis do sertão pernambucano, Sebastião Pereira da Silva (Sr. Pereira), abrisse mão da justiça instituída pelas leis e buscasse fazê-la com as próprias mãos, entrando na vida do cangaço pelo simples sentimento de vingança pela perda brutal de um familiar. Ou seja, entendo que a formação de grupos de cangaceiros no sertão nordestino tem motivações, entre outras, na defesa da família.

Tal situação se verifica especialmente na figura de Virgulino Ferreira da Silva, é o caso mais famoso, onde a vendeta o levou ao banditismo, Virgulino ou Lampião, ainda jovem passou a pertencer ao bando de cangaceiros do Sr. Pereira, com o intuito de vingar os seus pais mortos por questões pessoais com os Barros, família de Zé Saturnino, tido como o maior inimigo de Lampião.

As hostilidades entre os Ferreiras de Virgulino e os Barros de Zé Saturnino, estão envolvidas nas questões entre Pereiras e Carvalhos e nas relações entre famílias tratadas anteriormente. Os Ferreiras orbitando em torno da família Pereira e os Barros orbitando em torno da família Carvalho, deste modo encontravam apoio para manterem suas relações e rixas pessoais.

A necessidade de apoio mútuo entre famílias, com o objetivo de sobrevivência numa Vila Bela onde a vingança e a lei do mais forte prevaleciam, forçou a aproximação entre as famílias e foi também motivação para o surgimento dos grupos armados, colocando a família Ferreira (de Lampião) ao lado da poderosa família Pereira (de Sebastião Pereira da Silva), ajudando a consolidar a figura de Lampião como o maior propagador de um estigma para a cidade de Serra Talhada como “terra de cabra macho e valente”, “capital do xaxado” ou “terra de Lampião”, transformando as próprias relações sociais no espaço serratalhadense e do sertão do médio Pajeú, identificado até hoje, como espaço da masculinidade.

A opção de vida de Virgulino e seus irmãos e também, do Sr. Pereira, obedeceu à necessidade de vingar a morte de um familiar, isto é, de lavar o sangue com sangue, de fazer justiça com as próprias mãos, uma vez que a justiça pública não se fazia, de defender não somente a sua própria honra mas também a de seus antepassados. Entrar para o cangaço, nesse sentido, seria submeter-se a certa concepção de heroísmo, a uma obrigação moral, mas também ao método de se fazer respeitar, quem não se vinga está moralmente morto.

Mediante as questões aqui apresentadas, entendo que todos esses elementos, território, família, os arranjos políticos existentes entre elas, bem como a articulação de grupos armados para sua defesa, foram as bases formadoras das relações de poder em Serra Talhada e (ou) Vila Bela, bem como da elaboração das referências espaciais entre os grupos familiares. Neste sentido, as escolhas realizadas por estas organizações familiares prescrevem estratégias e dinâmicas espaciais bastante abrangentes e continuadas, que foram capazes de articular entre si diversos grupos familiares num determinado sentido de atuação, oferecendo consistência e coerência às suas ações.

O espaço urbano vilabelense foi resultado desses esforços políticos da família Pereira na segunda metade do século XIX, porém no princípio do século XX, emerge naquele espaço, um poder estruturado na atividade comercial, que além de provocar o desenvolvimento da cidade em detrimento do campo, proporcionou a consolidação do poder da família Carvalho.

Em Vila Bela, Pereiras e Carvalhos produziram seus territórios, seus simbolismos e o habitus social. Cada produção simbólica dessas famílias representava um instrumento de dominação, provocando a integração dentro de cada rede de influência e legitimando uma

ordem que mantivesse as hierarquias e as diferenças entre ambos os grupos familiares. Os Carvalhos produziram simbolismos que envolveram os interesses do modelo urbano-capitalista em que se inseria Vila Bela no início do século XX, é o nítido interesse do capital em extinguir as estruturas da sociedade agrária que compunha as produções simbólicas da família Pereira desde meados do século XVIII no sertão.

Na tentativa de analisar o conflito entre Pereiras e Carvalhos como um episódio de espacialização das relações de poder da história do Brasil, utilizamos o método da análise bibliográfica e documental, com o intuito de nos aproximarmos ao máximo das versões a respeito dos eventos contados aqui. Analisei uma série de documentos elencados ao longo de dois anos de pesquisa, como arquivos pessoais dos membros das famílias, que me foram úteis para a investigação de como as relações entre os grupos familiares envolviam questões de reprodução dos discursos de poder, assim como os documentos oficiais da polícia de Pernambuco. Busquei nas publicações do Diário de Pernambuco da segunda metade do século XIX e arquivos da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, observar os arranjos políticos que envolviam a elaboração do espaço da cidade de Vila Bela e ainda como as ações daqueles sujeitos prescreviam estratégias de consolidação do poder e interesses de longo prazo.

Também serviram de fonte para este trabalho, as produções dos pesquisadores Nertan Macedo, Frederico Bezerra Maciel, Capistrano de Abreu e Frederico Pernambucano de Melo, que vieram a nos oferecer as informações a respeito do período de atuação do cangaço no Pajeú pernambucano nas primeiras três décadas do século XX, bem como, os interesses que envolviam a elaboração do espaço de Vila Bela no final do século XIX. A respeito das questões de genealogia de cada família e das relações estabelecidas no Pajeú pernambucano, analisamos os documentos fornecidos a partir dos autores Bandeira (2000), Calmon (1939), Ferraz (1957), Fonseca (1935), Melo (1927), Nogueira (1999) e Torres Filho (2011), através dessas leituras pudemos proporcionar um maior embasamento histórico das relações sociais estabelecidas no sertão pernambucano desde o período colonial até o republicano da história do Brasil.

De grande importância para este trabalho, foram os escritores serratalhadenses que se tornaram imprescindíveis por se tratarem de sujeitos que se dedicaram a contar os eventos ocorridos numa Vila Bela das disputas de sangues e de ódios intermináveis, como Luiz Conrado de Lorena e Sá (2001), José Alves Sobrinho (1996) e Luís Wilson (1974). Além de memorialistas, esses escritores dedicaram parte de sua vida a pesquisarem o cangaço e a guerra entre Pereiras e Carvalhos no Pajeú pernambucano, são detentores de uma vasta

documentação adquirida com os próprios membros das famílias litigantes que foram publicadas em suas obras e utilizadas neste trabalho como fontes que explicam as questões tratadas aqui.

Luiz Conrado de Lorena e Sá foi Prefeito em Serra Talhada, e sempre bastante requisitado por pesquisadores de todo o Brasil que se dedicaram a estudar o conflito entre famílias no sertão pernambucano. Em 2001 publicou o livro *“Serra Talhada: 250 anos de história, 150 anos de emancipação política”*, que além de suas memórias sobre a cidade de Serra Talhada e sobre o conflito entre Pereiras e Carvalhos, trás ainda uma série de documentos e informações obtidos através de entrevistas realizadas com os principais líderes da guerra entre as famílias. Já Luís Wilson, em sua obra: *“Vila Bela, os Pereiras e outras histórias”* de 1974, apresenta toda a sua pesquisa genealógica, sobre as duas famílias e um conjunto de eventos que envolveram a relação entre Pereiras e Carvalhos no sertão do médio Pajeú pernambucano, também apresenta entrevistas com os membros das famílias envolvidos naqueles confrontos e narra em ordem cronológica os principais fatos que marcaram a guerra entre Pereiras e Carvalhos.

A partir das análises das informações reunidas destes autores, busquei no primeiro capítulo, construir a narrativa dos fatos que marcaram a guerra entre as famílias durante o século XIX, tomando como ponto de partida as questões vividas pela sociedade serratalhadense no tempo presente e viajando ao passado para estabelecer a trajetória histórica da Fazenda Serra Talhada, cidade de Vila Bela a partir de 1851 e cidade de Serra Talhada, a partir de 1939. O passo a passo histórico contado é de fundamental importância para situar o leitor no espaço sertanejo em questão, assim, voltamos a análise ao período colonial da história do Brasil, para contarmos do início de Serra Talhada, passando pela elaboração do território material e imaterial das famílias Pereira e Carvalho, até a consolidação de Município de Vila Bela como polo econômico do Estado de Pernambuco ainda no século XIX.

No segundo capítulo, abordamos os fatos que constituíram o conflito entre as famílias no século XX, partindo das primeiras questões ligadas aos embates políticos inseridos nas relações estabelecidas já no espaço urbano de Vila Bela. Demonstraremos como as antigas divergências entre Liberais e Conservadores durante o Império no Brasil, ganharam, em Vila Bela, novos significados com a República e intensificando-se como luta entre Carvalhos e Pereiras. Contaremos ainda nesse capítulo o momento emblemático da guerra entre as duas famílias, a batalha da vila de São Francisco em 1908, quando os Carvalhos lideram o cerco à vila num episódio que marca o auge do conflito, até o envolvimento das lideranças Pereiras com o cangaço e dos Carvalhos com a Polícia do Estado de Pernambuco.

Por fim, dedico o terceiro capítulo à análise do processo de re-elaboração territorial da família Carvalho, na tentativa de se organizar no espaço urbano vilabelense e buscar a consolidação dos seus interesses capitalistas na cidade em detrimento do campo, principalmente abalando as estruturas agrárias que serviam para a manutenção do poder da família Pereira e que acabaram transformando o conflito de grupos familiares em uma guerra entre campo e cidade. Demonstraremos como os líderes da família Pereira instituíram uma máquina de guerra, através do nomadismo, como alternativa a hegemonia dos Carvalhos na cidade de Vila Bela a partir da segunda década do século XX. Ainda nesse capítulo traremos a representação cartográfica do morticínio entre Pereiras e Carvalhos, demonstrando como as próprias mortes dos membros de cada família prescreviam uma relação de espacialização das relações de poder.

Sendo assim, os eventos que serão apresentados no decorrer deste trabalho, me conduzem a acreditar que a história política e (ou) social da região do Pajeú pernambucano e principalmente do município de Serra Talhada, não se concebe sem que seja contada a partir da rivalidade banhada a sangue entre essas duas grandes famílias: Os Pereiras e os Carvalhos.

CAPÍTULO 1 - SERRA TALHADA: O INÍCIO, A CHEGADA DAS FAMÍLIAS E O CONFLITO NO SÉCULO XIX

O historiador, que é o juiz do mundo, tem por primeira obrigação perder o respeito.

Jules Michelet

1.1 - A PECUÁRIA NO INTERIOR DA COLÔNIA E O INÍCIO DA FAZENDA SERRA TALHADA

Ante a necessidade de narrar os eventos que constituem a história do processo de espacialização das relações de poder entre as famílias Pereira e Carvalho no sertão do Pajeú pernambucano e mais precisamente no município de Serra Talhada, necessário se faz a compreensão do espaço em questão.

O sertão do Pajeú corresponde à microrregião banhada pelo rio Pajeú, que nasce na chapada da Borborema, numa região conhecida como maciço dos Cariris Velhos na serra da Balança, entre os estados de Pernambuco e Paraíba.

É neste espaço do sertão do Pajeú pernambucano que está situada a cidade de Serra Talhada. Fica distante 415 km da capital do estado, limita-se ao norte pelo estado da Paraíba, ao sul com os municípios de Floresta e Betânia, a leste com os municípios Calumbi e Triunfo e a oeste com os municípios de São José do Belmonte e Mirandiba. A área do município é de 2.980 km² representando 3% do total do estado de Pernambuco. É conhecida nacionalmente como a capital do xaxado e terra natal do cangaceiro Virgulino Ferreira da Silva (Lampião). Cidade polo em oferta de equipamentos de saúde, educação e comércio, Serra Talhada possui a sexta maior população do interior do estado com 79. 232¹ habitantes, ficando atrás em número de habitantes apenas dos municípios de Caruaru, Petrolina, Vitória de Santo Antão, Garanhuns e Santa Cruz do Capibaribe.

A base econômica de Serra Talhada é representada atualmente pelo forte comércio, onde a principal empresa do município é a Tupan Construções, de propriedade da família Carvalho. Foram seus antepassados que no final do século XIX e início do século XX iniciaram esta atividade e contribuíram para a consolidação de Serra Talhada como centro regional do comércio varejista e atacadista dos mais variados bens de consumo.

¹FONTE: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico do ano de 2010.

Serra Talhada é centro de um mercado consumidor que abrange 42 cidades e uma população de aproximadamente um milhão de pessoas. O setor industrial embora restrito, está voltado para a transformação de matérias-primas vinculadas à produção agropecuária, à transformação de produtos minerais não-metálicos, metalúrgicos, madeira, mobiliário, vestuário, calçados e artefatos, produtos alimentares, bebidas, etc.

Outra grande atividade na economia municipal, que também se caracteriza pela polarização na região é o atendimento médico-hospitalar, sendo, hoje, o quarto maior centro de oferta de serviços médicos de Pernambuco, atendendo praticamente em todas as especialidades, além de contar com grande número de hospitais, clínicas, casas de saúde, consultórios e laboratórios.

Visando a apreensão dos eventos que dão conta da formação histórica de Serra Talhada, através das relações entre famílias, necessitamos estabelecer um retorno analítico ao período colonial da história do Brasil, momento em que a coroa portuguesa discutia a necessidade de empreender na colônia a atividade pecuária, a fim de satisfazer as necessidades de transporte da cana-de-açúcar, produzida no litoral, bem como do próprio mercado interno de carne bovina.

A partir do século XVI, quando o governo português passou a organizar uma estrutura administrativa para a sua colônia no novo mundo, através da concessão de capitânias-hereditárias, a economia colonial se baseava fortemente na produção do açúcar inserida no sistema de *plantations*² e que contava com financiamento particular de famílias portuguesas que intencionassem a transferência de seus negócios da metrópole para a colônia.

Neste sentido, muitas famílias metropolitanas vislumbraram a possibilidade de estabelecerem seus empreendimentos na colônia, atuando na elaboração e transformação dos espaços coloniais a fim de garantirem seus interesses econômicos, sociais e políticos, que serão tratados ainda neste capítulo.

Uma das principais famílias portuguesas a se estabelecer na colônia e proprietária de uma grande vastidão de terras, onde hoje e a partir da segunda década do século XX conhecemos por Nordeste brasileiro, foi a família Garcia D'Ávila, que situada em Salvador, exercia aqui, o papel de escritório administrativo do próprio governo português, determinando inclusive as diretrizes da ocupação das terras coloniais concedida pela Coroa a investidores portugueses através do sistema de sesmos.

²Sistema produtivo do período colonial do Brasil, marcado pela monocultura do açúcar, mão-de-obra escrava e produção destinada ao mercado externo.

A concessão de sesmarias começou em Portugal, durante a Idade Média, quando o Rei D. Fernando, com o objetivo de restaurar a cultura de cereais, abandonada em favor de outras mais lucrativas, decretou em 1375, uma lei mediante a qual passou a distribuir terras aptas para o cultivo a novos proprietários, segundo o sistema de sesmos (BANDEIRA, 2000, p. 24).

Comumente, os investidores portugueses, interessados na lucratividade do açúcar buscavam, na colônia, a concessão de sesmarias próximas ao litoral, porém, a Coroa portuguesa percebendo a necessidade do empreendimento da pecuária para o fornecimento de meios de transporte para a cana-de-açúcar e do incentivo ao mercado de carne e couro bovinos, iniciou na segunda metade do século XVII a concessão de sesmarias no interior da colônia, a fim de que fossem criados os espaços dedicados a atividade pecuária, incentivada pela isenção fiscal promovida pelo governo português. Desse modo, os colonizadores que não dispunham de capital para instalar engenhos açucareiros ou até mesmo para plantar cana, começaram a dedicar-se à atividade pecuária, especialmente a criação de gado bovino.

A pecuária tornou-se, portanto, uma atividade econômica que complementava a atividade açucareira e que desenvolvida em áreas longínquas, forçou um processo de interiorização e conseqüentemente a conquista dos sertões. A criação de gado proporcionou, no sentido de ocupação das terras interioranas, a principal “alavanca” econômica e, sobretudo no concernente as relações sociais estabelecidas naquele espaço. O gado é capaz de se deslocar, necessitando apenas de alguém que o conduza, dessa forma a figura do vaqueiro ganha proporções identitárias do sertão e da necessidade de conhecimento das terras percorridas. Nas longas marchas pelo interior da colônia foram-se criando uma rede de fazendas, as quais abriram caminho para o processo de conquista do sertão (ABREU, 1960), e ainda para o processo de constituição de novas relações sociais, principalmente entre as famílias colonizadoras.

Diante desse processo, o Rio São Francisco e o vale dos seus afluentes, entre eles o Pajeú, foram muito utilizados pelos colonizadores pernambucanos e baianos, que com suas famílias ocuparam as terras interioranas da colônia. Segundo Capistrano de Abreu (1982), na margem pernambucana, a Casa da Torre possuía 250 léguas de terras. Nesta faixa de terras, além do sertão de Rodelas na Bahia e através do Rio São Francisco, existiu mais de 800 currais, um deles será a Fazenda Serra Talhada.

No início do século XVIII, o português Agostinho Nunes de Magalhães, deixa, com sua família, a metrópole portuguesa em direção a colônia, com a finalidade de arrendar sesmarias e iniciar a atividade açucareira. Porém, Sá (2001) explica que ao chegar à colônia,

Magalhães percebe a sua limitação financeira para tal empreendimento e assume junto aos Garcia D'Ávila da Casa da Torre em Salvador, o arrendamento de uma poção de terras no curral de Pajeú de Flores, interior da colônia, além do Rio São Francisco, margeando o rio Pajeú e ao sopé de uma serra que parecia estar cortada à prumo, isto é, Talhada.

Neste momento, por volta do ano de 1730, nascia a Fazenda de Serra Talhada, grande fazenda de criação de gado arrendada pela família Magalhães no sertão do Pajeú pernambucano. Ainda no século XVIII surgiram as primeiras vilas do sertão, justamente originadas a partir de fazendas de gado ou de aldeamentos indígenas. Em 1783, o antigo curral de Pajeú de Flores estabelecido pelos Garcia D'Ávila se torna Freguesia, funcionando como centro administrativo de seu extenso território.

Na fazenda Serra Talhada, no ano de 1789, segundo Sá (2001), Filadélfia Nunes de Magalhães, filha de Agostinho Nunes de Magalhães ordena a edificação, sob mão-de-obra escrava, de uma capela invocada a Nossa Senhora da Penha que até hoje é a padroeira da cidade de Serra Talhada.

O trabalho escravo representou, além de outras questões, como o crescimento econômico da região de afluência do rio São Francisco, uma forma de proporcionar prestígio e poder aos mandatários dessa região. Índios e negros foram perseguidos e aprisionados, sob autorização da coroa metropolitana no intuito de representarem a mão-de-obra fundamental para a estruturação das vilas interioranas do sertão, estas normalmente construídas como entrepostos nas rotas de passagem do gado, a exemplo de Serra Talhada.

Em 1810, a freguesia de Flores é elevada a categoria de vila e sede de comarca, a qual pertencia Serra Talhada, segundo (NOGUEIRA, 1999, p. 32), “o município de Serra Talhada teve origem no curral de Pajeú de Flores”, denominação das terras da margem pernambucana do São Francisco pertencentes aos Garcia D'Ávila da Casa da Torre, que através da política de arrendamentos de propriedades deu origem, além da fazenda Serra Talhada a São José do Belmonte e Mirandiba”.

Favorecida pela sua localização geográfica, em meio às rotas de comércio de gado bovino, Serra Talhada passa a ser um ponto de convergência de outras grandes famílias da região, que se dedicavam a criação e ao comércio de gado, bem como ao cultivo do algodão. Entre essas famílias estavam os Pereiras vindos do Ceará e os Carvalhos que acessam a margem pernambucana do São Francisco vindos da Bahia. Duas famílias que através do processo de espacialização das relações de poder, vieram a transformar o espaço serratalhadense em palco de uma guerra quase que secular e que veremos adiante.

1.2- DA CONFIGURAÇÃO ESPACIAL: A CHEGADA DE PEREIRAS E CARVALHOS NO PAJEÚ

O processo de espacialização das relações de poder das famílias Pereira e Carvalho em Serra Talhada teve início desde o momento da chegada de cada uma das famílias no sertão do Pajeú pernambucano. Naquele espaço foi desenvolvida uma série de ações, no intuito de estabelecerem as bases do poder que lhes garantissem o processo eficaz de espacialização.

A partir do momento em que se estabeleceram no sertão pernambucano, os objetivos de cada sujeito, ou de cada grupo familiar foi o de produzir seus territórios material e imaterial, através de ações que configuraram um sentido de apropriação, dominação ou influência. Tanto os Pereiras como os Carvalhos, antes de chegarem ao Pajeú, já faziam parte do grupo de colonos que se deslocaram de Portugal para o Brasil durante o processo colonizador no século XVI, principalmente para a Bahia, quando esta representava o centro administrativo da Colônia e Pernambuco o centro econômico por conta da atividade açucareira.

A família Carvalho da capitania de Pernambuco tem origem, segundo Wilson (1974), na nobilíssima casa dos Carvalhos, uma das mais antigas e ilustres de Portugal. Desta casa descendiam Bernardino de Carvalho e Sebastião de Carvalho, que chegaram à Capitania de Pernambuco nos primeiros anos do século XVII. Em Pernambuco os irmãos “casaram e deixaram a descendência” (WILSON, 1974, p. 29).

Fonseca (1935) apresenta no capítulo “*Memórias da família Carvalho da Capitania de Pernambuco*”, a origem portuguesa de Bernardino e Sebastião de Carvalho, bem como, o processo de espacialização deste grupo familiar em Pernambuco. Bernardino e Sebastião eram netos de D. Ignez Casado Maciel e Manuel Alves de Carvalho que foi embaixador de Portugal na Inglaterra no período em que o Reino era governado por D. Catarina, enquanto se aguardava a maioridade de D. Sebastião.

Um dos filhos do casal Ignez e Manuel de Carvalho era João Alvares de Carvalho que exercia em Portugal o cargo de desembargador da casa do Porto. João de Carvalho casou com D. Maria de Andrada, que era filha de Fernão Dias de Andrade e D. Ângela Berenguer de Alcaminha, descendente das mais nobres casas da ilha da Madeira.

Da união entre João Alvares de Carvalho e D. Maria de Andrade é que nasceram os irmãos Bernardino e Sebastião de Carvalho, os primeiros Carvalhos a chegarem à Capitania

de Pernambuco por volta do ano de 1630, conforme nos conta Mário Melo (1927) em “*Origem de algumas famílias pernambucanas*”³.

Em Pernambuco, Bernardino casou com Joana Barreto, filha do General Francisco Barreto que o nomeou auditor de Guerra e lhe deixou como herança terras além do Rio São Francisco entre as capitanias de Pernambuco e Bahia. Já Sebastião de Carvalho casou três vezes, a primeira com D. Joana de Góes, a segunda com D. Maria Camelo e a terceira com D. Francisca Monteiro, nascida no engenho de açúcar Monteiro, “que é e sempre foi freguesia da Sé de Olinda, na qual foi batizada, a 04 de outubro de 1620” (WILSON, 1974, p. 30).

Segundo Wilson (1974), pesquisador da nobiliarquia pernambucana, não é possível assegurar que os Carvalhos do interior de Pernambuco seriam descendentes diretos de Bernardino e Sebastião, estes se fixaram no litoral e não deixaram registros de passagens pelo interior, embora a esposa de Bernardino de Carvalho fosse herdeira de terras às margens do São Francisco, entre Pernambuco e Bahia.

Na região do Pajeú pernambucano, os primeiros Carvalhos chegaram por volta do princípio do século XVIII vindos então das vastas terras dos Garcia D’Ávila da Bahia, estabelecendo-se em Pernambuco, na fazenda Panela D’água, atual município de Floresta.

Não é provável, no entanto, que descendessem de Bernardino ou Bernardim e Sebastião de Carvalho, embora pertencentes, talvez, em Portugal, ao mesmo clã, os Carvalhos que foram mais ou menos no princípio do século XVIII para o interior do Estado, fixando-se, de início, na fazenda Panela d’água, no atual município de Floresta (Ribeira do Pajeú). (WILSON, 1974, p. 30).

Provavelmente, o grupo familiar que deu origem aos Carvalhos da Panela D’água, não teria vindo, portanto, da descendência direta de Bernardino e Sebastião, reconhecidamente os primeiros Carvalhos a se estabelecerem em Pernambuco. Mas sim, do grupo familiar originário da mesma casa em Portugal, que havia chegado da metrópole em direção à Bahia, e que através de contratos e casamentos com a família Garcia D’Ávila de Salvador teria herdado as terras da margem pernambucana do rio São Francisco, entre elas a Fazenda Panela D’água, no atual município de Floresta na ribeira do Pajeú, conforme se verifica a seguir.

Diante das dificuldades genealógicas desta pesquisa, precisamos estabelecer um ponto de partida para explicar a origem dos Carvalhos que ocuparam a região de Floresta e Serra Talhada em Pernambuco por volta do século XVIII. Segundo Calmon (1939), tal ponto é

³Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico pernambucano, vol. XXVIII, ns. 131 a 134, 1927.

encontrado a partir de Domingos Rodrigues de Carvalho, filho de João Pires e Catarina Fonseca. Domingos Carvalho era sertanista e Capitão-mor de ordenança da Casa da Torre em Salvador e que por missão militar se deslocou até a região do Pajeú pernambucano com o objetivo de lutar contra os índios do Frei Martim de Nantes e outros missionários.

É neste ponto que encontramos a origem da família Carvalho do sertão do Pajeú pernambucano. A ligação entre os Carvalhos e os Garcia D'Ávila da Casa da Torre em Salvador, que justifique a herança das terras pernambucanas, está no fato da morte de Garcia D'Ávila Pereira Aragão em 1805. Antes de morrer ele havia deixado, em testamento, a posse das terras da família, inclusive as da margem pernambucana do São Francisco, para a filha da sua irmã D. Ana Maria de São José e Aragão. Esta, havia casado em três de abril de 1781 com José Pires de Carvalho e Albuquerque que por ser marido da herdeira dos D'Ávila, tornou-se proprietário daquelas terras. Ou seja, parte das terras da família Carvalho no Pajeú foram conquistadas por via de herança recebida pela esposa de José Pires de Carvalho, que, dessa forma, acaba sendo um dos primeiros Carvalhos a chegar ao sertão do Pajeú pernambucano.

A fazenda Panela d'água, uma dessas fazendas pernambucanas que haviam pertencido aos currais dos Garcia D'Ávila, foi arrendada e fundada no início do século XVIII por Manuel Lopes Diniz, descendente do Rei Afonso III e Beatriz de Castela. Com a chegada de José Pires de Carvalho e sua esposa herdeira ao sertão do Pajeú, a família Carvalho dá início ao processo de conquista do seu território imaterial, na medida em que transformou a família de Manuel Lopes Diniz na primeira família satélite dos Carvalhos no Pajeú pernambucano. Foi através da aproximação entre a família de Manuel Lopes Diniz e José Pires de Carvalho, vindo da Bahia, que teve início a família Carvalho do Pajeú pernambucano.

A união dos filhos e netos de Manuel Lopes Diniz (filho de Bento Lopes da Silva e Águida Diniz, e fundador, mais ou menos no segundo quartel do século XVIII, da Fazenda Panela d'água, em Floresta do Navio), com os Carvalhos (vindos, então, da Bahia) e com outras famílias na região, foi que deu origem aos Alves de Barros, Torres Barbosa, Nogueiras de Barros, Torres Carvalho, Rodrigues de Carvalho, Carvalho Barros, Lopes Barros, Barros Carvalho, Gomes Roriz, Carvalho Pires, Barros e Sá, Sá Carvalho, aos primos e, entre outros, aos Alves de Sá, todos ou uma grande parte conhecida, no sertão, como “a família Carvalho”, espalhada há muitos anos em Floresta, Belém do São Francisco, Mirandiba, Cabrobó, Serra Talhada, Belmonte, Floresta, entre outros municípios, Triunfo. (WILSON, 1974, p. 32).

As famílias aqui apresentadas, bem como as relações que se desenvolviam em torno do nome e do brasão da família Carvalho, representam o território imaterial conquistado pela

família. As relações dele oriundas formam o que eu chamo de relações entre famílias polos e famílias satélites, todas elas reconhecidas como a família Carvalho, por a ela estarem ligadas através dos esquemas de casamentos e compadrios.

Não é difícil entender a relação imediatamente amistosa entre a família Diniz e os Carvalhos, recém chegados da Bahia no início do século XVIII. Os Diniz são descendentes de uma das famílias mais nobres do reino espanhol, na medida em que recebem os Carvalhos para conviverem na mesma região, a família Diniz passa a reconhecer como seus pares uma família nobre do reino português, a família Carvalho. O que houve em consequência foi o encontro de interesses de duas famílias de “sangue azul” em meio a inúmeras famílias nativas, de origem indígena ou mestiça que existiam na colônia.

As relações sociais, que através desse esquema de casamentos e compadrios, prescreviam os objetivos de elaboração de uma imaterialidade territorial por parte das famílias é comentada por Wilson (1974).

No sertão, em outra época, adotavam em certas ocasiões, os afilhados, o nome da família do padrinho, os pais davam aos filhos o nome completo de um amigo e consideravam como pertencentes à família ou como parentes (...) muitos amigos transformaram-se não só em compadres, mas em tios, sobrinhos, pais e filhos, tudo dependendo do afeto que os unia. (WILSON, 1974, p. 66).

O processo de espacialização dos Carvalhos no Pajeú, a partir da fazenda Panela D`água, tinha como objetivo criar uma referência espacial para sujeitos e eventos sociais, isto é, os Carvalhos se fixaram na fazenda Panela D`água, com o objetivo de transformá-la num espaço de referência na região, para onde deveriam convergir as atenções de toda e qualquer família que ali vivesse, constituindo assim a ideia de família polo no sertão do Pajeú. As relações com as outras famílias que representam a imaterialidade territorial serviria para consolidar as terras já conquistadas e por meio dessas relações expandir essa posse de terras.

Em suma, o território material, uma vez conquistado era sustentado ou consolidado pelo território imaterial, a rede de famílias que orbitavam em torno da família polo auxiliavam na conquista e na defesa de mais terras, o que possibilitava o encontro com mais famílias e assim se dava a continuidade do ciclo de conquista e manutenção do poder da família polo, estabelecido mediante a relação de ajuda mútua com as famílias menores (satélites), criando na região das atuais Floresta, Mirandiba e Serra Talhada, o que podemos chamar de “o sertão dos Carvalhos”.

Melo (1927) nos conta sobre a rede de relações estabelecidas pelos Carvalhos a partir do momento em que iniciam suas ações na fazenda Panela D`água em Floresta do Navio, no sertão de Pernambuco junto às demais famílias e fazendas que compunham aquela região. Entre elas estavam as fazendas Currálinho de Dámaso de Sousa Ferraz, tronco da famosa família Ferraz e a fazenda Misericórdia, de onde se originou a tradicional família Novaes. Ferraz e Novaes, assim como Pereiras e Carvalhos em Serra Talhada, travaram grande conflito que marcou a história do município de Floresta no século XX. Ambas as famílias, mesmo que com suas hostilidades, representavam nos séculos anteriores, famílias satélites da família Carvalho.

O estabelecimento dos primeiros Carvalhos no espaço pajeuense representava o momento em que se construía o espaço material da família, que seria ainda, nas décadas seguintes, consolidado com o fortalecimento das relações sociais naquele espaço, isto é, com o fortalecimento do seu território imaterial, formado pelo conjunto de famílias citadas anteriormente, bem como das suas fazendas construídas em torno das relações de cada família satélite com a família Carvalho. Wilson (1974) faz referência às fazendas em questão, que representaram parte do território da família Carvalho nas margens do São Francisco.

Com suas serras, o vale fértil dos seus rios e suas outras velhas propriedades, como Mãe D`água, Jardim, Taboleiro Comprido, Currálinho, Cachoeira, Silêncio, São João, Misericórdia, Melancia, Pedra Branca, Belo Horizonte, Paus-Pretos, Arapuá, Malhada da Onça, entre outras. (MELO *apud* WILSON, 1974, p. 31).

Em continuação ao seu processo de conquista territorial em Pernambuco, os Carvalhos trataram de arrendar mais terras localizadas ao norte de Floresta, de onde haviam se estabelecido na fazenda Panela D`água. Neste sentido a família foi se aproximando do espaço de Serra Talhada, no momento em que ganharam posse das fazendas Cachoeirinha, Brejo do Pai Joaquim e principalmente da Fazenda Inveja, que mais tarde, ainda nos últimos anos do século XVIII, seria arrendada por José Pereira da Silva e pelo primeiro grupo da família Pereira a se estabelecer no sertão pernambucano. Claro, não sabiam os Carvalhos, o que o futuro guardaria para as duas famílias. No entanto, é preciso ainda atentar para a trajetória da família Pereira antes da sua chegada à fazenda Inveja e à região de Serra Talhada.

A família Pereira também tem origem na nobreza de Portugal. Ligada a casa de Bragança, os Pereiras que vieram para o Brasil durante o período colonial, pertenciam a mesma casa da família imperial brasileira (WILSON, 1974). Em Pernambuco, a família tem

início em Amadeu de Araújo Pereira, que vindo de Portugal foi capitão-mor de Ipojuca quando se deu o levante da Restauração Pernambucana, em 1645. Era natural da região do Minho, no norte de Portugal. Um dos descendentes do Rei Adolbrando, Pedro Gonçalves Pereira, mudou-se, segundo Wilson (1974), da região da Palmeira para a quinta do Pereira, entre o Douro e o Minho, foi dessa região “que veio para Pernambuco o maior contingente de nobres no século XVII” (WILSON, 1974, p. 61), inclusive os Pereiras.

A nobiliarquia pernambucana encontra em Francisco Pereira Coutinho, o tronco da família Pereira do Pajeú, este era filho de Afonso Pereira Coutinho e “havia chegado à Bahia de Todos os Santos no segundo semestre de 1536” (BANDEIRA, 2000, p. 65). Era o capitão e governador de 50 léguas de terras doadas a ele pelo rei de Portugal D. João III. Essas terras se estendiam até a região do rio São Francisco, na divisa com a província de Pernambuco, ali “fixou residência e edificou sua fortificação, com o que a povoação passou a chamar-se Povoação do Pereira”. (BANDEIRA, 2000, p. 65).

Os descendentes de Afonso Pereira Coutinho, entre eles José Pereira da Silva, foram arrendatários das sesmarias do alto Jaguaribe, na região dos Inhamuns, hoje Ceará, mas que pertencia à capitania de Pernambuco até por volta do ano de 1799. Mesma região em que havia chegado do Engenho Currais de Sirinhaém, do litoral pernambucano, a também belicosa família Feitosa, que inimiga mortal da família Montes, daquela região, teria se estabelecido na região dos Inhamuns “depois de ter sofrido perseguição por se envolver na Guerra dos Mascates, em 1710” (WILSON, 1974, p. 69). Enquanto estiveram nos Inhamuns, os Pereiras que vieram para o Pajeú, sempre mantiveram relações amistosas com os Feitosas.

Segundo Wilson (1974), a família Pereira da região que abrange Serra Talhada, teve início com a chegada de José Pereira da Silva, vindo dos Inhamuns em meados do século XVIII para a Fazenda Inveja, distante 60 km da cidade de Serra Talhada. A fazenda era situada nas proximidades do distrito de Bom - Nome, pertencente atualmente ao município de São José do Belmonte.

Na época em que José Pereira da Silva chegou ao sertão do Estado, a fazenda Inveja era arrendada ou já de propriedade, talvez, da Veneranda Senhora Ana Gomes de Carvalho, família da qual anos mais tarde os Pereiras se transformaram em inimigos (WILSON, 1974, p. 62).

É a partir da Fazenda Inveja, vendida pela família Carvalho para a família Pereira e da Fazenda Panela D`água, onde haviam chegado os Carvalhos na região entre Serra Talhada e

São José do Belmonte na segunda metade do século XVIII, que se cruzaram pela primeira vez no sertão pernambucano, as famílias Pereira e Carvalho.

Após ter chegado ao sertão pernambucano e ter arrendado a Fazenda Inveja, José Pereira da Silva começa a estabelecer o território imaterial da família Pereira, isto é, buscou a construção de relações sociais que serviriam, entre outras, para consolidar o discurso de posse e de nobreza da família através dos esquemas de casamentos e compadrios, que trataram de unir as famílias da região em prol da manutenção do poder dos Pereiras.

José Pereira da Silva casou com Jacinta Rodrigues, com quem teve 12 filhos, entre eles, o mais velho, Simplício Pereira, famoso pela valentia com que realizava suas ações. Jacinta Rodrigues era filha do fazendeiro José Carlos Rodrigues que, por ocasião do matrimônio, concedeu ao seu novo genro da família Pereira, a posse da fazenda Carnaúba. A posse da fazenda representa o crescimento do território material da família Pereira e, no sentido da união com a família Rodrigues, aumentava também, o seu território imaterial, na medida em que dava início a um novo grupo familiar, os Pereira Rodrigues.

Tiveram, no entanto, José Pereira da Silva e sua esposa Jacinta Rodrigues (filha de José Carlos Rodrigues e de sua mulher Ana) 12 filhos: I – Simplício Pereira da Silva. II – João. III – Antônio. IV – Francisco. V – Manuel. VI – Vitorino. VII – Joaquim. VIII – Sebastião. IX – Alexandre. X – Cipriano. XI – Mariana. XII – Ana. (WILSON, 1974, p. 73).

No início do século XIX, Antônio Pereira de Sousa, irmão de José Pereira da Silva chegou à região de Serra Talhada, onde fundou a fazenda Gavião, dando início a mais um grupo da família Pereira, conhecido como Pereira Gavião.

Embora pertencentes à mesma família Pereira, os irmãos Antônio e José, através de seus casamentos, dividiram-se em dois subgrupos, os Pereiras Gavião e os Pereiras de Bom-Nome, aumentando sempre o território imaterial da família no espaço pajeuense. Sempre há, em Serra Talhada, distinções ou subdivisões desta família em pequenos grupos menores que ainda enaltecem a origem e o brasão lusitano, a subdivisão depende do sobrenome agregado a família ou ainda, à fazenda na qual a pessoa tem origem.

Em Serra Talhada, quem andar nas ruas do centro da cidade em dias de feira principalmente, sempre ouvirá conversas de pessoas sobre origem familiar. É de qual família? Pereira? Pereira de onde? Ah, sim! Conheço, enfim. Da mesma forma acontece com os Carvalhos. Vez por outra, primos e parentes são descobertos meio que por acaso nas ruas de

Serra Talhada, Mirandiba, Floresta, Belmonte, etc. Assim como, também, se descobre desafetos históricos.

Algum tempo depois de sua ida para Vila Bela, ali chegou seu irmão Antônio Pereira da Sousa, que fundou naquele mundo, a fazenda Gavião. Este que se fazia acompanhar de sua mãe, foi o primeiro tronco de grande parte dos Pereiras de Sousa (ou Pereiras “Gavião”), ao qual pertencem entre inúmeros outros, a baronesa do Pajeú (Verônica) e (diz-se em Serra Talhada), o outrora conhecido e simpático caudilho de Princesa, no Estado da Paraíba, cel. José Pereira Lima, filho de Marcolino Pereira Diniz e Águida Carlos de Andrade Lima. (WILSON, 1974, p. 66).

O grande número de terras de propriedade da família Pereira colocou as famílias de menor prestígio, com propriedades menores da região, na condição de famílias satélites, como por exemplo, a família Rodrigues, que encontraram, nos Pereiras, o apoio necessário para estabelecer as negociações que representavam os arranjos político-sociais de então.

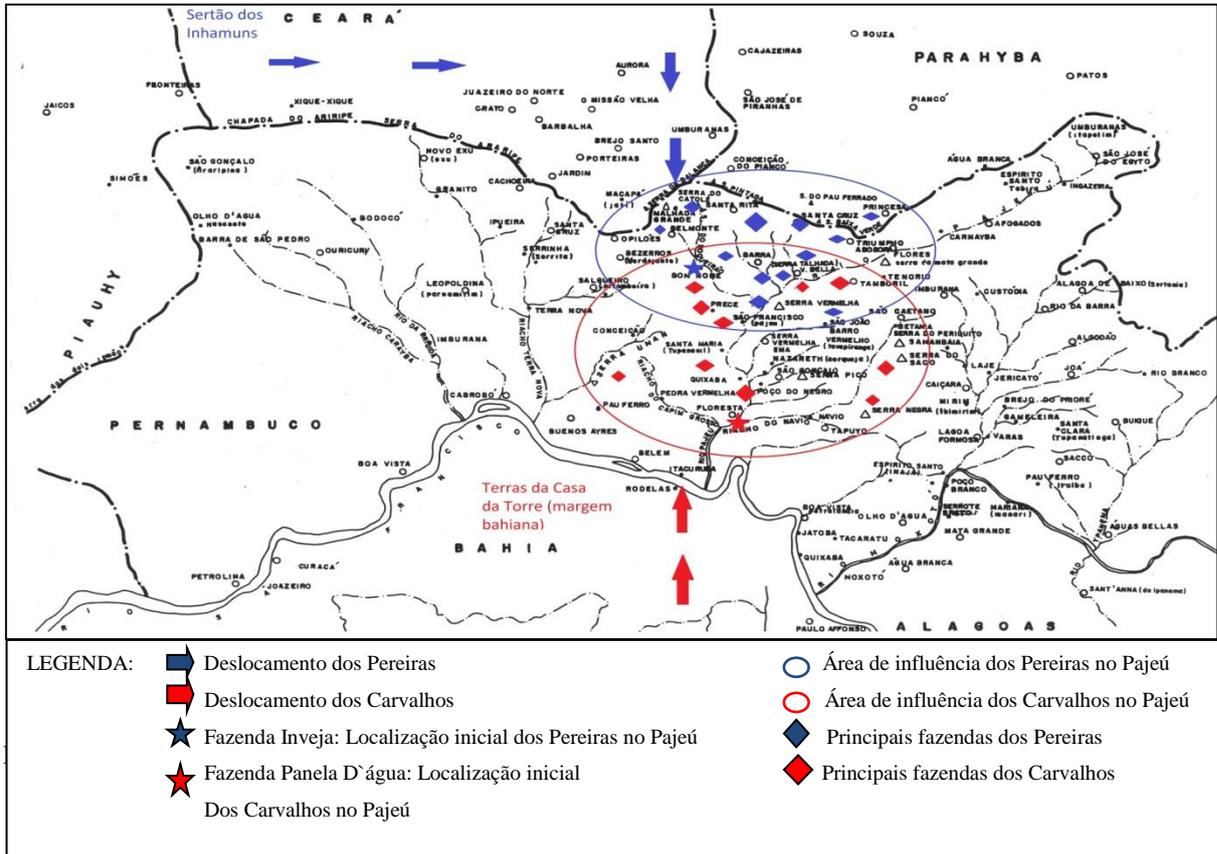
Os altos cargos políticos e militares dos membros da família Pereira como capitão, barão, coronel, barganhados pela sua proximidade com o governo metropolitano e depois com o governo imperial, lhes proporcionavam poderes que lhes asseguravam o domínio na região.

As famílias de menor prestígio encontravam na aliança com a família latifundiária, apoio para a solução de suas próprias questões. É o exemplo daquilo que o sertanejo chama de “botar o burro na sombra”, como no exemplo da aliança da minifundiária família Ferreira a qual pertenceu o famigerado Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, com os Pereiras de Serra Talhada e de suas questões pessoais contra a família de Zé Saturnino aliada dos Carvalhos, que trataremos mais adiante.

José Pereira da Silva e Jacinta Rodrigues seriam, portanto, tronco das famílias Pereira da Silva, Pereira Araújo, Pereira Maranhão, Pereira Aguiar, Pereira Gama, Pereira Jacobina, Pereira Nunes, Pereira Lins, Conrado de Lorena e Sá, Pereira Valões, Pereira Santos, Cassiano Pereira, Pereira França, Pereira Terto e ainda, entre outras, Pereira da Luz. (WILSON, 1974, p. 65).

A partir do momento em que os Pereiras se tornaram grandes proprietários de terras estavam elaborando o seu território material. As relações sociais construídas naquele espaço proporcionaram a elaboração do seu território imaterial. Os Pereiras tornaram-se, portanto, família polo na região do Pajeú, orbitadas pelas demais famílias menores (famílias satélites). Todas reconhecidas no sertão de Pernambuco como a família Pereira.

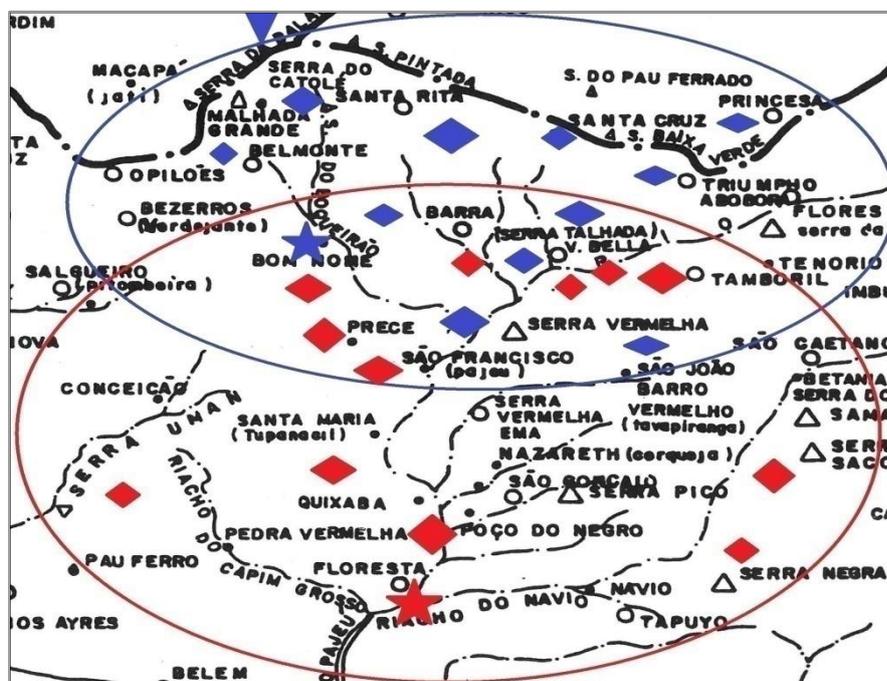
O mapa abaixo representa o sertão pernambucano com as localidades que foram palco das questões entre Pereiras e Carvalhos desde meados do século XIX. Da chegada das famílias no século XVII até a consolidação territorial da cada uma delas.



FONTE: TORRES FILHO, Geraldo Ferraz de Sá – **Pernambuco no tempo cangaço (Antônio Silvino, Sinhô Pereira, Virgulino Ferreira “Lampião”): Um bravo militar: a vida e a época do tenente coronel Theophanes Ferraz Torres: 1894 – 1925.** CEHM (1ª edição, 2002) v.1 – Coleção tempo municipal – Editora Bagaço, Recife – PE, 2011. Formatado pelo autor.

Este primeiro mapa destaca o deslocamento de Pereiras e Carvalhos pelos sertões dos atuais estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Bahia a partir do século XVII. Conforme apresentado anteriormente, a família Carvalho (em vermelho) foi pioneira (em relação aos Pereiras) no Pajeú pernambucano, atravessando as suas posses para além do Rio São Francisco e a partir das terras da margem baiana, as quais pertenciam a Casa da Torre até serem herdadas pela família Carvalho que no início do século XVIII estabeleceram-se na Fazenda Panela D'água (demarcada com a estrela vermelha) às margens do rio Pajeú e atual município de Floresta. A partir do momento em que se estabeleceram no Pajeú, os Carvalhos buscaram expandir suas posses e sua área de influência em direção ao norte de Pernambuco até os limites do atual distrito de Bom Nome e Serra Talhada.

Já a família Pereira (demarcada em azul) teve acesso ao Pajeú pernambucano a partir da região dos Inhamuns no sudoeste do Ceará, atravessando, desde meados do século XVII, a região de Brejos entre Juazeiro, Barbalha e Brejo Santo até a divisa com Pernambuco, estabelecendo-se no início do século XVIII na Fazenda Inveja (marcada pela estrela azul), atual distrito de Bom Nome, fazenda que até então pertencia aos Carvalhos até ser vendida à família Pereira. A Fazenda Inveja, portanto, representa o ponto de encontro entre Pereiras e Carvalhos no sertão do Pajeú pernambucano. Não poderia deixar de ser no mínimo interessante este fato, o espaço que representa o início das relações entre duas famílias que se digladiaram por quase cem anos recebeu o nome de Fazenda Inveja, claro que não havia nesta nomenclatura ação visionária do conflito entre Pereiras e Carvalhos, mas muito sugestivo o nome da Fazenda Inveja para demarcar o início das relações entre as duas famílias.



FONTE: TORRES FILHO, Geraldo Ferraz de Sá – Pernambuco no tempo cangaço (Antônio Silvino, Sinhô Pereira, Virgulino Ferreira “Lampião”) : Um bravo militar: a vida e a época do tenente coronel Theophanes Ferraz Torres: 1894 – 1925. CEHM (1ª edição, 2002) v.1 – Coleção tempo municipal – Editora Bagaço, Recife – PE, 2011.Formatado pelo autor.

A partir deste segundo mapa é possível perceber os territórios dominados por cada uma das famílias, onde as estrelas vermelha e azul representam o primeiro espaço a ser ocupado por Carvalhos e Pereiras respectivamente. Os Carvalhos tinham domínio sobre a parte mais ao sul do Pajeú, enquanto os Pereiras tinham o controle da parte norte. O ponto de encontro dos territórios das duas famílias circundava a região de Serra Talhada (Vila Bela a partir de 1851), que acabou representando o centro das atenções de ambas as famílias até os

dias atuais. No segundo mapa ainda é possível visualizar os espaços onde ocorreram os principais eventos de confronto armado entre Pereiras e Carvalhos, como a cidade de Flores (ao norte), Serra Negra (ao sul), Vila de São Francisco (ao centro) e a própria cidade de Serra Talhada (Vila Bela).

O início da guerra entre Pereiras e Carvalhos viria ainda na primeira metade do século XIX, diante dos embates políticos entre Liberais (Carvalhos) e Conservadores (Pereiras) em Pernambuco. O conflito político entre Liberais e Conservadores no interior pernambucano representa, portanto, o ponto de partida das hostilidades entre as duas famílias que perdurou até as primeiras três décadas do século XX e que será contada a seguir.

1.3 – DA POLÍTICA ÀS QUESTÕES PESSOAIS: O INÍCIO DO CONFLITO EM SERRA TALHADA

Briga entre famílias não é uma particularidade do sertão, nem da cidade de Serra Talhada, casos outros constituíram eventos da história do Brasil desde o período colonial até os dias de hoje.

Quando esteve no sertão da Bahia durante o conflito em Canudos, Euclides da Cunha dedicou parte de suas observações às análises do cotidiano daquele espaço, principalmente sobre as relações de conflito entre famílias.

Luta de famílias – é uma variante apenas de tantas outras, que ali surge, intermináveis, comprometendo as próprias descendências que esposam as desavenças dos avós, criando uma quase predisposição fisiológica e tornando hereditários os rancores e as vinganças (CUNHA, 2000, p. 157).

No caso de Serra Talhada, as questões entre Pereiras e Carvalhos proporcionaram historicamente, a invenção de imagens e discursos sobre um espaço referenciado no cangaço e personificado em figuras como Lampião e “sinhô” Pereira, figuras que ajudaram a consolidar os sertões e o Nordeste como espaços da masculinidade (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2008) e que sem dúvida contribuíram para a difusão do estereótipo de Serra Talhada como terra de “cabra macho” e valente.

A pesquisadora Ana Cláudia Marques, em seu trabalho *Política e questão de família*, dedicou parte da sua pesquisa ao conflito entre Pereiras e Carvalhos em Serra Talhada. Ela apresenta um depoimento do comandante da 2ª Companhia Independente de Policiamento do Estado de Pernambuco, que foi publicado pelo jornal *Diário de Pernambuco* em 1º de agosto de 1997.

Brigas de família são tão tradicionais no sertão de Pernambuco quanto espinhos de mandacaru ou carne de bode assada. Aparecem de tempos em tempos, em qualquer ponto da caatinga, e se estendem por anos a fio. A honra do sertanejo continua sendo mais importante do que a vida [...], o componente emocional da vingança a um parente morto continua o mesmo desde 1848, quando os Carvalhos e os Pereiras começaram a duelar em Serra Talhada. (MARQUES, 2002, V. 45 nº 2).

Diante da análise da bibliografia produzida referente ao conflito entre famílias no sertão, me deparei com informações que vieram a marcar uma das limitações desta pesquisa. Muitos são os autores, como o próprio Wilson (1974) e Sá (2001), que afirmam que as divergências entre Pereiras e Carvalhos se transplantaram do reino de Portugal. Ou seja, quando imigraram para o Brasil, os dois clãs apenas prosseguiram uma guerra que já existia na metrópole. A limitação está na falta de fontes que comprovem essa ideia. Apenas a pesquisa nos arquivos portugueses me proporcionaria contar essa suposta guerra peninsular iniciada antes do período colonial da história do Brasil.

De qualquer modo, tratarei aqui dos eventos que marcaram o conflito entre as famílias a partir do momento em que se estabeleceram no Pajeú. Quanto à pesquisa da guerra portuguesa me resta, nesse momento, me sentir provocado para a sua realização num momento posterior, talvez como pesquisa de doutorado. Ademais, vamos aos fatos.

O conflito entre Pereiras e Carvalhos no Pajeú pernambucano tem início na época em que o Brasil vivia uma grande instabilidade política. Em 1831, o Imperador do Brasil D. Pedro I vivia pressões internas, em virtude de suas ações autoritárias, como a outorgação da constituição de 1824 e, da mesma forma, pressões externas, pelo fato da morte de seu pai D. João VI ter aberto a possibilidade de ascendência de D. Pedro ao trono português, intencionado também por seu irmão D. Miguel e seus partidários no parlamento que questionavam a validade do direito de D. Pedro assumir o trono, uma vez que este havia liderado a quebra dos laços coloniais entre Brasil e Portugal, se tornando o primeiro imperador do Brasil em 1822.

Diante dessas pressões, D. Pedro I decide em 1831 abdicar do trono brasileiro em nome do seu filho Pedro de Alcântara (que seria a partir de 1840 D. Pedro II) e seguir para assumir o trono português como D. Pedro IV, em detrimento das intenções de D. Miguel e seus partidários de usurparem o trono. A constituição brasileira previa que no caso da incapacidade de comando do imperador seria nomeada uma administração regente. Neste caso, a menoridade de Pedro de Alcântara o impedia de assumir imediatamente o trono, o que aconteceria a partir do momento em que se completasse a sua maioridade. Deste modo, entre

os anos de 1831 e 1840 o Brasil viveu sob a batuta de governantes regentes, intervalo de tempo conhecido na nossa história como período regencial.

A descentralização política no período regencial, pela falta do imperador e do exercício do seu poder moderador instituído por D. Pedro I em 1824, bem como as divergências entre liberais e conservadores no Parlamento brasileiro e nas Assembleias Provinciais, permitiram a ocorrência de uma série de revoltas sociais, como a Cabanagem no Pará (1834-1840), a Sabinada na Bahia (1837), a Balaiada no Maranhão (1838-1841) e a Farroupilha no Rio Grande do Sul (1835-1845). Em tais movimentos, embora existissem suas particularidades, tinham sempre como pano de fundo a disputa política no Brasil entre Liberais e Conservadores.

Em Pernambuco, o *Partido Liberal* representava grande força política, principalmente por contar com o apoio da elite capitalista, como comerciantes e banqueiros recifenses, além de jornalistas, médicos, advogados, etc. Porém, a máquina administrativa da província era comandada pelo *Partido Conservador* que contava com a adesão da elite agrária pernambucana e era representada pela família Cavalcanti, que em todas as suas ações no governo reproduziam o que se sabia nas ruas de Recife e nas cidades interioranas da província, que: Quem viver em Pernambuco, não há de viver enganado, ou há de ser Cavalcanti ou há de ser cavalgado.

A ostentação do poder político da família Cavalcanti do Recife, conforme demonstrado na quadra popular da época perpassava o enorme apoio que recebiam das poderosas famílias latifundiárias do interior de Pernambuco, como os Feitosas da Mata-Norte e especialmente da família Pereira da região do Pajeú.

Os Pereiras, como uma das grandes representantes da elite agrária do interior da província estavam envolvidos com os interesses do grupo, que assim como eles, eram grandes fazendeiros e, naquele momento em que se desenvolviam as atividades do capital, principalmente a partir dos comerciantes baseados no porto de Recife, intencionavam criar obstáculos à consolidação dos interesses burgueses em Pernambuco. Neste sentido a ordem dos Conservadores pernambucanos, liderados pelos Cavalcantis no governo e pela família Pereira no sertão, era manter o monopólio do comércio no porto pernambucano sob comando dos comerciantes portugueses, em detrimento dos interesses dos comerciantes pernambucanos, entre eles a família Carvalho do Pajeú, que defendia no interior da província, os interesses dos Liberais contra os Conservadores da família Pereira.

O conjunto desses eventos políticos que marcaram as disputa entre Liberais e Conservadores durante o Período Regencial brasileiro (1831-1840) e, na província de

Pernambuco, através dos desmandos dos Cavalcantis, colocaram Pereiras e Carvalhos do sertão pernambucano em lados opostos. A disputa política, os interesses desencontrados entre Liberais e Conservadores e o monopólio do comércio dado aos comerciantes portugueses, gerou toda a insatisfação dos comerciantes locais e representaram os antecedentes e as causas do início da guerra entre as famílias Pereira e Carvalho no Pajeú pernambucano.

Pois bem, se já existia uma situação de oposição política entre Pereiras (Conservadores) e Carvalhos (Liberais) em Pernambuco, o conflito pessoal entre essas famílias ainda estava por acontecer. A gota d'água para a eclosão da guerra entre Pereiras e Carvalhos foi dada no ano de 1838, transformando as disputas políticas em uma guerra que duraria quase cem anos.

Em 1838, liberais e conservadores do Pajeú viviam o momento de tensões e articulações políticas que resultariam na indicação do próximo governador da província de Pernambuco. Tal situação seria semelhante ao que se vive no tempo presente em Serra Talhada. De quatro em quatro anos, nas épocas de campanha eleitoral, ou o sujeito é “azulão” ou é “cabeça-vermelha”. Resignificações dos embates políticos do século XIX, quando os Conservadores exibiam a bandeira de cor azul e os Liberais exibiam a bandeira de cor vermelha (ou encarnado).

Diante desse momento de exaltação do azul e do encarnado, de disputa pelo apoio de cada vila, de cada fazenda, de cada freguesia e principalmente de cada família do sertão do Pajeú, um fato em especial veio a marcar definitivamente a história de Pereiras e Carvalhos. O assassinato de uma das lideranças do Partido Liberal, o Capitão Manuel Barbosa de Carvalho, conhecido por “capitãozinho”.

No ano de 1838, Manuel Barbosa (o capitãozinho) foi assassinado pelo seu principal opositor político, o conservador, Pedro Nunes de Magalhães. Pedro Nunes era amigo e correligionário da família Pereira de Serra Talhada, que pelas questões de aliança, de ajuda mútua entre famílias já explicadas neste trabalho (os Magalhães era família satélite da família Pereira), os Pereiras entrariam em apoio aos Magalhães.

Quando se espalhou a notícia da morte de Manuel Barbosa, a família Carvalho se articula e sob a liderança de Francisco Alves de Carvalho planeja a ordem de vingança. Neste sentido foi determinada e executada a morte de Joaquim Nunes de Magalhães, irmão de Pedro Nunes, que era capitão-mor da comarca de Flores e que na ocasião estava em Serra Talhada. Desta forma a família Pereira, como família polo, toma para si a agressão, assumindo a liderança na vingança contra os Carvalhos pela morte de Joaquim Nunes.

Frederico Bezerra Maciel analisa este fato.

De fato, em 1838, foi assassinado em Serra Talhada, o Coronel Joaquim Nunes de Magalhães, do partido conservador. Acusado de mando Francisco Alves de Carvalho, liberal. Os Pereiras eram amigos e correligionários da vítima. Daí a raiz da famosa questão que se tornou quase secular entre Pereiras e Carvalhos, e que tanto ensanguentou o Sertão. (MACIEL, 1985, p.46).

O sistema de alianças explicado anteriormente entre famílias polos e famílias satélites como rede da imaterialidade territorial (FERNANDES, 2005) é a base fundamental para a compreensão da motivação do conflito entre as duas grandes famílias. Neste sentido compreende-se que a família de Joaquim e Pedro Nunes de Magalhães era apoiada política e socialmente pela família Pereira, esta por sua vez não poderia deixar impune a agressão cometida a uma de suas bases de poder.

As relações sociais entre os grupos familiares criaram este espaço imaterial, que para as famílias havia sido invadido a partir do momento em que ocorre cada uma das mortes. Este espaço imaterial não poderia ser entendido sem a noção de território (SANTOS, 2008), já que este só pode ser concebido como espaço das relações de poder. Assim, de territórios imateriais invadidos nasce a guerra entre Pereiras e Carvalhos.

O pesquisador Luís Wilson (1974), em sua obra *Vila Bela, os Pereiras e outras histórias*, também analisou o início do conflito.

O assassinato de Manuel Barbosa “O Capitãozinho” (Família Carvalho) e o de Joaquim Nunes de Magalhães (Família amiga dos Pereiras, como a Pinto de Campos), foi talvez, a origem de toda a luta entre Pereiras e Carvalhos, reiniciada no princípio deste século com a morte de Né do Baixio e a de Manuel Pereira da Silva Jacobina (Padre Pereira), em Serra Talhada. (WILSON, 1974, p. 35).

Ainda segundo Wilson (1974), a esposa do “Capitãozinho”, Ursula Maria das Virgens, inconformada pela impunidade na morte do seu marido foi ao Rio de Janeiro e teria conseguido, por conta própria, cerca de 100 praças de linha para perseguir ao assassino de Manuel Barbosa⁴. Os militares em questão chegaram ao sertão com honras e às custas da própria Dona Úrsula, que sob as suas determinações aprisionaram Pedro Nunes de Magalhães e seus “cabras” e os conduziram até a Cadeia Nova no Recife a fim de cumprir pena por assassinato. Tal fato já representa um indicativo interessante para a compreensão dos eventos que marcaram a guerra entre Pereiras e Carvalhos, principalmente no sentido do compromisso

⁴ Deixemos esta informação no campo do talvez. Não obtivemos documentação necessária que nos possibilitasse a confirmação do fato, porém, destacamos e a incluímos no texto a título de possibilidade.

legalista assumido pelos Carvalhos no decorrer da história dessa luta que os fizeram se articular no trâmite do poder institucional do estado republicano a partir de 1889.

A guerra entre Pereiras e Carvalhos no Pajeú iniciada, como vimos, em 1838, continuaria em seu âmbito político e suas questões pessoais por todo o século XIX e primeiras três décadas do século XX. O conflito ainda ganhou maiores proporções quando os Pereiras lideraram a emancipação de Serra Talhada da Comarca de Flores, inventando-se em 1851, a cidade de Vila Bela, o espaço urbano que através da atividade comercial começa a ser territorializado pela família Carvalho consolidando-se até o início do século XX, como elite urbana vilabelense. Os eventos que marcam esse momento de invenção da cidade pelos Pereiras e o início do processo de territorialização do espaço urbano pelos Carvalhos serão abordados a seguir.

1.4 – A INVENÇÃO DE VILA BELA: A PRAIEIRA, A ELABORAÇÃO DO ESPAÇO URBANO E A EMANCIPAÇÃO DA CIDADE

A história de Serra Talhada nos dá conta do seu princípio como fazenda de criação de gado nas primeiras três décadas do século XVIII, sob o comando de Agostinho Nunes de Magalhães. Porém foi sob a batuta da família Pereira, chegada à região ainda no século XVIII na Fazenda Inveja (hoje Bom -Nome) que se construiu o espaço urbano de Serra Talhada e sua oficialização como cidade e sede de comarca a partir de 1851 com o nome de Vila Bela.

Antes de contarmos os eventos que marcaram a história do município propriamente dita, precisamos nos atentar às tramas que possibilitaram à família Pereira unir força política suficiente na capital, para garantir a emancipação de Serra Talhada no início da segunda metade do século XIX, entre essas tramas estava o envolvimento da família ao lado dos Cavalcantis em defesa dos Conservadores contra o levante dos Liberais da Praia.

A segunda metade do século XIX foi marcada, no Brasil, por uma série de eventos, como as já citadas revoltas do Período Regencial, influenciadas pelos movimentos que se inserem nas revoluções liberais da Europa. Socialismo, liberalismo e nacionalismo eram bandeiras que simbolizavam o momento de transformações vivido pela sociedade europeia, como no exemplo do movimento revolucionário francês de 1848. Tais eventos acabaram por influenciar a elite liberal no Brasil, principalmente no sentido de promover os debates referentes à abolição do trabalho escravo e a proclamação da República.

Conforme vimos anteriormente os Conservadores do sertão pernambucano eram liderados pela família Pereira e os Liberais pela família Carvalho. Em 1848, como

consequência deste conflito entre os dois partidos, eclode em Recife o movimento conhecido como Revolta da Praia, Revolução Praieira ou simplesmente Praieira. Movimento pelo qual os liberais questionavam as ações autoritárias dos conservadores, que estavam no governo, através de publicações no Jornal Diário Novo, sediado na rua da praia, no Recife. O Diário Novo era um veículo informativo que defendia os interesses dos comerciantes recifenses, isto é, dos Liberais. Pelo fato da localização da tipografia na Rua da Praia é que se nomeia o Movimento Revolucionário da Praia (1848-1851).

A insatisfação dos “praieiros” pernambucanos alcança proporções irreduzíveis por conta de uma série de demissões de liberais dos cargos públicos da província. Em 31 de maio de 1848, o Imperador D. Pedro II demitiu o liberal Souza Melo do cargo de chefe do Gabinete Imperial em Pernambuco e nomeou Pedro de Araújo Lima (o Visconde de Olinda) devolvendo o cargo ao Partido Conservador. Em 17 de outubro de 1848, foi nomeado para o governo da província o Dr. Herculano Ferreira Pena dissolvendo-se, portanto, o governo liberal comandado por Antônio Chichorro da Gama. “A gangorra (...) que vinha da regência, saltava aos olhos à simples sequência das fases de comando dos dois grupos. Ora subiam os liberais, ora caíam estes e subiam os conservadores” (WILSON, 1974, p. 255).

No dia três de novembro, os liberais mandam uma comissão ao palácio do governo a fim de comunicar ao presidente Herculano que, agremiados e fortes em toda a província, principalmente com famílias poderosas do interior, não consentiriam que se fizesse qualquer demissão sem a sua audiência. Era de fato uma provocação.

A ordem dos líderes “praieiros”, e repassada para toda a província, era a de negar pela força das armas, a entrega de qualquer cargo público que tenha sido dissolvido pelo novo governo conservador. As articulações Liberais necessitavam de todo o apoio, principalmente financeiro, para lutar contra o poder das elites agrárias conservadoras, da mesma forma que essas elites do litoral ao sertão, precisavam unir forças contra a insurreição Liberal. É neste sentido que entram no conflito da Praia, embora originado na capital, as famílias do interior pernambucano, entre elas os Pereiras e os Carvalhos.

A questão da Praia, como intensificadora da guerra pessoal entre Pereiras e Carvalhos, chega até o Pajeú no momento em que Herculano Ferreira Pena ordena a demissão do delegado e do sub-delegado da comarca de Flores, a alegação foi o “abuso dos mesmos em suas atividades policiais” (WILSON, 1974, p. 257). A gota d’água ocorre no momento em que o governo provincial decidiu destituir do cargo de presidente da Câmara de Flores, o Coronel Francisco Nogueira Paz do Partido Liberal.

Por este motivo, os Liberais “pajeuenses” liderados pelos Carvalhos, decidiram usar da força armada para não entregar a Câmara de Flores, principalmente pelo fato de ter sido nomeado em cargos acumulativos, como novo delegado e presidente da Câmara da Comarca de Flores em 15 de novembro de 1848, ninguém menos que o Coronel Manuel Pereira da Silva, maior inimigo dos Carvalhos em Serra Talhada.

Manuel Pereira da Silva mandara avisar a Nogueira a sua nomeação e as ordens recebidas. Este teria respondido, num supremo desafio, que somente com a força das armas entregaria a Câmara e que, mediante uma luta armada, dever-se-ia transferir o domínio local. (WILSON, 1974, p. 258).

Segundo Ferraz (1957) Manuel Pereira, seus irmãos, primos e homens de sua confiança chegam a Flores, para se empossar perante a Câmara, da qual era presidente e líder da maioria absoluta, Nogueira Paz. Com o apoio financeiro e pessoal da família Carvalho, Nogueira Paz transforma a cidade de Flores em uma fortaleza à espera do Coronel Manuel Pereira. Em 18 de novembro de 1848, Flores é cercada e tem início a tomada da sede da comarca como havia proposto Nogueira Paz. O cerco à cidade de Flores pelos Pereiras foi o marco decisivo para o movimento que culminaria com a emancipação de Serra Talhada.

O tiroteio em Flores, regorgitando de bacamartes e da fina flor do cangaceirismo do Pajeú e do Navio, começou no dia 18 as 2 horas da tarde, quando Lúcio Campos, jovem ardoroso, detona sua arma no pátio da matriz, contra a fachada da igreja, por simples provocação (WILSON, 1974, p. 258).

Em 20 de novembro, depois de dois dias de tiroteio, Simplício Pereira ⁵parte de Serra Talhada em direção a Flores a fim de oferecer reforço aos seus parentes. Encurralado e quase sem munição, Nogueira Paz é capturado.

Dois dias depois, quando a munição e víveres de ambos os lados estavam quase esgotados, chega o capitão Simplício Pereira a Vila de Flores com 200 homens e liquida Nogueira Paz, que se rende às 6 horas da tarde no dia 20 de novembro de 1848, com seus dedicados amigos (...), Antônio Boiadeiro, bisneto de Joaquim de Almeida e Silva, irmão de Dona Florência Maria de

⁵ Segundo a bibliografia consultada, algumas denominações, muitas delas míticas, eram dadas a Simplício Pereira, uma delas era a de *matador de índios*, pelos constantes confrontos que travara com nativos da região do Pajeú, principalmente diante do que ele chamava de “invasões das propriedades” da sua família e pelo fato desses nativos exercerem naquela região, a prática da caça, matando as cabeças de gado dos fazendeiros do Pajeú.

Barros, mulher de Manuel Lopes Diniz, da fazenda Panela d'água, em Floresta do Navio (família Carvalho). (WILSON, 1974, p. 259).

O coronel Francisco Barbosa Nogueira Paz e mais vinte companheiros foram capturados. Os Pereiras de Serra Talhada que estavam com a legalidade enviaram um forte contingente e saíram privilegiados. No dia 20 de novembro, o delegado legalista telegrafou ao presidente da província dizendo que “por falta de segurança na cabeça da comarca, havia conduzido os presos para a povoação de Serra Talhada” (WILSON, 1974, p. 260).

Após os acontecimentos de Flores, as lideranças do movimento da Praia, assim que julgadas, receberam punições distintas, uns sofreram a pena de morte, certamente por não representarem nenhum grande embaraço ao governo que precisaria da força do exemplo para evitar futuras insurreições. Outros, como o próprio Nogueira Paz foram aprisionados e serviram como instrumento de barganha dos Conservadores no sentido de neutralizar as ações dos Liberais.

Depois de longas negociações políticas entre Conservadores e Liberais em Pernambuco, resolveu-se em 1849 promover a anistia a todos os responsáveis pela luta de Flores, que haviam desrespeitado as ordens do presidente da província endossada por D. Pedro II.

Os liberais anistiados voltaram ao Pajeú e repuseram as armas no conflito entre Pereiras e Carvalhos. Nogueira Paz se estabeleceu em Floresta, berço histórico dos Carvalhos do Pajeú e, a partir dali, determinava as diretrizes das ações dos liberais contra os desmandos dos conservadores na região. O estabelecimento de Nogueira Paz em Floresta se deu por dois motivos, o primeiro, claro, por ser reduto dos Carvalhos, liberais do interior e o segundo, pelo fato de Floresta ter sido elevada a categoria de vila em 18 de março de 1846, por iniciativa de Nogueira Paz. Ou seja, a população e as lideranças de Floresta tinham essa dívida de gratidão com Nogueira Paz.

O dia 5 de agosto de 1849 foi dia de eleição para a Câmara de Flores, Liberais e Conservadores estariam no mesmo espaço, no mesmo dia, a fim de resolverem quais seriam os próximos líderes políticos de toda a Comarca. Entre os votantes estavam, inclusive, os anistiados, que trataram logo de vingar algumas questões pessoais com conservadores inimigos. Neste dia desciam da Baixa Verde, para exercerem seu direito de voto, os Conservadores Padre Joaquim Veras, que era Juiz de Paz da Baixa Verde, seu escrivão e mais alguns amigos.

Numa localidade chamada Brocotó, estavam armados em emboscada os Liberais, José Antônio do Saco dos Bois, Serafim de Souza Ferraz e José Rodrigues, todos a mando de Nogueira Paz “mataram o sacerdote e feriram o seu escrivo” (WILSON, 1974, p. 260). A morte do padre e Juiz do termo da Baixa Verde reascendeu o conflito armado entre Liberais e Conservadores no Pajeú e especialmente a guerra entre Pereiras e Carvalhos.

Protegido pelos Carvalhos, Nogueira Paz, que havia sido deposto de Flores pelos Pereiras, agora se encontrava em Serra Negra, localidade pertencente à Floresta e que seria palco de outra grande batalha entre os dois grupos. Da Serra Negra, Nogueira Paz envia comunicado ao Coronel Manuel Pereira: “Venha buscar, agora, no lugar em que eu me encontro, os restos da Câmara e da Comarca de Flores” (WILSON, 1974, p. 261).

Parece que Nogueira Paz e os Carvalhos, não faziam parte daqueles sertanejos que tanto foram representados pelos cantadores e violeiros da época em toda a região do Pajeú e também nos cordéis que circulavam nas feiras que diziam: “*Quem tem questão com Pereira, tem muita volta que dá, dorme tarde e acorda cedo, pisa no chão devagar*”. Desconsiderando e desafiando a tão cantada valentia dos Pereiras, Nogueira Paz esperava a chegada do Coronel Manuel Pereira à Serra Negra.

Segundo Wilson (1974), o Coronel Manuel Pereira precisou de muitas tentativas para conseguir entrar em Floresta, sempre era dispersado pelos rifles e fuzis dos Carvalhos que guardavam a Serra Negra. “Num ponto estratégico, dominando todo o vale do Navio e vitoriosos em vários combates contra Manuel Pereira (...), os rebeldes da Serra Negra começaram a ser louvados pelos violeiros e cantadores do sertão” (WILSON, 1974, p. 261).

“Zé Rodrigues é prata fina,
Barbosa cordão de ouro;
Serafim é diamante
Que brilha mais do que ouro
Simplício é mala velha
E os Campos surrão de couro”

Os versos apresentados enaltecem os Carvalhos e Nogueira Paz e ainda depreciam o capitão Simplício Pereira e a família Pinto de Campos, aliada dos Pereiras. Percebe-se que os autores não fazem versos depreciativos contra o coronel Manuel Pereira, já que este era o maior inimigo dos Liberais. O que me faz pensar como justificativa, é que seria um possível respeito dispensado pelos Carvalhos e liberais em geral por tudo que representava o coronel

na região. Talvez a semelhança disso seja a justificativa, que por muitas vezes foi atribuída a Virgulino Ferreira da Silva (O Lampião), a de que homem valente (ou cabra macho) deve ser respeitado.

Esta possibilidade, que não está sendo fechada por mim, talvez se verifique nesses outros versos cantados na região de Floresta em 1849 e atribuídos ao violeiro Luís José do Espírito Santo, onde o coronel é representado em tom de respeito ou quem sabe de ironia, os versos são apresentados por (WILSON, 1974, p. 261-262).

“A 23 de setembro do mês passado

Apareceu na ribeira

O chefe do Pajeú

Com 300 guabirus

Dizendo que o governo

O mandara a este termo, pacificar.

Vindo um homem de respeito

com uma tropa de linha

para que ele cá vinha

malvado...

O seu intento perverso

era somente saquear

logo depois atacar

José Rodrigues.

Estou com ele não brigue

Com um cidadão livre e forte

Que antes prefere a morte

à covardia.

O Sr. Simplício Pereira,

aquele peinha de mão,

a bainha do facão

será seu fim

O major Manuel Pereira
 Numa besta montado,
 Com um chocalho destampado
 Deu sebo às botas.

Não sei como é que ele arrota
 Uma soberba tão ufana,
 pensando que a força humana
 não lhe resista.

Correu a perder de vista,
 pois o fogo sendo a tarde
 passou em Serra Talhada
 ao escurecer.

E antes do amanhecer
 já era velho em Belém
 a todos pra sempre amém
 Viva!”

Os versos que apresentam um possível tom de respeito ao coronel Manuel Pereira apresentam também, um desafio de luta corpo a corpo a Simplício Pereira e em suas últimas frases enaltece o fato dos rebeldes da Serra Negra terem conseguido expulsar, ou “botar pra correr”, o coronel Manuel Pereira.

Porém em Serra Talhada, também se produziam versos que enalteciam suas figuras ilustres, não um homem em especial, verifica-se nos violeiros e cantadores de Serra Talhada, Belmonte, etc. A intenção de promover a família Pereira, como se fosse ela uma unidade, desconsiderando a personalidade dos seus indivíduos.

“Eu gosto de pau Pereira
 Que é pau de opinião
 Todo pau fulora e cai
 Só o pau Pereira não”

De fato, como propõem os versos, os Pereiras não desistiram de acabar com a revolta da Serra Negra. Mais bem equipados e agora contando com o auxílio de Simplício Pereira, tão famoso na região que o apelidaram de “o demônio da selva”. Com Simplício Pereira, volveram os Conservadores à Serra Negra para uma investida decisiva, inclusive foi ele próprio que em 11 de dezembro de 1849 “deu o tiro de misericórdia em Nogueira Paz” (WILSON, 1974, p. 263). Porém, antes desse encontro final, conta-nos Luis Wilson que Simplício pouco antes de chegar a Serra Negra, avista um dos homens de Nogueira Paz, um caboclo conhecido por Barbosa que quando vê o “demônio da selva” tenta correr em disparada, quando grita-lhe o capitão Simplício:

- Sou Simplício Pereira, não corra que eu quero falar-lhe.

“E, o índio obedeceu, pedindo que não o matasse, tal o terror que o nome de Simplício infundia no sertão, em virtude de suas inúmeras proezas, que corriam mundo pela voz da fama” (WILSON, 1974, p. 263).

O homem em questão acabou entregando a localização de Nogueira Paz. Simplício Pereira acompanhado por cerca de 30 homens arma a emboscada final que culminou com a derrota dos rebeldes da Serra Negra e conforme dito anteriormente, com a morte de Nogueira Paz pelas mãos do próprio Simplício.

A luta, na Serra Negra, terminou na realidade, no dia em que Simplício Pereira e seus homens guiados pelo gentio a que nos referimos, diz-se que por uma subida apenas conhecida dos índios, pegaram Nogueira de surpresa e tenho a impressão que pela retaguarda, embora o cel. Serafim de Sousa Ferraz, que seria mais tarde Comendador da Imperial Ordem da Rosa, continuasse a lutar durante algum tempo na ribeira do riacho do Navio (WILSON, 1974, p. 264).

Como vimos, a nomeação de Manuel Pereira da Silva para chefe da comarca de Flores foi uma consequência da disputa entre Conservadores e Liberais do interior da província, que acabou por intensificar as questões entre Pereiras e Carvalhos no Pajeú. O deslocamento de tropas para Flores e para Serra Negra, sob o comando dos Pereiras de Serra Talhada, serviu à Praieira pelo desvio de forças do Recife e da Zona do Litoral para o interior da província, o qual neutralizou as ações dos Liberais pelos sertões pernambucanos.

Estes fatos vinculados a muitos outros de articulação política e social da família Pereira culminaram com o estabelecimento do município de Serra Talhada sob a denominação

de Vila Bela, através da lei provincial número 280 de 06 de maio de 1851, cujas negociações trataremos adiante.

Ora, levando-se em consideração que a família Pereira de Serra Talhada serviu aos interesses políticos dos conservadores da capital, é claro que uma contrapartida seria bem elaborada pela família e cobrada às lideranças na assembleia pernambucana. Esta contrapartida seria o desmembramento de Serra Talhada da comarca de Flores, dominada pelos Carvalhos, e o seu reconhecimento como sede de comarca. Ou seja, as ações da família Pereira no levante da Praia visavam unir força política necessária para se fazer o que podemos chamar de: A invenção de Vila Bela.

No dia 6 de maio de 1851, como resultado, sem dúvida, das rebeliões de Flores e da Serra Negra, pela lei provincial nº 280, a povoação de Serra Talhada é elevada à categoria de Vila (e sede da comarca do Sertão, instalada a 09.09.1851), com o nome de Vila Bela, à qual ficou pertencendo Flores. (WILSON, 1974, p. 265).

Logo depois das batalhas de Flores e da Serra Negra, a família Pereira de Serra Talhada, sob a liderança do Coronel Manuel Pereira e fazendo uso de seu poder no interior, inicia o processo de negociações com o objetivo de desmembrar Serra Talhada de Flores e promoverem sua elevação a categoria de sede da Comarca.

A Vila de Flores, histórico reduto dos Liberais, a partir de 1848 e diante de tanta instabilidade, acaba perdendo população e importância política. Famílias inteiras se retiraram da vila e apoiadas pelos Pereiras, mudaram-se para a Baixa-Verde e principalmente para Serra Talhada, conforme analisa Luis Wilson. “Esta, mal localizada e vítima de perturbações internas, regredia, de fato, enquanto prosperavam povoados que lhe pertenciam, como o da Baixa-Verde (Triunfo) e o da Serra Talhada” (WILSON, 1974, p. 265).

Os próprios Conservadores da Assembleia Provincial de Pernambuco eram de acordo, que se satisfizessem os interesses de seus correligionários do sertão, de desmembrar aquele espaço de Liberais de uma vez por todas e reduzir a Vila de Flores à categoria de Freguesia.

As lideranças Liberais da Câmara de Flores percebiam que, diante das alianças dos Pereiras na Capital, era inevitável e praticamente impossível que eles não perdessem a condição de sede da Comarca. Neste sentido, a estratégia dos “floresenses” era obstaculizar os interesses dos Pereiras de se transferir a sede para Serra Talhada, sendo assim oficializaram o pedido de transferência da sede da Comarca para o povoado da Baixa-Verde.

A Câmara Municipal de Flores, estudando a conveniência da mudança da sede, pediu à Assembleia Provincial sua transferência para a Baixa-Verde, e a princípio foi esse o projeto apresentado e defendido, entre outros, pelo monsenhor Pinto de Campos (WILSON, 1974, p. 265).

O monsenhor Pinto de Campos, que era da família Campos da Baixa-Verde, era o principal deputado na Assembleia Provincial de Pernambuco que defendia a transferência da sede da Comarca para a Baixa-Verde, no entanto, a sua família naquela localidade fazia parte da rede de famílias satélites da família Pereira de Serra Talhada, o que seria motivo para a sua mudança de opinião em favor de Serra Talhada.

Mas antes disso, é necessário atentar para uma situação em que precisaria se preocupar, ainda, o Coronel Manuel Pereira. Serra Talhada, não reunia as condições físicas favoráveis para ser a sede da Comarca, isto é, não possuía uma cadeia pública em nível de sede de comarca, um espaço para sediar o fórum, a prefeitura, cartórios e demais órgãos da burocracia municipal, além de não possuir casas suficientes para justificar a população e as famílias que deveriam se fixar naquele espaço.

Os espaços em questão eram exigidos pela Assembleia para a criação de municípios em Pernambuco. Mas nada que com uma boa articulação, não pudesse ser resolvido pelo Coronel Manuel Pereira e sua família.

Neste sentido coube aos Pereiras liderar a criação dessas condições materiais favoráveis e patrocinar a elaboração de um espaço urbano, para onde deveriam convergir as atenções políticas e econômicas da região. A localização geográfica de Serra Talhada foi trunfo fundamental para que os Pereiras pudessem convencer outras famílias do sertão, agreste e litoral a se fixarem em Serra Talhada, principalmente pelas grandes vantagens que teriam no exercício da atividade comercial.

De fato, Serra Talhada hoje, é um grande centro comercial do sertão pernambucano, porém, talvez não imaginassem os Pereiras, que tal articulação para elaboração de um espaço urbano, bem localizado, um grande espaço capitalista em potencial, traria em sua formação o “gérmen” que viria a consolidar uma grande oposição aos seus interesses: o próprio comércio a ser dominado pela família Carvalho.

O conjunto das relações que visavam a elaboração do espaço urbano serratalhadense é entendido como as técnicas de definição do espaço (SANTOS, 2002), ou seja, o Comendador Pereira buscou os meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produzindo e, ao mesmo tempo, criando o espaço vilabelense. Ele mesmo foi responsável por

erguer o primeiro casario da família Pereira no espaço urbano de Serra Talhada, atitude que incentivou outras famílias, como os Melos, os Godoys, os Gomes de Andrada, os Magalhães, os Oliveiras, entre outras, a fazerem o mesmo. Assim nasceram as atuais praças Barão do Pajéu e Sérgio Magalhães no centro da atual Serra Talhada, onde também está localizada a igreja matriz de Nossa Senhora da Penha.

“Os grandes proprietários rurais reunidos sob a liderança do Comendador Pereira, concordavam com a ideia, e em doze meses completavam as edificações em torno de um grande retângulo” (SÁ, 2001, p. 22).

Cada casario construído no espaço que hoje é o centro da cidade recebia o nome das fazendas de cada uma das famílias proprietárias. Esse momento de configuração espacial, tão importante para a história de Serra Talhada é explicado por Sá (2001) e que aqui relacionamos considerando a relação entre famílias polos e famílias satélites.

“Vejamos pela ordem, subindo pelo lado esquerdo das praças” (SÁ, 2001, p. 22-23).

Casa da Fazenda Mocambo – da família Magalhães.

Da Fazenda Barra do Bonito – dos Gomes de Andrada.

Fazenda Porteira – da família Melo (Henrique de Souza Melo)

Fazenda Pitombeira – da família Pereira (era a casa do Barão do Pajeú).

Fazenda Jatobá – da família Souza Ramos.

Fazenda Passagem do Meio – da família Pereira de Sá (Manuel Pereira da Silva e Sá).

Fazenda Canafístula – da família Pereira da Silva (José Pereira da Silva e Sá).

Fazenda Jatobazinho – dos Alves de Lima.

Fazenda Aldeiota – da família Pereira (Manuel Sebastião Pereira da Silva).

Fazenda Carnaúba – de Manuel Alves de Barros (da família Carvalho).

Fazenda Barra do Exu – da família Carvalho (Antônio Alves da Fonseca Barros).

Fazenda Serrinha – da família Pereira (Manuel Pereira da Silva Jacobina – Pe. Pereira)

Fazenda Teiú – da família Carvalho (João Nunes de Barros).

Fazenda Saco – da família Magalhães.

Fazenda Saco da Roça – da família Carvalho (João Alves do Nascimento).

“Subindo pelo lado direito das praças” (SÁ, 2001, p. 22-23).

Fazenda Carnaúba do Ajudante – da família Pereira (Manoel Pereira de Vasconcelos).

Fazenda Saco da Roça – da família Carvalho (José Alves do Nascimento).

Fazenda Soledade – da família Gonçalves Lima

Fazenda Saco da Roça – da família Carvalho (Tiburtino José do Nascimento).

Fazenda Barra da Carnaúba – da família Magalhães.

Fazenda Barra de Tauapiranga – da família Magalhães.

Fazenda Malhada Cortada – da família Inácio de Medeiros.

Fazenda Abóbaras – Dos Nunes de Magalhães.

Fazenda Piranhas – família Carvalho (Lucas Alves de Barros).

Fazenda Quixaba – da família Magalhães.

Fazenda Faxeiro – da família Carvalho (Isabel Otaviano de Barros).

Fazenda Malhadinha – da família Melo Lima.

Fazenda São Miguel – família Carvalho (João Gomes de Barros).

Há de se atentar através da análise dos fatores que determinaram a elaboração e construção do espaço urbano serratalhadense e principalmente pelo próprio processo de erguimento dos casarios, que o espaço não é apenas uma elaboração material, mas simbólica também. As casas em questão demonstram que o espaço urbano de Serra Talhada foi construído materialmente sob a liderança dos Pereiras, mas sobretudo, de forma imaterial, na medida em que cada casario construído, por cada uma das famílias citadas, carregava toda a simbologia do espaço rural, das tradições de cada grupo familiar, ainda que representassem a inauguração de um espaço urbano, ou seja, dentro desta perspectiva o espaço urbano de Serra Talhada representava um prolongamento do espaço rural, que acabava evocando um passado suntuoso da nobreza de cada família. Tanto é que na fachada de cada casario era, geralmente, lapidado o brasão das famílias que vieram a protagonizar a elaboração do espaço urbano e que ainda hoje é possível se verificar nas poucas casas do atual centro da cidade, que mantiveram a arquitetura original.

Percebe-se na elaboração do espaço urbano de Serra Talhada, explicado por Sá (2001), que a grande maioria das casas ali construídas, pertenciam, levando em consideração a relação entre Polos e Satélites, às famílias Pereira ou Carvalho.

Esta situação de construção das casas como critério para a transferência da sede da comarca para Serra Talhada pode nos conduzir a duas importantes indagações: Primeira. Como que os Carvalhos, liberais por convicção passaram a desejar a construção de suas casas no espaço urbano serratalhadense, já que essas serviriam para satisfazer os interesses de emancipação tão desejada pelos seus inimigos da família Pereira? Segundo, como que os Pereiras, líderes do processo de elaboração territorial permitiram que seus inimigos históricos, os Carvalhos, também construíssem suas casas no espaço urbano de Serra Talhada?

Ora, os Carvalhos eram e são reconhecidos como a família referência no Pajeú quando o assunto é a atividade comercial. Se um novo centro está prestes a surgir e com uma grande possibilidade de prosperidade, qualquer comerciante que se preze enxergaria ali a grande

oportunidade que se construía. Já sob o ponto de vista dos Pereiras, pensemos: A ideia não seria atrair famílias para aquele espaço com o intuito de justificar e conseguir a emancipação? Pois bem, quanto mais famílias buscassem o espaço urbano serratalhadense, mais força teria na Assembleia Provincial o projeto de emancipação, e os Pereiras não cometeriam o erro de arriscar a reprovação do projeto expulsando ou tentando expulsar a família Carvalho.

Embora as duas famílias não pudessem prever o futuro, sabiam elas que estavam criando sob a liderança de uma e a ajuda da outra, mais um espaço em disputa no sertão pernambucano, o espaço urbano serratalhadense ou vilabelense, de acordo com a aprovação da mudança do nome da povoação em maio de 1851.

O que ficou evidente na história e no processo de invenção de Vila Bela, é que os Pereiras queriam a emancipação da cidade, que depois de alcançada, seria o espaço de poder da família, que através desse poder neutralizaria qualquer ação dos Carvalhos. E os Carvalhos, por sua vez, estavam cientes que ocupavam um espaço comercial em potencial, que precisaria apenas ser explorado e nenhuma família ali, dominava mais a atividade comercial do que os Carvalhos, isto é, falar de comércio no Pajeú durante a segunda metade do século XIX era falar da família Carvalho.

Feitos então os acordos que visavam e garantiam a construção dos casarios em doze meses, conforme explicado por Sá (2001) restava aos Pereiras, portanto, desenvolver as negociações na Assembleia Provincial de Pernambuco e assim oficializar o projeto de emancipação e transferência da sede da Comarca.

Os debates que resultaram na emancipação política de Serra Talhada têm início na Assembleia Provincial de Pernambuco no dia 11 de março de 1851. O projeto de lei nº 05 foi resultado de um dos pareceres da comissão de estatística, que naquele dia tratava da transferência da sede da Comarca de Flores para a Baixa Verde, atual Triunfo.

O requerimento elaborado pelos deputados Joaquim Pinto de Campos, Reis e Silva e José Quintino de Castro Leão defendia, de forma veemente, a Baixa Verde como sede da comarca desmembrada de Flores, conforme pedido apresentado pela própria Câmara Municipal de Flores. Serra Talhada ainda não era citada.

O parecer foi defendido inclusive pela representação da Câmara Municipal de Flores presente na Assembleia. O fato das lideranças de Flores concordarem com a mudança para a Baixa Verde me soa, neste momento, como se entendessem da impossibilidade de lutarem contra a transferência da sede da Comarca, já que seria importante para os Conservadores da capital o desmembramento de um espaço que havia sido o principal centro político dos

Liberais, mas, para os “florenses”, que esta manobra ao menos não forçasse sua transferência para Serra Talhada, como queriam os Pereiras.

Luiz Conrado de Lorena e Sá, pesquisador e ex-prefeito de Serra Talhada, registrou em sua obra: *Serra Talhada 250 anos de história 150 anos de emancipação política* (2001), a transcrição dos pronunciamentos dos deputados provinciais no debate da transferência da sede da Comarca de Flores em 1851. As falas dos deputados foram obtidas em pesquisa nos arquivos da Assembleia Legislativa de Pernambuco.

Em 11 de março de 1851 a mesa diretora da Assembleia Provincial formada pelos deputados Pinto de Campos, Reis e Silva e Castro Leão, põe em votação o seguinte projeto de lei:

Art. Único: Fica transferida para a povoação da Baixa Verde a sede da comarca do Pajeú de Flores. Ficam revogadas as disposições em contrário. Paço da Assembleia Legislativa Provincial de Pernambuco, 11 de março de 1851 – Joaquim Pinto de Campos – Reis e Silva – José Quintino de Castro Leão (SÁ, 2001, p. 24).

O projeto é submetido à discussão imediatamente após sua leitura. A sessão do dia 11 se encerra sem definição.

No dia 12 de março, é retomada a sessão e o deputado Pinto de Campos inicia sua defesa para a transferência da sede da comarca para a Baixa Verde, ponderando a respeito das belezas naturais da região, do clima ameno, das águas cristalinas, lugar que ele mesmo chamou de novo éden, e encerra sua fala desqualificando o espaço de Flores que vivia a decadência desde os episódios de 1848.

A postura do deputado Pinto de Campos em defender a Baixa Verde, foi modificada dias depois de o deputado ter recebido uma carta do homem de maior prestígio político do Pajeú, o Coronel Manuel Pereira da Silva, de Serra Talhada. No decorrer do debate na Assembleia, o próprio Pinto de Campos confirma o recebimento da carta. Este fato é explicado mais adiante.

Em 05 de abril de 1851, algo ocorre nos bastidores das discussões políticas (seria a chegada das cartas do Coronel do Pajeú?) e é apresentado ao plenário da Assembleia um artigo substitutivo, proposto pelos deputados Barros Falcão e Augusto de Oliveira, o qual determinava a transferência da sede da comarca de Flores para a povoação de Serra Talhada, que seria elevada à categoria de vila. Nasceria, portanto, conforme queriam os Pereiras a cidade de Vila Bela.

A situação de mudança, um tanto sem explicação, do projeto que intencionava a transferência da sede da comarca para Baixa Verde, e que agora seria para Serra Talhada provoca desconfiança de parte da Assembleia.

O deputado Melo Rego, envia à mesa o requerimento para adiamento das discussões por três dias a fim de entender os interesses que estavam por trás da mudança do Projeto de lei.

“(...) declaro que me acho embaraçado para votar por esse projeto, requeiro o adiamento por três dias a fim de poder conversar com alguns amigos a respeito – Melo Rego”. (SÁ, 2001, p. 27).

O mais interessante é que o maior baluarte e defensor da transferência da sede da comarca para Baixa Verde, o Deputado Pinto de Campos, que num primeiro momento havia apelado inclusive para as belezas naturais em defesa do lugar, “agora protagonizava o grupo que defendia Serra Talhada como o mais novo município e, portanto sede da Comarca”. (SÁ, 2001, p. 27-28).

O deputado Catanho, que defendia a proposta enviada pela comissão da Câmara Municipal de Flores em prol da Baixa Verde, chega a interrogar o Deputado Pinto de Campos sobre a sua mudança tão inexplicável.

(...) O nobre deputado fez uma pintura tão extraordinária da Baixa Verde, figurou-a como um paraíso terreal: ora se a Baixa Verde tinha essas conveniências, se não havia outro lugar melhor, (...) como aparece agora o nobre deputado proclamando a superioridade de Serra Talhada? (Sá, 2001, p. 28).

As hipóteses que poderiam explicar a mudança um tanto repentina de parte da Assembleia, inclusive do Deputado Pinto de Campos, marcam uma das limitações desta pesquisa, a falta de documentos que possibilitassem a máxima aproximação com a verdade sobre o arranjo político por trás das discussões da Assembleia, o que nos provocou um problema que talvez possa ser resolvido em pesquisas posteriores. A pergunta é: O que foi usado como barganha para justificar a mudança de opinião de parte da Assembleia?

Cabe analisar que os membros que passaram a defender Serra Talhada como sede da Comarca, pertenciam ao Partido Conservador, que em Serra Talhada era representado pela família Pereira, esta por sua vez era inimiga das lideranças políticas de Flores, membros do partido Liberal. Ou seja, o Coronel Manuel Pereira de Serra Talhada tinha contatos na Assembleia dos quais fazia uso. Como de fato fez, conforme nos explica Luis Wilson.

Este foi, enfim, o projeto aprovado e defendido também, entre outros, pelo monsenhor Pinto de Campos, em virtude de uma carta que lhe mandou o cel. Manuel Pereira da Silva, que escreveu no mesmo sentido a outros amigos na Assembleia Provincial (WILSON, 1974, p. 266).

O Deputado Barros Falcão, em sua fala na Assembleia, confessa que junto ao deputado Pinto de Campos havia recebido uma carta do Coronel Manuel Pereira da Silva de Serra Talhada.

Sá (2001) registra a confissão, intencional ou não, do deputado Barros Falcão.

(...) O meu nobre amigo Sr. Pinto de Campos, dizendo-me que havia recebido cartas neste sentido, eu recebi igualmente uma carta do Sr. Coronel Manuel Pereira da Silva, pessoa a quem tributo muita consideração e respeito, por sua sisudez e honestidade – Barros Falcão. (SÁ, 2001, p. 30).

Diante dos debates fervorosos entre os lados da Assembleia, a respeito da possibilidade de ser Serra Talhada a sede da Comarca, levou os parlamentares contrários ao projeto a questionar se Serra Talhada possuía as condições materiais favoráveis para encabeçar a Comarca.

O deputado Pinto de Campos é o primeiro a levantar na Assembleia o debate acerca do espaço urbano necessário para a transferência da sede da Comarca para Serra Talhada.

“(...) Consinta-se-me agora lhe perguntar senhor Presidente, se essa povoação de Serra Talhada tem as casas necessárias para ser vila e cabeça de Comarca; é o que ainda não se provou”. (Sá, 2001, p. 32).

Percebamos que o deputado Pinto de Campos não conhecia Serra Talhada, ou seja, estava neste momento influenciado apenas pelo pedido do Coronel Pereira contido na carta que recebera.

Segundo Sá (2001), grande parte da Assembleia em uma só voz respondeu ao deputado: “Tem sim senhor”. (SÁ, 2001, p. 32).

Os casarios das atuais praças do centro da cidade de Serra Talhada foram construídos, sob liderança de Manuel Pereira, no sentido de justificar a existência de um espaço pronto para ser sede de comarca. E foi utilizado na Assembleia como requisito básico para o reconhecimento de Serra Talhada como espaço urbano em potencial desenvolvimento, principalmente pela sua excelente localização que possibilitaria uma grande atividade comercial.

Provada pela maioria da Assembleia que Serra Talhada tinha sim as casas exigidas e necessárias para ser a sede da Comarca, resolveu-se, portanto, pelo encerramento das discussões.

Em 06 de maio de 1851 é aprovada e sancionada em três artigos a lei de número 280, pelo então presidente da província de Pernambuco José Idelfonso de Sousa Ramos.

Art. 1º - A sede do município de Flores fica transferida para a povoação de Serra Talhada, que é elevada a categoria de Vila, com denominação de Vila Bela. Art. 2º - Fica transferida para Vila Bela, “novamente” Criada, a sede da Comarca do Pajeú de Flores. Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário. (WILSON, 1974, p. 266).

Depois de confirmada a aprovação da emancipação política de Serra Talhada agora Vila Bela, em maio de 1851 seria necessário, para as lideranças políticas do novo município e principalmente para os Pereiras, a elaboração da burocracia municipal. Os cargos do governo foram ocupados por aqueles que faziam parte da rede de famílias satélites da família Pereira.

É preciso atentar bem, a partir de agora, para a nomeação de Vila Bela da recém formada Comarca emancipada de Flores, espaço urbano elaborado social e espacialmente pela família Pereira para ser território dessa família e que no decorrer da passagem dos séculos XIX e XX vai sendo dominado pelos Carvalhos e por sua atividade comercial. Neste sentido, chamaremos a antiga fazenda e povoação de Serra Talhada, a partir de agora, de Vila Bela, referência feita a organização do centro da cidade formada por ruas largas e casas devidamente alinhadas com uma praça central arborizada. Para a época, uma Vila Bela, que assim permaneceu até o ano de 1939 quando voltou a ser chamada de Serra Talhada, num período em que a política e os cargos do município já eram de domínio dos Carvalhos e de suas respectivas famílias satélites no espaço urbano vilabelense.

Ainda em 1851 foi nomeado como primeiro intendente do Município de Vila Bela, o Coronel Manoel Pereira da Silva; como primeiro juiz, o Dr. Joaquim Gonçalves Lima; como promotor público, o Dr. Marcos Ferreira da Câmara; como Tabelião, o Dr. Manoel do Nascimento Casado Lima e como Juiz de Paz, o Sr. Braz Nunes de Magalhães.

A primeira Câmara Municipal foi constituída sob a presidência do Padre Antônio Gonçalves Lima e em 1892, já com a Constituição da República, foi eleito o primeiro prefeito de Vila Bela, o filho do Coronel Manuel Pereira, o Sr. Andreino Pereira da Silva, o Barão do Pajeú. Em 1911 foi elaborada a desejo dos políticos locais, liderados pela família Pereira, a divisão administrativa do município, ficando Vila Bela com três distritos: A sede, São Francisco e Barro Vermelho. Em 1938 fixou-se nova divisão territorial estabelecendo que o

município de Vila Bela fosse composto pelos distritos de Serra Talhada (sede), Bernardo Vieira, Pajeú e Tauapiranga, substituindo as denominações anteriores. E por fim, em 1939, pelo Decreto Estadual número 386 de 15 de junho, o conjunto dos espaços urbano e rural do município formado pela sede e pelos distritos passou a chamar-se definitivamente Serra Talhada, assim permanecendo até os dias atuais.

Com a elaboração do espaço urbano e a oficialização como sede de comarca a partir de 1851, Vila Bela se tornou o principal centro comercial do sertão do Pajeú, convergindo para ela todas as feiras das vilas circunvizinhas e proporcionando a consolidação do poder de um grupo familiar, que além de impor grande oposição ao poder da tradicional família Pereira, é reconhecido até hoje como grandes empreendedores da cidade de Serra Talhada, a família Carvalho.

A partir do ano de 1851, enquanto as principais famílias buscavam a sua consolidação no espaço urbano vilabelense, Pereiras e Carvalhos protagonizaram um período de trégua das questões pessoais e do conflito armado entre as décadas de 1850 e 1860. No caso dos Carvalhos, esse período de trégua relativa foi de grande importância para a instalação dos pontos comerciais que tinham como centro das atenções o recém criado espaço urbano de Vila Bela. Porém, conforme explicamos anteriormente, Vila Bela havia sido inventada como espaço de domínio da família Pereira e como tal, não deveria ser ameaçado.

Para tanto e principalmente nesse sentido de domínio dos Pereiras em Vila Bela, a família Carvalho investe, no final do século XIX, no processo de elaboração de um outro espaço urbano que satisfizesse os seus interesses comerciais. O espaço em questão seria o atual município de Mirandiba, conhecido no Pajeú ainda hoje como terra dos Carvalhos. Essa questão do projeto de invenção de Mirandiba por parte dos Carvalhos será retomada em detalhes no terceiro capítulo deste trabalho.

Nas últimas três décadas do século XIX, se intensifica no Brasil o debate abolicionista e republicano. No caso da conjuntura político-social do Pajeú pernambucano, o principal debate girava em torno da crise da Monarquia, já que o trabalho escravo não representou grande importância na economia de uma região que se desenvolveu através dos deslocamentos dos rebanhos de gado do interior para o litoral, processo este que dificultou o empreendimento escravista nos sertões.

A família Pereira do Pajeú representava as bases das estruturas tradicionais da sociedade que garantiam a manutenção da Monarquia no Brasil. O conservadorismo dos Pereiras perpassava os interesses de um grupo social que não pretendia assimilar as transformações que tanto eram desejadas pelos Liberais e que colocavam a sociedade

brasileira no inevitável caminho da transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado e principalmente no caminho da transição do Império para a República.

Neste sentido, os Pereiras buscaram a garantia da continuidade do seu poder no Pajeú utilizando da burocracia municipal de Vila Bela para estabelecer sua base de apoio político nos cargos do próprio governo municipal. Assim, ainda que ruíssem as estruturas da Monarquia e o sistema político da república exigisse bases eleitorais, os Pereiras teriam dado o primeiro passo, já haviam conseguido estabelecer no final do século XIX o que podemos chamar de capital político. Este elemento daria ainda para os Pereiras durante as primeiras três décadas do século XX a condição de grande poder em Vila Bela, porém não mais na condição de hegemônicos.

No caso dos Carvalhos, o debate republicano e a possibilidade de queda do Império representavam o próprio programa que os definiam como Liberais. As ruínas das estruturas tradicionais eram por si só, o principal desejo que possibilitaria aos comerciantes brasileiros a inauguração do projeto que visava elaborar as condições materiais favoráveis para a consolidação do capital mercantil.

Durante o final da Monarquia e ainda nos primeiros anos da República, Vila Bela continuava sendo território dominado social e politicamente pela tradicional família de fazendeiros dos Pereiras, porém os mecanismos da nova estrutura política do Brasil, que representaram as bases da República favoreceram mais os interesses ligados ao comércio e a consolidação dos espaços urbanos do que a velha mentalidade tradicional e rural da elite agrária representada pelos Pereiras. Conforme assinala Sá (2001), a posse do Barão como prefeito e o advento da república representaram o início do declínio dos Pereiras da ribeira do Pajeú, enquanto representantes de uma elite agrária hegemônica “existindo quem atribuisse a Vênus, no começo da queda da hegemonia secular dos Pereiras, a destruição do Império, sendo o planeta Mercúrio o protetor nato da República (SÁ, 2001, p. 124).

A citação um tanto mística e eloquente de Sá (2001) nos fornecem um indicativo interessante para a compreensão das relações entre Pereiras e Carvalhos durante o período de transição do Império para a República no Brasil. Hermeneuticamente percebo a situação de ligação íntima do fim da hegemonia dos Pereiras no Pajeú com a queda da Monarquia. Assim, a guerra entre as duas famílias acaba mesmo se configurando, logo a partir do início do século XX e com a territorialização dos Carvalhos no espaço urbano, como um conflito entre o velho campo e o novo, a cidade. O velho em declínio e o novo em ascensão.

Há de se destacar o conjunto de estratégias adotadas pelas duas famílias diante do processo de ocupação do espaço urbano de Vila Bela, ainda no século XIX, e que demarcam

claramente as diferenças entre Pereiras e Carvalhos no concernente as suas práticas territoriais. Essas diferenças estão nas técnicas sociais utilizadas espacialmente, com o objetivo de assegurar a hegemonia de um grupo familiar.

Para os Carvalhos, a ordem era comerciar, estabelecer uma articulação com demais famílias vilabelenses através da compra e da venda de produtos da região, da atividade capitalista que define o próprio espaço urbano como espaço da intensificação das relações sociais e da aproximação entre interesses e necessidades. Já para os Pereiras, os primeiros a articular suas estratégias no espaço urbano de Vila Bela, a ordem era garantir o poder político da família através do sistema de burocracia municipal, isto é, a criação de cargos na administração pública que serviriam de barganha para a manutenção da hegemonia do grupo familiar, inclusive diante dos processos eleitorais da República, onde o voto acabou representando elemento determinante nas relações de poder entre as famílias do final do XIX e durante o século XX, conforme perceberemos no decorrer deste trabalho.

Os arranjos políticos que motivaram o processo de territorialização dos Carvalhos no espaço urbano vilabelense na segunda metade do século XIX e até as primeiras três décadas do século XX, em detrimento do poder da família Pereira serão retomados em detalhes no terceiro capítulo deste trabalho. Antes continuaremos contando os eventos que marcaram a guerra entre Pereiras e Carvalhos a partir de Vila Bela e por todo o Pajeú pernambucano. Agora, durante o século XX.

CAPÍTULO 2 – DO CAMPO PARA A CIDADE: PEREIRAS E CARVALHOS NO SÉCULO XX.

História é passado e presente, um e outro inseparáveis.

Fernand Braudel

2.1 – O CONFLITO URBANO: CORONEL ANTÔNIO PEREIRA X MONSENHOR AFONSO ANTERO PEQUENO E A MORTE DE MANUEL PEREIRA MARANHÃO (1905)

Com a elaboração de um espaço urbano em Vila Bela e com a oficialização da emancipação política em 1851, Pereiras e Carvalhos ressignificaram seu conflito rural e absorveram os elementos que constituíram a cidade, como os esquemas eleitoreiros, disputa por cargos públicos na burocracia municipal, bem como as disputas pela prefeitura da cidade, tais elementos transformaram as questões entre as duas famílias fazendeiras numa guerra também urbana.

As campanhas eleitorais em Vila Bela eram as representações legais do conflito entre Pereiras e Carvalhos no século XX. O poder econômico proporcionado aos Carvalhos pelas atividades comerciais no espaço “pajeuense” desde a segunda metade do século XIX, possibilitou entre outras, a situação de poder e de oposição ao poder da família Pereira. Desta forma, cada eleição para prefeito do município, a partir do início do século XX acirrava os ânimos e intensificava as questões pessoais entre os dois grupos familiares.

Nos primeiros anos do século XX, Vila Bela viveu uma disputa política particular entre o Coronel Antônio Pereira e o monsenhor Afonso Antero Pequeno. A história da aliança entre Afonso Pequeno com a família Carvalho em Vila Bela, tem início no ano de 1904 por questões políticas no estado do Ceará.

O Monsenhor em questão era primo do Coronel Antônio Alves Pequeno, principal liderança política da cidade do Crato no Ceará. Nesta época, os grupos familiares do sertão cearense articulavam forças no sentido de uma maior participação na política provincial, é nesse contexto inclusive, que surge a figura do Padre Cícero do Juazeiro e sua liderança política no Cariri cearense, a fim de garantir o poder da família Acioly naquele estado.

O Coronel Antônio Alves, liderava a luta pela deposição do vice-presidente do Ceará, o Coronel José Belém de Figueiredo, e contava com o auxílio do seu primo, o monsenhor

Antero, que havia chegado a Vila Bela com o objetivo de pedir às lideranças locais armas, munição e cangaceiros para seguir em ajuda ao Coronel do Crato.

Os líderes da família Pereira de Vila Bela e principalmente o Coronel Antônio Pereira negaram qualquer ajuda material ou humana para o monsenhor. Porém, a família Carvalho, segundo Sá (2001), concordou com o monsenhor Pequeno e decidiu mandar além de armas e munição, um contingente de cerca de 100 homens, que sob o comando de Antônio Clementino de Carvalho (Antônio Quelé) deveriam dar suporte à luta do Coronel Pequeno na cidade do Crato.

A família Pereira, que anteriormente havia apenas negado o auxílio, percebeu a movimentação dos Carvalhos no conflito cearense e passou a se dedicar na defesa de José Belém contra os comandados de Antônio Alves, monsenhor Antero e Antônio Quelé. Sá (2001) explica que o Coronel Antônio Pereira articulou-se com os seus primos de Serra Talhada e enviou um contingente de cerca de 100 homens em direção ao Crato. Pereiras e Carvalhos, desta vez, em julho de 1904, travando batalhas no estado do Ceará. Esses conflitos no estado vizinho culminaram com a vitória do Coronel Antônio Alves e a retirada de José Belém da região do Cariri cearense.

De volta a Vila Bela, o monsenhor Afonso Pequeno decide seguir com as hostilidades contra a família Pereira e se torna candidato a prefeito do município nas eleições de 1906. Com todo o apoio econômico da família Carvalho e demais comerciantes da cidade, Antero Pequeno é eleito em Vila Bela derrotando o Coronel Antônio Pereira, dando assim, início a uma série de prefeitos que entre 1907 e 1930 governaram a cidade num período marcado pela hegemonia dos Carvalhos em detrimento do histórico domínio dos Pereiras, com um curto período de exceção entre 1916 e 1920, momento em que “Mário Alves Pereira de Lira governou o município de Vila Bela” (SÁ, 2001, p.42).

O Coronel Antônio Pereira, que sofreu a primeira derrota política para monsenhor Afonso Antero Pequeno, que se elegera prefeito, não teve serenidade suficiente para dirigir a política de oposição. O município ficou em convulsão, com desdobramentos funestos na luta armada entre as famílias Pereira e Carvalho. (SÁ, 2001, p. 197 - 198).

Segundo Sá (2001), o Coronel Antônio Pereira, nunca esquecera a humilhação política que havia sofrido na derrota para o monsenhor Antero Pequeno e a família Carvalho. Neste sentido o Coronel inicia um processo de retirada da cena política do município até sair em definitivo da cidade por volta do ano de 1915, por motivo de perseguição policial, para viver

na cidade de Brejo Santo no Ceará. A sua intenção era simular um afastamento das questões contra os Carvalhos e determinar as diretrizes da luta sem levantar suspeita de participação. Porém, antes da sua retirada de Vila Bela, o Coronel Antônio Pereira ainda apareceria bastante nos conflitos envolvendo Pereiras e Carvalhos entre os anos de 1906 e 1915.

A forte aliança entre os Carvalhos e o monsenhor Antero Pequeno acabou por intensificar a guerra entre as duas famílias e provocou a renúncia do Monsenhor do cargo de prefeito da cidade no ano de 1908. A sua renúncia foi resultado da situação insustentável, que chegou a conflito armado, logo depois que Antônio Quelé mata a tiros, na feira de Vila Bela o ex-delegado da cidade Manoel Pereira Maranhão, conhecido por “Seu Né do Baixio”, como veremos mais adiante. Antônio Quelé foi preso e julgado sob a defesa do próprio Monsenhor que era formado em direito. Com a renúncia, Antero Pequeno retira-se para Garanhuns deixando o governo de Vila Bela nas mãos de José Alves da Silveira Lima, da família Alves, satélite dos Carvalhos.

A análise desse longo período de domínio político dos Carvalhos no governo de Vila Bela (1907-1916/ 1921-1930) será retomada em detalhes no terceiro capítulo deste trabalho, quando trataremos das condições que favoreceram o processo de territorialização da família Carvalho no espaço urbano vilabelense.

Os arranjos políticos estabelecidos com o governo provincial, desde o final do século XIX proporcionava aos Pereiras a conquista dos principais cargos da burocracia municipal e provincial. Delegado, juiz, tabelião, secretários de governo, etc. Todos compunham uma engrenagem que intencionava a manutenção das estruturas e do poder dos latifundiários do Pajeú em detrimento do grande crescimento dos comerciantes locais e principalmente da família Carvalho.

A ostentação do poder da família Pereira através dos altos cargos públicos e as constantes ameaças impostas pelo emergente poder da família Carvalho transformou o espaço urbano vilabelense da primeira metade do século XX em uma espécie de “barril de pólvoras” culminando com a intensificação da guerra iniciada em 1838.

O pavio estava sempre à mercê da morte de um, de um atentado a outro. Pereiras e Carvalhos, que já se haviam desavindo largamente no período monárquico, tiveram alguns anos de trégua. Para recomeçar a sua guerra (século XX) entre 1905 e 1922, no período republicano. Causa: A morte de um Pereira, Manoel Pereira Maranhão” (MACEDO, 1975, p.22).

Luís Wilson (1974) narra uma série de acontecimentos que nos dão conta de parte das tensões vividas no Pajeú entre as duas famílias. Em 1905, os irmãos Cassiano Pereira e

Cincinato Pereira acobertados pelos parentes nos mais altos cargos públicos no Pajeú, tomaram a iniciativa de provocar o desarmamento de membros da família Carvalho, que cruzavam constantemente o espaço vilabelense estabelecendo contatos comerciais entre as fazendas do sertão e do agreste pernambucano.

O fato dos Carvalhos viajarem sempre armados representava um motivo de apreensão, sempre que passavam próximos às terras dos Pereiras. Era de costume, quando o poder público é incapaz de proporcionar a segurança, os comerciantes andarem armados, porém neste caso, um ódio antigo estava em jogo. Qualquer desafeto da família Pereira que se aproximasse da cidade e estando armado, era imediatamente observado. Nas feiras das vilas menores era muito comum as informações serem passadas até o ponto mais alto que interessasse saber de tal informação, neste caso as lideranças da família Pereira.

Antônio Clementino de Carvalho (Antônio “Quelé”) era um grande negociador de gado, dono da fazenda São Joaquim em São José do Belmonte e comerciante muito bem relacionado em Vila Bela. Em Belmonte, Vitorino e Juriti, dois homens que seguiam Quelé para a cobrança de uma boiada nas cidades de Pesqueira e Vitória de Santo Antão foram abordados por Cassiano e Cincinato Pereira. O objetivo dos irmãos Pereira era impedir que aqueles homens de confiança de Quelé entrassem em Vila Bela armados e assim pudessem representar alguma ameaça pessoal a seus familiares.

O desentendimento em Belmonte foi um grande incentivo para Antônio Quelé de Carvalho tomar satisfações em Vila Bela. Já na cidade, em 17 de julho de 1905, Quelé, armado, vai à procura do delegado Izidoro Pereira Aguiar, um dos grandes líderes da família Pereira, com o objetivo de lhe perguntar o que teria acontecido para seus homens terem sido abordados sem nenhuma explicação por Cassiano e Cincinato.

Segundo Wilson (1974, p. 274), a conversa entre Antônio Quelé e o Delegado Izidoro Pereira acontecia em plena feira da cidade, sob alterações de vozes e palavras de maior ímpeto. Como disse anteriormente, nessas cidades as famílias mandatárias sempre eram comunicadas sobre tudo por uma cadeia de informantes que estavam sempre alerta ao que acontecia.

Enquanto Antônio Quelé da família Carvalho conversava em tons alterados de voz com Izidoro Pereira, Antônio Baião que estava na feira e ouvia a conversa, imaginou tratar-se de uma discussão e logo providenciou que se informasse a outras lideranças da família Pereira o que estava acontecendo na feira da cidade. Manuel Pereira Maranhão (Seu Né do Baixio) que tinha sido delegado de Vila Bela antes de seu parente Izidoro Pereira, recebe em sua casa Antônio Baião que o faz tomar conhecimento da suposta discussão entre Izidoro e Quelé.

Ora, diante da situação em que estavam as duas famílias desde o ano de 1838 está claro que Manuel Pereira, não imaginaria que uma conversa entre um Pereira e um Carvalho, ambos armados, estaria acontecendo de forma amistosa.

Wilson (1974) explica que Manuel Pereira foi chegando ao local se dirigindo diretamente a Antônio Quelé decidido a resolver imediatamente a situação dizendo:

- Não sou mais delegado, mas vou lhe desarmar assim mesmo! (WILSON, 1974, p. 277).

Neste momento em que Manuel Pereira se aproximava de Quelé, Vitorino, homem de sua confiança, agarra o ex-delegado para proteger Quelé, que por sua vez saca a arma e atinge Manuel Pereira com um tiro nas costas, matando-o imediatamente.

Antônio Quelé e seus escudeiros sabiam que haviam tirado a vida de um Pereira, a primeira iniciativa foi tentar se refugiar na casa do Monsenhor Afonso Pequeno que era aliado político dos Carvalhos. A casa do padre é cercada pelos Pereiras que iriam vingar a morte de seu Né do Baixio, como era chamado Manuel Pereira. Luis Wilson explica que “Atira Cassiano Pereira em Quelé, indo a bala a atingir, na sala da casa da residência do padre, um retrato do Papa Leão XII” (WILSON, 1974, p. 277).

Luís Wilson nos conta, ainda, que no dia seguinte, Cassiano Pereira escreve uma carta para o seu primo Esperidião Mariano de Sá que morava na cidade de Sertânia. A carta faz parte do acervo de documentos da família Pereira publicada por Luís Wilson em 1974.

Vila Bela, 18 de julho de 1905.

Compadre Esperidião.

Hontem ao meio dia foi assassinado Seu Né, por Antônio Quelé, no meio da feira. Quase morro também, porque atirei no Quelé e ele em mim, mas perdemos ambos os tiros, isto na casa do monsenhor Afonso Pequeno. O homem está preso com seus dois cabras e garantido por compadre Izidoro, portanto nada podemos fazer. O mais para nossa vista. Recomende-me a todos e disponha do cunhado e amigo – Cassiano Pereira. (WILSON, 1974, p. 277).

Após a morte de Manuel Pereira Maranhão em 17 de julho de 1905, o seu primo Antônio Maroto articulou com um grupo pequeno de homens, a vingança contra os Carvalhos através do cerco a fazenda de Antônio Quelé. Nessa investida, Vitorino sai seriamente ferido, porém a ordem de vingança só se completaria com o sangue de um Carvalho.

Sobre a morte de “Seu Né do Baixio”, conta-nos Wilson (1974) que cantadores descendentes de escravos das fazendas Escadinha, Teiú e outras da região de Vila Bela, a quem ele mesmo chama de “negros velhos” cantavam os versos a seguir:

... “Senhora dona Febrônia
 Num soube criá os fio,
 Acabou-se Né Maranhão
 Num prosa mais no baixio
 (WILSON, 1974, p. 278)

O autor explica que as questões que seriam desencadeadas a partir de então representaram “a explosão de ódio antigo, originário da morte do capitãozinho e dos acontecimentos que tiveram lugar na comarca de Flores, em 1848” (WILSON, 1974, p. 279).

A ação de Manuel Pereira no momento em que chegou à feira falando que faria o desarmamento dos Carvalhos simbolizava parte das tramas que intencionavam a consolidação de uma referência espacial urbana em nome da família Pereira e que não deveria ser ameaçada. O espaço, portanto serviria para desempenhar “um papel ou uma função decisiva na estruturação de uma totalidade, de uma lógica, de um sistema” (LEFÉBVRE, 1976, p. 25) que viria a transformar os discursos sobre aquele espaço em discursos de posse, de territorialidade e conseqüentemente de transferência da ideia de “sertão dos Pereiras” do espaço rural para o espaço urbano vilabelense.

Sendo assim, a morte de Seu Né Maranhão ou “Né do Baixio” reacendeu com toda a força a chama da guerra entre Pereiras e Carvalhos que ainda derramariam muito sangue no Pajeú. Luis Wilson nos explica quais foram os principais envolvidos no conflito entre Pereiras e Carvalhos no início do século XX.

Entre os Pereiras (e entre outras pessoas da família), tomaram parte da luta do princípio do século em Vila Bela (1905 a 1922), Antônio, Crispim, José e Sinhô Maroto (Pereiras Araújo), os Valões, o cel. Manuel Pereira Lins, Chico e Quinca Lacerda (filhos de Duvina ou Eduvina), o cel. Antônio Pereira (filho do Barão do Pajeú), Isidoro Conrado, Dino Pereira Maranhão, Dino da Caiçara e o irmão, José e Galdino Bizarria, Francisco, Sebastião e Cincinato Maranhão, Teotônio, Antônio da Aldeiota, Sebastião Pereira, Luís Padre, Luís do Triângulo e entre outros cabras de confiança: Pacífico, João, Pedro e Luís Raquel (cabras de Antônio Pereira), Pedro Cândido e Francisco Morato (Xique-Xique), Antônio e João Mulatinho, Zé Necão, Antônio Mulato, José de Cecília (Mormaço) e Pedro Santa Fé. (WILSON, 1974, p. 278).

Este último (Pedro Santa Fé) era homem valente e de grande confiança do Coronel Manuel Pereira conhecido por “Né Pereira” ou Né Dadu. Bem, preciso refazer a afirmação, quando estava sóbrio, Pedro Santa Fé era homem de confiança do Coronel e lhe correspondia com grande respeito e lealdade. Porém, Zé Cassiano, que havia presenciado o fato a seguir,

contou para Luís Wilson que em certa ocasião, numa das festas da Vila de São Francisco, Pedro Santa Fé, totalmente embriagado e mais valente do que de costume começou a destruir os botequins da vila, quebrar mesas e cadeiras, amedrontar mulheres, etc.

Como ninguém “deu jeito” em Pedro Santa Fé, a situação só foi resolvida quando o coronel Né Pereira sabendo dos fatos, se dirige a festa e como se diz comumente no sertão, deu-lhe uma “pisa”, segundo Wilson (1974, p. 279), o coronel “descarregou-lhe uma garruncha, chamuscando-lhe de chumbo e pólvora, os peitos, os ombros e tábua do pescoço”. Caído e sem reação, Pedro Santa Fé foi levado para casa.

Nos dias seguintes, a pergunta que faziam a Pedro era se ele continuaria a servir o coronel Manuel Pereira. “Vou, respondia Pedro, porque aquilo é que é homem de se acompanhar, que sabe imprimir respeito e acabar com a cachaça da gente” (WILSON, 1974, p. 279).

Voltando aos envolvidos no conflito familiar, os Carvalhos também estavam bem articulados e dedicados na campanha de desbancar o histórico domínio dos Pereiras no sertão do Pajeú.

Entre os Carvalhos (também entre outras pessoas do clã), além de Antônio Quelé, tomariam parte da velha briga: Joaquim e João Nogueira, o cel. Antônio Alves da Fonseca Barros (da Barra do Exu), Cincinato e Cirilo da Lagomar, Lucas Alves de Barros, conhecido por Lucas das Piranhas, João Lucas e Antônio da Umburana e seus irmãos José e Sindário (Jacinto Alves de Carvalho). Entre os cabras da família: Chico Elisiário (ao qual Sebastião Pereira matou em Santa Maria), Barra de Aço (morto em Macapá por Cassiano Pereira, pai de João de Ciba) e Tibúrcio (negro valente como uma fera, que morreu numa luta com Lampião, com o qual brigou até o último tiro) (WILSON, 1974, p. 279).

2.2 – DO ASSASSINATO DE MANUEL PEREIRA DA SILVA JACOBINA “PADRE PEREIRA” (1907).

Nos primeiros anos do século XX, como dito anteriormente, a família Carvalho já havia elaborado sua referência espacial na área urbana de Vila Bela, as fazendas que circundavam as cidades vizinhas como São José do Belmonte, Mirandiba e Floresta mantinham-se na estratégia de manutenção das relações de dependência que foram estabelecidas desde a chegada deste grupo familiar no Pajeú no século XVIII. Ou seja, embora as atenções estivessem voltadas para a atividade comercial e, através dela, para o exercício de um poder urbano, os Carvalhos não perderam a referência agrária, que lhes

proporcionava a posse de terras e a existência de uma rede de famílias dependentes do seu poder.

As condições materiais favoráveis para a existência de um espaço urbano em prol da família Carvalho foram conquistas estabelecidas pelo seu rápido desenvolvimento econômico naquele espaço. Entre o fim do século XIX e início do século XX, os Carvalhos empreenderam uma série de pontos comerciais (lojas, mercearias, etc.) em Vila Bela e em cidades vizinhas, inclusive na Vila de São Francisco, grande reduto rural da família Pereira e que seria palco de um dos maiores conflitos entre os dois grupos familiares.

No ano de 1907, João Nogueira, membro da família Carvalho foi nomeado subdelegado da Vila de São Francisco, porém este cargo era ocupado por Né Pereira, ou como era chamado entre seus familiares, Né Dadu. No momento em que João Nogueira vai à busca do cumprimento da ordem de substituição do cargo de subdelegado da vila, Né Dadu se nega a entregar o posto que ocupava a um membro da família Carvalho. Fato que leva Nogueira ao ridículo.

Movido pela indignação e pela afronta de Né Dadu, João Nogueira procura o seu cunhado, o Coronel Antônio Alves, líder político dos Carvalhos em Vila Bela e explica o que havia ocorrido. Antônio Alves era homem de grande prestígio com o governo da província de Pernambuco, era um dos motivadores da ameaça política que os Pereiras sofriam desde a virada do século.

A liderança política, o número de prefeitos eleitos pelos Carvalhos entre 1905 e 1930, além da ocupação dos cargos públicos até então exercido apenas por Pereiras, nos dão conta da representatividade deste grupo familiar no Pajeú, bem como, da consolidação do seu domínio no espaço urbano vilabelense.

O Coronel Antônio Alves, entendia aquela situação, da não entrega do cargo a João Nogueira, como resultado de uma articulação promovida por Manuel Pereira da Silva Jacobina, conhecido como Padre Pereira e chefe da família Pereira do Pajeú. Desta forma, planejam, os Carvalhos, a morte de Padre Pereira.

Wilson (1974) analisa o momento em que o cargo de subdelegado da vila estava em jogo, o autor explica que a situação de disputa pela hegemonia e prestígio entre os membros das duas famílias foi a motivação para o derramamento de sangue no início do século XX.

A família Carvalho atribuía todos aqueles incidentes a Manuel Pereira da Silva Jacobina (Padre Pereira), veneranda figura de 72 anos de idade, pai de Luís Padre, tio de Sebastião Pereira e então chefe do clã, ao qual conheciam, respeitavam e acatavam em todo o sertão e que após o desentendimento

entre Né Dadu e seu cunhado João Nogueira, foi morto, numa emboscada, em uma de suas viagens de volta de Vila Bela para São Francisco, no lugar chamado Poço da Cerca, onde, na estrada, até alguns anos, havia uma cruz marcando o local da antiga tragédia. (WILSON, 1974, p. 280).

Os Carvalhos haviam tirado a vida do homem de maior prestígio entre os Pereiras, porém, Dona Chiquinha Pereira, esposa de Padre Pereira trata logo de anunciar a vingança. Segundo o jornalista Nertan Macedo, no momento em que recebia o corpo do marido, Dona Chiquinha chama o filho, Luis Padre e lhe diz: “A morte de seu pai não pode ficar impune, quero um Carvalho morto o quanto antes” (MACEDO, 1975, p. 25).

Né Dadu, sob as orientações de Dona Chiquinha escolhe a vítima a ser sacrificada em vingança a morte de Padre Pereira. “Tem que ser mesmo o Eustáquio” (MACEDO, 1975, p. 26).

Eustáquio de Carvalho era, para os Pereiras, o homem mais importante da família Carvalho e que não tinha envolvimento com esta questão em especial, porém a sua morte representava uma “vingança à altura”. “Né Dadu matou o mais respeitado Carvalho, Eustáquio Carvalho, que pouco tinha a ver com a questão” (MACEDO, 1975, p. 26).

O próprio Né Dadu explicou o motivo da morte de Eustáquio Carvalho. “O bom era o Padre Pereira, portanto, o bom do outro lado, Eustáquio, tinha de ser também sacrificado. Olho por olho, dente por dente.” (MACEDO, 1975, p.26).

Segundo Macedo (1975), Né Dadu havia prometido a sua tia Chiquinha que ainda ia morrer muita gente dos Carvalhos, se não o matassem logo. Luis Wilson confirma o fato.

Aconteceu, de fato, que três dias após o assassinato de Manuel Pereira Jacobina (a quem chamavam de Padre Pereira, porque o mesmo havia estudado durante algum tempo, no seminário em Olinda), matava Né Dadu (a pedido de sua tia Chiquinha, esposa do Padre Pereira e filha do Barão do Pajeú), o irmão de João Nogueira, de nome Joaquim Nogueira e Eustáquio de Carvalho, este último tio do monsenhor Urbano de Carvalho, há muitos anos vigário de Alagoa de Baixo (Sertânia) (WILSON, 1974, p. 282).

O jornal Diário de Pernambuco publicou em outubro de 1907, o telegrama do chefe de polícia de Salgueiro comunicando a morte de Eustáquio Carvalho. “Salgueiro, 23.10.1907. Hontem pela manhã, lugar Catolé, este município, grupo Pereiras assassinou Eustáquio Carvalho. Adiantava ainda que as famílias do local estavam indo para aquela cidade por temer que a situação se agravasse” (WILSON, 1974, p. 282).

Nogueira (1999) apresenta trechos dos cordéis da época que tratavam do conflito entre Pereiras e Carvalhos.

Foram muitas essas lutas
 Entre Carvalhos e Pereiras
 Umas longas, outras curtas
 Todas eram matadeiras

O sangue banhou o sertão
 Durante meses e anos
 Estrumou nosso chão
 Causando mortes e danos
 (NOGUEIRA, 1999, p. 178)

A matança estava declarada, Sá (2001) explica que depois desses episódios, “alguns jovens das famílias litigantes decidiram formar grupos armados para a defesa das fazendas” (SÁ, 2001, p. 192 - 193).

“Tudo degenerou em banditismo, com a formação de grupos de cangaceiros para defender a própria família e por fim o de Lampião, que perturbou a vida dos sertanejos em sete Estados da federação.” (SÁ, 2001, p. 232 - 233).

Estando na vila de São Francisco, alguns dias mais tarde, Né Dadu recebe um recado de João Nogueira, que o desafia a comparecer à fazenda Serra Vermelha e que o esperava com 22 homens armados, para de uma vez por todas resolver a questão em que tinham se metido pela morte de Padre Pereira. Wilson (1974) destaca a situação em que Né Dadu, assim como Nogueira, articula uma força em números iguais de 22 homens e partem em direção ao local combinado. “Reuniu Né Dadu, também, 22 homens, a maioria constituída de parentes, e cercou a Serra Vermelha, onde depois de muito tiro e de perder um ou dois cabras, João Nogueira abandonou a luta” (WILSON, 1974, p. 283).

Para muitos historiadores que se dedicaram ao estudo dos conflitos entre famílias no Brasil, a morte de Padre Pereira é considerada o grande elemento motivador do ódio entre Pereiras e Carvalhos, já que através da morte do homem de maior prestígio entre os Pereiras, morria também um homem de grande prestígio entre os Carvalhos.

2.3 - 29 DE MARÇO DE 1908: A BATALHA DA VILA DE SÃO FRANCISCO

Antes do final da primeira década do século XX, Pereiras e Carvalhos disputavam cada espaço do sertão do médio Pajeú pernambucano, seja este rural ou urbano. A atividade comercial desenvolvida pelos Carvalhos, já ocupava as principais vilas que circundavam a cidade de Vila Bela, as feiras semanais eram sempre marcadas por um clima de tensão, homens armados circulando pelas bancas e bares da feira e notícias que sempre chegavam dos distritos vizinhos, davam conta de cada situação que pudesse levar às questões pessoais.

Estava claro para a família Pereira, que a vitória sobre os Carvalhos se condicionaria a elaboração de uma série de obstáculos ao desenvolvimento da atividade comercial desta família. A maior afronta dos Carvalhos, nessa época estava na ocupação da Vila de São Francisco, um dos berços dos Pereiras do Pajeú fundada como fazenda no século XVII, por Francisco Pereira da Silva e que estava situada entre Queixada e Vila Bela.

Ali, ainda no princípio do século, foi que resistiram, certa vez, por um dia e meio, Né Pereira (Né Dadu) e seus irmãos e primos (Os Valões), ao todo 24 ou 25 pessoas, ao cerco do povoado por 300 homens dos Carvalhos. (morrendo neste dia Antônio Mulato e ficando ferido Antônio Cândido) (WILSON, 1974, p. 99).

Vila Bela, como já se sabe, era de domínio dos Pereiras até o final do século XIX, quando passou a ser, em seu espaço urbano, território dominado pelos Carvalhos. Já a atual cidade de Mirandiba, nasceu sob o domínio dos Carvalhos com a denominação de Queixada, através da atividade comercial no início do século XX, portanto, a Vila de São Francisco, embora território elaborado pelos Pereiras, era espaço potencialmente em disputa entre as duas famílias.

O início da fazenda e depois Vila de São Francisco ocorreu dentro do que Frederico Bezerra Maciel (1985) chama de política de clã.

As comunas interioranas do sertão, naqueles tempos muito pequenas, de cerca de duzentos fogos e mil habitantes as maiores, formavam como ainda muitas delas hoje em dia, uma só família, de parentes e aderentes, ligados pelos laços da consaguinidade e afinidade, do compadrio ou do espírito clânico. Por isso, as divisões político partidárias, com suas inevitáveis fúricas e hostilidades, viraram questões de família. E tanto mais irreconciliáveis e perigosas quanto mais quente e forte falasse a voz do sangue. É sangue que mata o corpo diz o ditado. (MACIEL, 1985, p.43).

A feira da Vila de São Francisco era, para os padrões da época, bastante movimentada, com comerciantes de Vila Bela, Queixada, Salgueiro, São José do Belmonte etc. Porém havia um discurso de territorialidade sobre aquele espaço, que pode ser verificado na análise de Wilson (1974). Uma octogenária da família Pereira, Nhá Clemência, moradora da vila de São Francisco previra a destruição da vilazinha, se esta fosse tomada por Carvalhos. “Isto aqui é terra de Pereira, aqui Carvalho não toma pé” (WILSON, 1974, p. 99).

A frase de Nhá Clemência representava um nítido incômodo sentido pelos Pereiras pelo crescimento político e econômico da família Carvalho, que em Vila Bela, já havia tomado inclusive a liderança política no momento em que o monsenhor Antero Pequeno venceu o Coronel Antônio Pereira nas eleições para prefeito do município em 1906. Permitir que membros da família Carvalho abrissem pontos comerciais na Vila de São Francisco era a maior das afrontas para a família Pereira.

Em 1906, um membro da família Carvalho foi morar no lugarejo. Montou um ponto comercial e intencionava se estabelecer na vila. Diante disso, Francisco Pereira invadiu o comércio e “o reduziu a um monte de ruínas, a golpes de machado e foice” (WILSON, 1974, p. 99).

O atentado gerou grande insatisfação aos Carvalhos, o Capitão José Lopes Diniz de Carvalho leva à justiça a causa da sua família reivindicando indenização pelos prejuízos. A justiça da época deu por vitoriosa a causa da família Pereira. Em represália, anos mais tarde, o Coronel João Nunes de Carvalho, membro da polícia da província de Pernambuco “provocou um grande incêndio na Vila de São Francisco” (WILSON, 1974, p. 99).

Os Carvalhos eram reconhecidos na região do Pajeú como homens de grande destemor. Na tentativa de neutralizar a hegemonia dos Pereiras, muitos Carvalhos se utilizaram da força da lei e se tornaram membros da polícia pernambucana buscando na legalidade as condições que lhes possibilitassem vantagens na luta contra os Pereiras, já que estes últimos constituíram grupos de cangaceiros para viverem à margem da lei e sustentados pelo poder de sua família, como no exemplo de Sebastião Pereira da Silva e Luís Padre.

A Vila de São Francisco continuaria representando grande palco das questões entre Pereiras e Carvalhos. José de Carvalho, da fazenda Umburana, conhecido como José da Umburana, era irmão de Antônio e Sindário de Carvalho, grandes líderes da luta contra os Pereiras. Um dia, José da Umburana abriu uma venda em São Francisco, a qual serviria para o estabelecimento de um centro comercial entre Vila Bela e Queixada.

O discurso que colocava a vila como território dos Pereiras era constantemente ameaçado, a força econômica dos Carvalhos proveniente do comércio, marcou o período de

transição de uma região economicamente agrária para a introdução das bases de sustentação do capital mercantil.

Imbuídos no objetivo de impedir a consolidação do processo de espacialização dos Carvalhos nos espaços urbanos do Pajeú, os Pereiras lançaram mão das táticas de depredação e destruição dos pontos comerciais pertencentes à família Carvalho em Vila Bela, Queixada e São José do Belmonte.

Exemplo disso foi o desentendimento entre José de Carvalho da fazenda Umburana e o Coronel Manuel Pereira que teve como causa a chegada de um Carvalho em São Francisco. Quando fica sabendo do empreendimento construído por José da Umburana na Vila de São Francisco, segundo Wilson (1974), Manuel Pereira que estava na Mata Grande volta para a vila, arrebenta as portas da venda, retira as mercadorias das prateleiras e as atira no meio da rua. Era o sentido claro da fala da senhora Nhá Clemência de que São Francisco era terra de Pereira e Carvalho não tomaria pé. Para os Pereiras nenhum comércio da família Carvalho poderia ser construído em São Francisco.

Em 1908, a situação entre as duas famílias chegava num ponto insustentável. Antônio Sebastião Pereira da Silva, conhecido como Tonio Baião da fazenda Aldeota, deslocou-se para São Francisco com a intenção de aconselhar seus parentes a deporem as armas na luta contra os Carvalhos. Entretanto, nos conta Wilson (1974) que nesse meio tempo em que estava em São Francisco, a vila foi sitiada por cerca de trezentos homens dos Carvalhos, eram irmãos, primos, cunhados, compadres e jagunços contratados com objetivo único, destruir a vila e a família Pereira. Seu Tonio Baião que estava na vila em visita de paz teve que lutar da mesma forma.

Luiz Wilson (1974), assim como Luis Lorena de Sá (2001) narram em suas obras o episódio que ficou conhecido como a batalha da Vila de São Francisco. No momento em que os Carvalhos se deslocavam em direção a São Francisco, a notícia da empreitada já começava a ganhar o destino das vilas e cidades vizinhas. Conta-nos Sá (2001) que na casa dos Pereiras estavam entre 25 e 30 pessoas, entre mulheres, crianças e homens dos Valões, um subgrupo da família Pereira conhecido em Vila Bela como Pereiras Valões.

Antônio Pereira, quando preso em Fortaleza foi entrevistado pelo jornalista Leonardo Mota, na ocasião o coronel falou sobre o episódio: “O cel. Antônio Alves da Fonseca Barros, João Nogueira, Antônio Quelé, Antônio Cipriano, Lucas das Piranhas e Cirilo do Lagomar, acompanhados de 300 homens, cercam São Francisco, no dia 29 de março de 1908” (WILSON, 1974, p. 291).

Quando percebem a ocupação da vila, os Pereiras buscam se entrincheirar dentro da casa para organizar a resistência. A própria casa já era arquitetada para proporcionar essa defesa, pois existiam em todos os lados espaços vazados, chamados de torneiras, para o encaixe dos rifles de modo que pudesse atingir a quem pretendesse invadir a vila.

Luís Lorena de Sá (2001), conta que teve uma conversa com Senhor Pereira no ano de 1971, e que diz que nesta ocasião do atentado à vila era menino, mas lutou da mesma forma para a proteção da família, inclusive detalha momentos das mulheres correndo pela casa levando munição de um lado para outro e ainda a situação de um Pereira chamado Zé Menino, que era paralítico e vivia sentado num “couro de boi”, pela sua destreza em atirar era arrastado de um lado para outro da casa atirando contra os Carvalhos, Luís Wilson também analisa a ocasião.

Sinhô Pereira, irmão de Né Pereira, era garoto, mas lutou todo mundo, naquela ocasião, inclusive Zé Menino (irmão de Né Pereira e de Sebastião), que era paralítico e vivia sentado num couro de boi. Na luta, quando a coisa apertava de um lado, Zé Menino pedia que puxassem o couro e o colocassem em uma das torneiras da casa, dali mandando fogo contra os Carvalhos. Quando apertava do outro lado, puxavam outra vez Zé Menino, que lutou assim até o último tiro” (WILSON, 1974, p. 100 - 101).

No dia seguinte, enquanto a batalha continuava, a notícia do cerco da vila chegava aos familiares dos Pereiras em outras fazendas da região do Pajeú. Manuel Pereira Lins (Né da Carnaúba) com cerca de 60 homens e o Coronel Antônio Pereira com mais ou menos 20 homens, assim que ficam sabendo do ocorrido se deslocam 6 ou 7 léguas em direção à vila para salvar os parentes cercados. No caso do Coronel Antônio Pereira, era preciso atravessar o rio Pajeú a nado para se chegar a Vila de São Francisco. Sá (2001) detalha uma frase dita pelo Coronel Antônio Pereira para a sua esposa no momento em que este saía de casa com os homens que conseguiu juntar às pressas.

“Vou morrer com meus parentes” (SÁ, 2001, p.201).

Neste momento, no segundo dia de troca de tiros, a munição dos Pereiras já se esgotava, segundo Wilson (1974), Né Dadu ordena que as mulheres preparem os punhais e entreguem um a cada homem, que eles sairiam para um conflito final, corpo a corpo com os Carvalhos.

Quase sem munição, depois de mais um dia de luta, já haviam os Valões afiado os punhais para a família morrer numa carga a ferro

frio, depois do último tiro, brigando no meio da rua e na caatinga dos arredores da vilazinha, quando a situação é salva por Antônio Pereira, que atravessa, a nado o Pajeú. Informado do cerco do lugarejo, o coronel disse a mulher que ia morrer com os parentes. (WILSON, 1974, p. 292).

O Fazendeiro José Gomes Diniz, da fazenda Maravilha, homem de grande projeção da família Carvalho, indignado com a estupidez dos seus parentes, também providenciou retaguarda em defesa dos sitiados. A luta já chegava ao terceiro dia quando o auxílio aos Pereiras entra em combate. Por não saberem o número de homens que se aproximavam da vila para defender a família Pereira, entenderam os Carvalhos que era o momento de se retirar para evitar mais perdas.

“Sabe-se que os sitiados recuaram depois de setenta e duas horas de tiroteio” (SÁ, 2001, p. 201).

Os eventos que culminaram com a batalha de São Francisco em 29 de março de 1908 provocaram o alerta do Governo Provincial de Pernambuco, que enviou logo depois para Vila Bela uma comissão judiciária composta pelo Dr. Jerônimo Materno Pereira de Carvalho, Dr. Bernardo Magalhães da Silva Porto e pelo Sargento Martiniano de Barros Corrêa. O objetivo era apurar as responsabilidades dos acontecimentos que envolviam Pereiras e Carvalhos no Pajeú.

Em 1911 foi eleito como presidente da Província de Pernambuco o General Dantas Barreto. Durante a campanha eleitoral, Dantas Barreto contava com o apoio do Coronel Antônio Pereira de Serra Talhada e após a confirmação da vitória do General, Antônio Pereira viaja para o Recife em visita ao presidente eleito.

Wilson (1974) nos conta que na véspera do dia em que o Coronel Antônio Pereira viajaria para a capital, Né Dadu e Pedro Valões se deslocaram de São Francisco para Vila Bela a fim de se despedir do parente e determinar algumas diretrizes políticas para o sertão do Pajeú.

Na volta para São Francisco, Né Dadu e Pedro Valões são emboscados perto da Fazenda Exu, pertencente ao Coronel Antônio Alves de Carvalho. “Pedro Valões é ferido, mas Né Pereira, pulando do cavalo, dispara o rifle em João Juvino, matando-o na ocasião” (WILSON, 1974, p. 293).

João Juvino era homem de confiança da família Carvalho. Após matá-lo, Né Dadu foi julgado e absolvido no tribunal do júri em Triunfo no ano de 1915, alegando defesa contra a emboscada dos Carvalhos. Após a absolvição, Né Dadu começa a ser perseguido por José da

Umburana, filho de Manuel Carvalho, que queria a vingança pela morte de Juvino, já que a própria justiça legal havia dado liberdade ao seu inimigo.

Em meio a essas questões entre Né Dadu e José da Umburana, outra morte foi colocada na conta da guerra entre as famílias. “(...) foi morto na fazenda Olho D’água, de José Deodato Pereira, o tenente José Nicolau, com o qual já haviam trocado tiros, José e João Pereira Valões, sobrinhos de Antônio Pereira” (WILSON, 1974, p. 299). O crime foi imputado ao coronel Antônio Pereira, que depois disso teve sua fazenda (Pitombeira) cercada por 90 homens dos Carvalhos e da polícia de Pernambuco que intencionavam desarmar o coronel.

O boletim geral da Brigada Militar datado de 14 de maio de 1915 dá conta do deslocamento para Vila Bela do comando de policiamento do Estado de Pernambuco sob a liderança de João Nunes e Theófanos Torres, a fim de se investigar as ocorrências na Fazenda Pitombeiras.

Maio a 14 – seguiu em diligência para Villa Bela.
Boletim Geral nº 110, dia 14 de maio – Serviço para 15: Seguiu em companhia do capitão João de Araújo Nunes e mais 50 praças, armados a fuzil mauser, municados com 30.000 cartuchos pertencentes estes a carga da intendência da força, sendo todo armamento do modelo 1895 (TORRES FILHO, 2011, p. 139).

Torres Filho (2011) explica que o Jornal Pequeno de Recife de 14 de maio de 1915 dedicou uma nota sobre as ocorrências entre Pereiras, Carvalhos e a polícia de Pernambuco em Vila Bela. “Graves ocorrências: Tiroteio entre as forças de polícia e cangaceiros, as famílias Pereira e Carvalho. Os cangaceiros entrincheirados em Pitombeiras esperam a polícia. Partida de forças de Triunfo e desta Capital” (TORRES FILHO, 2011, p. 139).

Segundo Wilson (1974), Antônio Pereira quando preso em Fortaleza explicou aquelas ocorrências:

Mas eu entendia – contava o velho coronel – que assim como os meus inimigos tinham o direito de viver armados contra mim, eu também devia viver prevenido com eles. Não tive dúvidas, não quis conversa e resisti. Houve muita bala e, enfim, os meus agressores bateram em retirada, quando os meus parentes se preparavam para lhes botar uma retaguarda. A justiça me processou por crime de resistência. Eu não resisti, todavia, à voz de prisão. Resisti, mas foi ao ronco do rifle e da Comblain (WILSON, 1974, p. 299 - 300).

Percebe-se que o coronel, em sua fala, ironizava a acusação de resistência à prisão. A acusação se justificava pelo motivo de que os Carvalhos haviam oficializado a formação de uma força volante para que, em nome do Estado, pudessem se dedicar a perseguição e prisão do coronel Antônio, Né Dadu, e outros Pereiras. A força militar foi elaborada sob o comando do Tenente da polícia pernambucana Theóphanes Ferraz Torres e os Carvalhos, Antonio da Umburana, José da Umburana e João Lucas da fazenda Piranhas.

A primeira investida desse grupo foi a invasão da Vila de São Francisco e a tentativa de prisão de Né Dadu que nesse momento não estava na vila. Segundo Wilson (1974), por não encontrarem Né Dadu, os Carvalhos espancaram fortemente a governanta da casa de nome Antonia Verônica, conhecida por “Mãe Preta”, além disso, prenderam o irmão mais novo de Né Dadu que tinha 16 anos de idade, o garoto em questão era Sebastião Pereira da Silva.

Por motivos de perseguição policial, o coronel Antônio Pereira se retira de Vila Bela em direção ao Ceará onde tinha parentes, segundo Wilson (1974):

Quando o cel. foi embora, vendendo a quase totalidade do seu gado a Joca Leite (de Belo Jardim), muitos parentes, vaqueiros e cabras o acompanharam (alguns até o Ceará), entre os quais, Né Pereira, Juvenal Cassiano, Cassiano do Baixio, José e Manuel Júlio (filhos de “Sinharinha”), José Cassiano (filho de Cassiano Pereira), Chico Doca, Manuel Santos, José Terto Gomes (que havia sido um dos chefes do grupo do Dr. Floro Bartolomeu, no Juazeiro), Manuel e Antônio Paixão, José Felix, Zé Pedro e os cabras de Né Pereira (Zé Grande, Mão de Grelha, Barra Nova e Antônio) (WILSON, 1974, p. 299).

Manuel Pereira, filho do coronel, voltou algum tempo depois para Vila Bela para resolver assuntos pessoais. Próximo a fazenda Pitombeira, o rapaz é emboscado por homens dos Carvalhos. O filho do coronel escapou, mas um vaqueiro da família conhecido por Elói que o acompanhava acaba sendo morto. A represália dos Pereiras veio logo em seguida, quando Vicente de Marina, homem de grande confiança dos Pereiras armou uma emboscada e matou José de Carvalho da fazenda Umburana.

Os Carvalhos acreditavam que Antônio Pereira era o mentor intelectual de todas as ações contra seus rivais, assim, o coronel passou a ser perseguido, além de Pernambuco, no Ceará e na Paraíba. “Retirando-se para o Estado da Paraíba, ali Antônio Pereira foi preso pelo oficial da polícia cearense capitão José dos Santos Carneiro e remetido para Fortaleza” (WILSON, 1974, p. 300).

A prisão de Antônio Pereira de Vila Bela em Fortaleza no Ceará simbolizava o projeto dos governos dos Estados em minar as ações dos “bandidos” no sertão. A família Carvalho

era uma das famílias envolvidas no projeto de modernização dos espaços urbanos sertanejos, cidades com potencialidade de prosperidade no comércio como Brejo Santo no Ceará, Patos na Paraíba e Vila Bela em Pernambuco, não poderiam mais viver a mercê do domínio de famílias tradicionalmente agrárias que não acompanhariam a modernização necessária para satisfazer os interesses do capital e das famílias que entendiam que os séculos XVIII e XIX já representavam um passado distante.

Neste sentido, enquanto os Pereiras continuavam impondo o poder agrário e as tradições das famílias fazendeiras do Pajeú pernambucano, a família Carvalho buscava na legalidade das forças militares dos governos estaduais e na prosperidade do comércio nos espaços urbanos sertanejos, a imposição de dadas transformações econômicas e políticas. Assim, os Carvalhos se tornam representantes da força policial e os Pereiras se tornam “bandidos”.

Quando ficou sabendo da prisão do Coronel Antônio Pereira, Floro Bartolomeu, que inclusive chegou a exercer o cargo de governador do Estado nas ocasiões em que presidiu a Assembleia Legislativa do Ceará, visitou Antônio Pereira na penitenciária de Fortaleza. Floro Bartolomeu e o coronel Pereira haviam sido parceiros nas questões familiares do sertão de Pernambuco e Ceará, desde os primeiros anos do século XX.

No momento em que saía da penitenciária, Floro Bartolomeu concedeu uma entrevista ao jornalista Leonardo Mota, que Wilson (1974) faz o registro. Disse-lhe o caudilho cearense:

São uns valentes esses homens! Destemidos e honrados! Ouça: José Maroto, sobrinho de Antônio Pereira, foi um dia cercado pelos Carvalhos. Reagiu enquanto pôde. Esgotada, porém, a munição, anunciou que estava disposto a render-se, dizendo ao defrontar os inimigos, que, se poupassem sua vida, não se imiscuiria mais na questão dos parentes. Pouparam-no e ele vem cumprindo a promessa. Vive instigado por solicitações de toda ordem, mas tem sabido sobrepor a palavra de honra, que empenhou, aos ímpetus de sua alma intrépida (WILSON, 1974, p. 300).

Floro Bartolomeu, em sua fala registrada por Luis Wilson enaltece um dos discursos que sustentavam o cotidiano daqueles homens, o discurso da honra e da palavra dita. Tanto era assim, que os Carvalhos sabiam que se permitissem a vida de José Maroto, ele cumpriria a promessa feita naquele momento. E cumpriu.

Outras situações foram registradas entre Pereiras e Carvalhos que endossam esse costume de que palavra dita não se volta atrás. Certa vez Antônio de Carvalho o “Antônio Quelé” e Antônio Maroto da família Pereira tiveram um desentendimento pessoal por

questões de terra. Wilson (1974) diz que Maroto fez uma proposta a “Quelê”, “Não passe mais na minha porta e eu não passo mais na sua. No dia em que o senhor passar no meu terreiro eu o mato. Faça o mesmo comigo se eu passar em frente à sua casa” (WILSON, 1974, p. 300).

Depois de terem feito o acordo, ambos morreram sem descumprir a promessa.

Voltando a falar do coronel Antônio Pereira, preso em Fortaleza, este mesmo repórter que conversou com o Dr. Floro Bartolomeu, também fez uma entrevista ao próprio Antônio Pereira. Essa conversa foi apresentada pela editora Abril em sua revista *Aventuras na História* na edição de julho de 2010.

Perguntado por Leonardo Mota sobre a guerra entre Pereiras e Carvalhos em Vila Bela, Antônio Pereira resumiu a situação.

Só possuo uma vida e essa é livre. Sou homem de honra e acostumado a falar de cabeça erguida. Essa primeira humilhação que estou sofrendo não me enfraquece e não há governo que dê jeito na minha luta com os Carvalhos. Isso é uma questão de sangue! Só quando Deus acabar com o último Pereira é que Carvalho deixa de ter inimigo nesse mundo. O senhor quer saber de uma coisa? Lá no meu Pajeú, quando um menino da família Pereira começa a crescer, vai logo dizendo: Tomara já ficar homem para dar cabo de um Carvalho. A mesma coisa dizem os meninos deles. (*Aventuras na História*, 2010, p. 50).

O morticínio entre as duas famílias continua e em 16 de outubro de 1916, um “cabra” dos Carvalhos, José Rodrigues, conhecido como “Zé Palmeira” ou “Zé Grande” arma um plano contra os Pereiras a fim de matar Né Dadu. Zé Palmeira se aproxima de Né Dadu simulando um rompimento com os Carvalhos, não imaginava Né Dadu, que se tratava de uma trama elaborada pelos próprios Carvalhos, porém;

Suspeitava a família Pereira de estar aquele primeiro cabra a serviço dos Carvalhos para eliminar Né Dadu, o qual por não acreditar na desconfiança dos parentes, foi morto a 16 de outubro de 1916, por José Grande (a quem chamavam Palmeira), com um tiro na cabeça, quando dormia em um roçado de mandioca, na fazenda Serrinha (de sua propriedade), em uma das margens do Pajeú. (WILSON, 1974, p. 307).

Quando Manuel e Antônio Paixão, que acompanhavam Né Dadu acordaram com o som do tiro que o matou, perceberam Zé Grande fugindo do local com o chapéu e uma faca da sua vítima. Depois os Pereiras ficaram sabendo que os objetos de Né Dadu foram entregues

aos Carvalhos na Fazenda Piranhas, “como prova de que o serviço havia sido feito” (WILSON, 1974, p. 307).

Né Dadu que sempre se envolveu no conflito entre as duas famílias, foi vítima da confiança que dispensou a um ex-“cabra” dos Carvalhos. O lugar onde ele foi morto na Serrinha é conhecido como Poço do Amolar.

Logo depois do sepultamento de Né Dadu, na Vila de São Francisco, Sebastião Pereira “Sinhô Pereira”, procurou o seu outro irmão João Pereira, mais velho, casado e com filhos pra lhe dizer que deixasse de lado a vingança, que ficasse junto a sua família e que ele mesmo, como era um jovem de 19 ou 20 anos e solteiro tomaria a liderança das questões contra os Carvalhos ao lado de Luis Padre. Segundo Wilson (1974) teria dito Sebastião Pereira à viúva de Né Dadu: “Minha cunhada, não chore, que vou vingar meu irmão. Se foi homem que o matou vou acabar-lhe a geração, não hei de deixar em pé nem um menino pagão” (WILSON, 1974, p. 309). Assumia assim, Sebastião Pereira a sua vida como chefe de cangaceiros.

Torres Filho (2011) também comenta o momento em que Sebastião Pereira assume a liderança da guerra contra os Carvalhos. O autor explica que com a morte de Né Dadu, Sebastião Pereira passa a comandar um grupo de cangaceiros, em sua maioria, homens da região do Cariri cearense e do Araripe pernambucano que foram apanhados no momento em que Sebastião visitava o major José Inácio de Souza da Fazenda Barro na região de Milagres no sul do Ceará. Sebastião Pereira conseguiu juntar com o auxílio do seu amigo major Inácio cerca de 22 homens. “Com aquele grupo formado, regressou Sinhô Pereira, de arrancada para Vila Bela” (TORRES FILHO, 2011, p. 160).

2.4 - OS PEREIRAS, OS CARVALHOS E O CANGAÇO

Após a morte do irmão, Sebastião Pereira da Silva ou Sr. Pereira, como seria conhecido mais tarde, foi empurrado definitivamente ao mundo da vendeta. Nascia naquele momento, aquele que seria segundo Virgulino Ferreira (Lampião), o homem mais valente do sertão. Sebastião Pereira partiu com um grupo inicial de 20 cabras, inclusive Luis Padre, de Vila Bela para São Francisco, lá eles iriam arrancar cada Carvalho da Vila.

No caso de Luis Padre, a própria mãe havia lhe recomendado: “Meu filho, acompanhe Sebastião e faça de hoje em diante tudo quanto ele quiser, no sentido de vingar a morte de Né Dadu” (WILSON, 1974, p. 309).

Ao chegar à São Francisco, segundo Wilson (1974) o grupo de “Sinhô Pereira” depredou e queimou a loja de Antonio da Umburana, partindo dali para as fazendas Piranhas e

Umburanas de propriedade dos Carvalhos, depredando, queimando, matando animais, destruindo cercas, etc.

Algum tempo mais tarde, quando Sebastião Pereira e Luis Padre cercaram com 23 homens, aquelas propriedades, tocando fogo em tudo, resistindo-lhes, entre outros, Cincinato (tio de João Lucas), Lucas Alves de Barros e os Pedros (caboclos valentes, dos quais Sebastião já havia liquidado um deles), Manuel Paixão, como um louco, botou o barbicacho do chapéu de couro debaixo do queixo e entrou na casa do pai de João Lucas, morrendo na ocasião como um dos mais formidáveis “jaguços” de Sebastião Pereira e Luis Padre (WILSON, 1974, p. 309).

A vingança dos Pereiras acontecia sem piedade, de fazenda em fazenda, Sebastião, Luis Padre e demais Pereiras e cangaceiros tocaram fogo em mais de uma dezena de casas, queimaram plantações inteiras, destruíram viveiros e chiqueiros das criações menores. Das cabeças de gado, não sobrou nem o couro para que os Carvalhos não pudessem vender nada, envenenaram os peixes de três ou quatro açudes da família. Até os cortes de tecidos dos pontos comerciais dos Carvalhos foram distribuídos para retirantes que passavam nas proximidades.

“Na casa de João Alves de Barros, nas Piranhas, até alguns anos passados, as velhas paredes, derrubadas, estavam ainda úmidas de tanto garrafão de manteiga que Sebastião Pereira, Luis Padre e seus cangaceiros quebraram naquele dia” (WILSON, 1974, p. 310).

Torres Filho (2011) apresenta a notícia dada pelo Jornal Pequeno em Recife datada de 07 de Julho de 1917 em que consta também um telegrama recebido pelo desembargador Antônio Guimarães, chefe de polícia de Pernambuco.

Vila Bela – Confirmado meu telegrama fazenda Piranhas foi atacada 6 horas grupo 7 homens, chefiados Sebastião Pereira, Luiz Padre e João Pereira sendo enfrentados 12 homens achavam-se naquela propriedade, durante tiroteio. Faleceu do grupo atacante o criminoso Paixão, saindo outros baleados. Impossibilitados continuarem sustentar luta, incendiaram casa Coronel Lucas Alves Barros, Agnello Barros, Manoel Carvalho Barros, José Carvalho Barros sendo que do coronel Lucas, roubaram dois contos de réis afora outros prejuízos calculados para mais de quatro contos de réis e um cavalo que mataram, no valor de 250\$000. Depois haver praticado esses atos vandalismos, aludido grupo malfeitores evadiu-se levando companheiros feridos, cheguei companhia Capitão Carlos Affonso acompanhado 15 praças não encontrando mais grupo invasor. Saudações 2º Tenente Pedro Malta, delegado de polícia (TORRES FILHO, 2011, p. 182).

Diante de tamanho prejuízo, os Carvalhos assinam em Vila Bela um inquérito da polícia de Pernambuco datado de 05 de setembro de 1917, o qual narra o episódio da invasão da fazenda Piranhas pelos Pereiras.

No dia 1º corrente apresentaram-se voluntariamente a prisão os indivíduos José Alves de Barros e José de tal conhecido por José Caboclo e Francisco Alves de Barros, Cincinato Nunes de Barros, Antonio Carvalho de Barros, conhecido por Antonio da Umburana, Antonio Alves Frazão, José André, Feliciano de tal, João Ferreira, Francisco Porphirio, Antonio Teixeira, Antonio Pedro da Costa Neto, Antonio Pequeno, José Flor e João Tapia todos denunciados neste município como incursos no artigo 294 por terem morto ao cangaceiro Paixão na ocasião em que os mesmos se defendiam do ataque feito a fazenda Piranhas pelo grupo chefiado por Sebastião Pereira e Luis Padre do qual fazia parte o referido Paixão. Informe ao Chefe de Polícia pelo delegado de Vila Bela, 5/9/17 (Arquivo do 14º Batalhão de Polícia do Estado de Pernambuco).

As ações dos Pereiras contra os Carvalhos acabaram por impulsionar definitivamente o estabelecimento desses últimos no espaço urbano Vilabelense. Neste espaço, teriam o apoio necessário do governo através da polícia e a segurança fundamental para os seus negócios. Já os Pereiras fizeram o caminho inverso, como a cidade era um espaço dominado pela força do Estado e em desenvolvimento econômico, estar fixado ali representava um erro que facilitaria a vitória ao inimigo. Isto é, diante das perseguições, o nomadismo das principais lideranças da família era de grande necessidade.

“Os Carvalhos, depois de incendiadas suas fazendas mudaram-se para Vila Bela, começando então a perseguir Sinhô Pereira e Luis Padre, agora acompanhados sempre da polícia, sem lhes dar paz um só instante” (WILSON, 1974, p. 310).

Neste sentido, Sebastião Pereira com o seu grupo de cangaceiros, rumou a Alagoas, com a informação de que Zé Palmeira, assassino de Né Dadu, havia fugido para aquele Estado. Na cidade de Viçosa, Zé Palmeira é encontrado e morto por Sr. Pereira. Estava cumprida a ordem de vingança ao algoz de Né Dadu.

Na volta para Vila Bela, Luis Padre ainda teve a oportunidade de vingar a morte do seu pai Padre Pereira, quando matou seu algoz Luís de França em São João do Barro Vermelho, conforme explica Luis Wilson.

No dia em que Luis Padre, em sua volta de Alagoas, matou Luís de França (assassino de Padre Pereira), chegaram à casa do cangaceiro, numa curva do caminho que ia de São João do Barro Vermelho para São Francisco ou para

Vila Bela, ele (Luís Padre), Sebastião Pereira e Vicente de Marina (WILSON, 1974, p. 311).

Esse Vicente de Marina, chamado também de “negro Vicente” e que acompanhava Sr. Pereira era conhecido no Pajeú como homem de grande pontaria, segundo Wilson (1974) ele gostava de se divertir com outros “cabras” jogando laranja para cima e atingindo-a com um tiro de rifle ou revólver.

Pois bem, quando Sebastião, Luís Padre e o “negro Vicente” chegaram à casa de Luís de França, Sebastião o chamou na porta da frente da casa. Wilson, (1974, p. 311) conta que Luís de França “saiu na carreira” pela porta dos fundos, no momento em que Vicente de Marina mira-lhe as costas e lhe atinge, ferido, Luís de França adentra ao matagal no meio da noite.

Luís Padre chegou a pensar que Luís de França havia conseguido fugir, inclusive fez um comentário com Sebastião lamentando a situação, quando Vicente lhe responde: “Não patrão, fui eu que atirei nesse camarada, ele não pode ter ido a lugar nenhum” (WILSON, 1974, p. 312). No dia seguinte, logo ao amanhecer encontraram Luis de França agonizando no meio do mato e terminaram o “serviço”. Luís de França teria dito ainda, antes de morrer, para Luís Padre, que foi João Nogueira que lhe havia dado o bacamarte para a prática do crime, apontando outras pessoas da família Carvalho como cúmplices da morte de Né Dadu.

Vicente de Marina, mesmo no escuro da noite havia ferido Luís de França de modo que facilitou o trabalho de vingança de Luís Padre. Luis Wilson (1974, p. 312) conta que a habilidade do “negro Vicente” era tanta que certa vez, um dos irmãos Rufinos (Antônio ou Jeremias) havia lhe dado um rifle e uma caixa com 50 balas, pedindo-lhe que matasse alguns veados e lhe trouxesse o couro para que ele vendesse. Vicente de Marina trouxe “50 couros de veado”. Uma bala para cada animal morto.

Os Carvalhos elaboraram mais um plano em sua guerra contra os Pereiras. Desta vez a ideia parecia ser mais eficaz, já que pensavam em abrir duas frentes de batalha contra aquela família.

Antônio da Umburana manda o tenente Holanda Cavalcanti, destacado em Vila Bela, com cerca de 90 soldados, para cercar a vila de São Francisco, onde estavam Sebastião e Luís Padre que não deveriam sair da Vila, enquanto ele e 100 homens dos Carvalhos atacariam a Fazenda Taboleiro de Praxedes Pereira, irmão de Sebastião.

Só que não haviam, os Carvalhos, claro, combinado isso com os Pereiras. Mesmo cercado sob tiros da polícia, Sebastião e sua família mataram cerca de oito homens das forças

do tenente Holanda e rumaram para a fazenda de seu irmão, disposto a matar ou morrer e decidir tudo com os Carvalhos naquele momento. Quando chegam à fazenda surpreendem os Carvalhos que esperavam que eles estivessem cercados pela polícia em São Francisco.

“Os Carvalhos se retiraram do Taboleiro, onde resistiam Praxedes, uma filha e, entre outras cabras, Vicente de Marina” (WILSON, 1974, p. 311).

Em outra oportunidade, os cangaceiros de Sebastião Pereira, sob a orientação de Coronel Pedro da Luz, encontraram Antonio da Umburana e Sindário de Carvalho que eram os grandes líderes da família na guerra contra os Pereiras. Como provocação a Sr. Pereira, Antônio da Umburana se deslocou até o açude do Baixio a fim de agredir, humilhar, provocar Batista Valões que era tio de Sebastião. Sebastião Pereira caiu na provocação juntou os “cabras” e foi procurar Antônio da Umburana, que era conhecido como o cara mais valente entre os Carvalhos e que estava em uma casa no povoado de Queixada, hoje município de Mirandiba e que foi fundado pelos Carvalhos para fins comerciais. Sobre a elaboração do espaço urbano de Mirandiba trataremos mais adiante.

Quando chega à Queixada, Sebastião e seu bando alvejam a casa com tiros e tocam fogo na residência. Para não morrer queimado, Antônio da Umburana sai da casa em chamas e, desarmado encontra Sebastião que ao perceber o inimigo sem arma nenhuma enfrenta Antônio da Umburana corpo a corpo, “numa luta fantástica de inimigos cada um mais corajoso do que outro, e o mata a punhal no meio da rua” (WILSON, 1974, p. 313).

Assim se configurava a vingança dos primos Sebastião Pereira e Luis Padre, contada por Nogueira (1999).

Sedentos de vingança, entram na povoação, um arruado dos Carvalhos, assim como São Francisco era uma vilazinha dos Pereiras, cercam a pousada em que se encontrava o adversário, e após cerrado tiroteio, tocam fogo na casa. Quando Antonio da Umburana deixa a casa incendiada para não morrer queimado, Sebastião o enfrenta corpo a corpo, numa luta fantástica de inimigos e o mata a punhal no meio da rua. Morto, sangrado, esquartejado. Uma senhora lhe recolheu em um lençol os despojos para sepultar. (NOGUEIRA, 1999, p. 196).

Também em terras do futuro município de Mirandiba, na fazenda Tamboril, Sr. Pereira entrou em combate, dessa vez contra setenta homens dos Carvalhos, que queriam vingar a morte de Antônio da Umburana, no qual morreram duas pessoas e onze se feriram.

O morticínio entre Pereiras e Carvalhos em Vila Bela, já estava incomodando o governo do Estado, que até então não intervinha, como diz Luis Wilson, em “briga de branco”. Neste sentido foi promovido um fortalecimento da força policial no Pajeú.

“Mandaram para ali o cel. João Nunes, major Optato Gueiros, major Theófanos Torres, cap. José Caetano e os tenentes Lira Guedes, Manuel Bigode e Cardim” (WILSON, 1974, p. 312).

Conforme telegramas oficiais recebidos pelo Dr. Maurício Wanderley, chefe de polícia de Pernambuco em Recife, o município de Vila Bela está sendo teatro de graves ocorrências entre as famílias Pereira e Carvalho. “O governo do Estado tomou providências para que a ordem seja restabelecida naquela localidade” (TORRES FILHO, 2011, p. 139).

A esta altura das questões, Sebastião e Luís Padre já eram os cangaceiros mais procurados de Pernambuco, decididos a viver à margem da lei até a retirada de “Sinhô” em 1922.

O acirramento dos ânimos entre Pereiras e Carvalhos no final da primeira década do século XX forçou as famílias a elaborarem um esquema de proteção das fazendas e dos parentes da região através da formação de grupos armados, baseados estes, na relação entre famílias afins, já explicada neste trabalho.

Neste contexto, é que surge a figura de Virgulino Ferreira da Silva (Lampião), como cangaceiro de Sebastião Pereira (Sr. Pereira) e posteriormente chamado de rei do cangaço.

As questões de vingança por morte de entes em brigas de famílias motivaram muitos jovens no sertão a ingressarem no cangaço. Decididos a levar uma vida à margem da lei e vingar o sangue derramado de sua família, ou até mesmo o nome ou a honra da mesma, esses homens buscaram em “Sinhô” Pereira e Virgulino Ferreira o apoio para fazer a justiça com as próprias mãos.

“Naquela época, a vingança era um dever sagrado. As próprias mulheres atiçavam o ódio e a vindita. Às vezes as próprias mães” (WILSON, 1974, p.92).

Wilson (1974) narra um fato que envolveu um jovem da família Pereira de São José do Belmonte por nome de José Pereira Terto numa questão com um policial da região, conhecido como Cipriano.

No ano de 1918, José Pereira Terto estava numa festa na cidade de São José do Belmonte. Por ter se envolvido num pequeno desentendimento com outros jovens, José Terto acaba levando um soco do soldado Cipriano que fazia com outros colegas, a segurança do evento.

Fato comum em cidades interioranas, é que a maioria das pessoas se conhecem, e as notícias dos episódios ocorridos na cidade sempre acaba chegando para todos. A mãe de José Terto, Dona Antônia que era neta do Coronel Manuel Pereira da Silva, ao amanhecer do dia, já é informada na fazenda do que havia acontecido com seu filho na cidade de Belmonte.

Quando o jovem chega em casa e encontra Dona Antônia, a cumprimenta normalmente pedindo a sua benção.

Segundo Wilson (1974) a mãe do garoto responde de forma ríspida.

Não, você não é meu filho, que eu não sou casada com Cipriano.

Dias depois, o rapaz, voltando à cidade, mata o soldado Cipriano e precisa voltar pra casa às pressas para não ser preso em flagrante. Ao chegar em casa arrumando tudo para sair em fuga, José Terto avisa para a mãe que vai procurar o grupo de cangaceiros de “Sinhô” Pereira porque acabara de matar Cipriano. Ao se despedir de Dona Chiquinha pede mais uma vez a sua benção, que o responde de forma tradicional.

“Deus abençoe meu filho” (WILSON, 1974, p. 92).

Depois de ter que sair às pressas de sua casa, José Pereira Terto entra para o bando de cangaceiros de “Sinhô” Pereira e recebe o codinome de “Cajueiro”.

Conforme dito anteriormente, Sebastião Pereira da Silva e seu primo Luis Padre, acabaram assumindo a vida do banditismo por conta do desejo de vingança pela morte de Né Dadu em 1916. Ao desenvolverem tal atividade à margem da lei, acabam de certo modo, permitindo a territorialização da família Carvalho no espaço urbano vilabelense e consequentemente permitindo o crescimento econômico e político desta família no sertão do Pajeú pernambucano, como veremos com maiores detalhes no terceiro capítulo deste trabalho.

As relações de poder protagonizadas por Pereiras e Carvalhos no Pajeú no início do século XX, motivaram um processo de localização espacial das famílias “pajeuenses” em cada um dos lados em questão. Quem vivesse entre as vilas e fazendas da região de Vila Bela, Floresta, Mirandiba, São José do Belmonte, entre outras, sempre tinha alguma ligação relativamente estreita com Pereiras ou Carvalhos, tendo que inclusive, assumir partido se fosse preciso.

Virgulino Ferreira da Silva ou simplesmente Lampião se tornou o maior representante desse fenômeno conhecido internacionalmente como cangaço. Suas ações no sertão nordestino são motivos de inúmeras discussões e, também, da dicotomia em torno da sua imagem entre herói ou bandido. Distanciando-me do mérito, atendo-me as questões que o motivaram a assumir a vida no cangaço e principalmente a tomar partido ao lado da família Pereira de Vila Bela na guerra contra os Carvalhos.

Mais uma vez tomo como princípio, as relações que se verificam no espaço em questão entre as famílias pólos e as famílias satélites. A família Carvalho era grande proprietária de terras num espaço entre as cidades de Vila Bela, Queixada e Floresta. As famílias que estavam localizadas nessa região acabavam assumindo o papel de satélites dos

Carvalhos, entre elas, estavam as famílias Nogueira e Barros, as quais pertencia Zé Saturnino, conhecido como o maior inimigo de Lampião.

Outra situação que merece atenção e que explica o posicionamento dos Ferreiras ao lado da família Pereira do Pajeú, envolve a família Feitosa dos Inhamuns.

No primeiro capítulo deste trabalho, citei que a família Feitosa havia chegado ao Inhamuns depois de fugir da perseguição por ter se envolvido na Guerra dos Mascates em 1710, é a mesma região em que, haviam arrendado terras, os Pereiras, que vieram no início do século XVIII para o Pajeú pernambucano. Na ocasião tratei da relação amistosa que existia entre as duas famílias. Segundo Wilson (1974) os Ferreiras de Virgulino, satélite dos Pereiras no Pajeú, tem origem na família Feitosa dos Inhamuns, pelo fato de José Ferreira, pai de Virgulino, ser filho do casal Manuel Ferreira Gondim e D. Isabel Alves que era sobrinha do capitão-mor José Alves Feitosa. Isto é, Virgulino Ferreira da Silva era neto de D. Isabel da família Feitosa, amiga da família Pereira, enquanto esta esteve estabelecida nos Inhamuns.

Esta poderia ser mais uma explicação para a aproximação entre Ferreiras e Pereiras na região de Vila Bela.

José Ferreira da Silva, pai de Lampião e de mais 8 filhos, inclusive 4 mulheres, estaria ligado também aos famosos Feitosas de São João dos Inhamuns. (...) Manuel Ferreira Gondim, falecido no dia 31 de dezembro de 1833, casado com D. Isabel Alves e pertencente ao clã dos Feitosas por parentesco próximo com o capitão-mor José Alves Feitosa, teve 11 filhos, um deles era José Ferreira, pai de Virgulino Ferreira da Silva. (WILSON, 1974, p. 72).

Segundo Wilson (1974), a relação tão próxima entre os Ferreiras e a família Pereira, no sentido proposto neste trabalho, entre famílias polos e famílias satélites constituída a partir da prática de casamentos e compadrios, se deu pelo fato de a mãe de Virgulino ter sido afilhada de batismo de Manuel Pereira, pai de Sebastião Pereira e o pai de “Lampião”, José Ferreira ter sido afilhado de batismo de Manuel Pereira da Silva Jacobina “Padre Pereira”.

Antes de Zé Saturnino e Virgulino iniciarem suas questões pessoais, Pereiras e Carvalhos já eram grandes inimigos, dessa forma, quando o desentendimento entre os dois começasse, a família Pereira seria, sem dúvida, o melhor apoio para os Ferreiras de Virgulino enfrentarem os Barros de Zé Saturnino e conseqüentemente a família Carvalho.

Segundo Torres Filho (2011) o clima hostil entre os irmãos Ferreiras e Zé Saturnino começa em 1915 quando os primeiros passam a perceber o desaparecimento de alguns caprinos de suas propriedades. O autor explica ainda, que até o ano de 1917 os “garotos” das

duas famílias eram “segurados”, em seus ímpetos, por seus pais, o Sr. Saturnino e o Sr. José Ferreira. Porém com a morte do patriarca Saturnino, as provocações entre os jovens das famílias aumentaram. A situação entra num estágio de maior complexidade quando em agosto de 1917, Antônio Ferreira, irmão de Virgulino (Lampião), entra em luta corporal com José Caboclo, homem de Zé Saturnino.

Depois desse confronto entre os dois rapazes, a guerra pessoal entre os Ferreiras e os Barros (Saturninos), em paralelo à guerra entre Pereiras e Carvalhos, estava declarada.

Em dezembro de 1917, os Ferreiras invadem à tiros a Fazenda Pedreira, que pertencia a Zé Saturnino, nesta investida Antônio Ferreira sai ferido e é levado para a Serra Vermelha, onde foi tratado por “Antônio Matilde” (TORRES FILHO, 2011, p. 229).

Depois do tiroteio na Pedreira, foi nomeado o coronel Aurélio Cornélio Soares Lima para intermediar a paz entre as duas famílias. O acordo previa que os Ferreiras deixariam o Sítio Passagem das Pedras, vizinho das propriedades de Saturnino e, mudariam para o Poço Negro na Vila de Nazaré, num lugar por onde passa o riacho Carqueja. Em contrapartida, Zé Saturnino não poderia freqüentar a Vila de Nazaré. Assim ficou determinado em acordo entre os dois lados.

A partir de 1919 a Vila de Nazaré passou a ser um centro comercial por conta de uma feira que se estabeleceu naquela localidade, a qual era frequentada por comerciantes de toda a região de Floresta, Salgueiro e Vila Bela, inclusive comerciantes da família Carvalho.

O acordo intermediado pelo Coronel Cornélio Soares foi quebrado quando Zé Saturnino e seu cunhado José Cipriano “aparecem armados na feira de Nazaré” (TORRES FILHO, 2001, p. 230). Virgulino Ferreira e Manoel Lopes, que estavam na feira, empunharam as armas e dispararam na direção de Zé Saturnino, que saiu da feira sem ser alvejado.

No dia seguinte, Zé Saturnino comanda um grupo de cerca de 15 homens e cercam a casa de Manoel Lopes. Depois de pouco mais de duas horas de tiroteio, Zé Saturnino se retira levando dois feridos. Segundo Torres Filho (2011) respondiam de dentro da casa aos tiros dos inimigos, apenas Manoel Lopes e Virgulino. A habilidade com armas desses dois homens, logo chamaria a atenção de Sr. Pereira, que se tornaria, ainda, o comandante de Lampião.

José Alves Sobrinho (1996), em seu livro “Lampião e Zé Saturnino”, explica que desde o ano de 1919, Virgulino e seus irmãos já vinham conquistando a confiança de “Sinhô” Pereira, por terem iniciado uma questão com os Barros, aliados dos Carvalhos um ano antes, em 1918. De fato, em 1918 têm início os desentendimentos entre Virgulino e Zé Saturnino. A grande motivação para esta questão em especial, bem como a estreita ligação entre a família de Zé Saturnino com os Carvalhos, também são explicadas por Sobrinho (1996).

Em junho de 1918, Zé Saturnino começou a sentir falta de alguns bois e bodes que pastavam nas imediações da Fazenda Tabuleiro, pertencente a Família Carvalho. Em julho do mesmo ano o fato foi confirmado: Antônio Martilo e os Ferreiras estavam mesmo, roubando os animais de Zé Saturnino. (SOBRINHO, 1996, p.40).

Depois de confirmar que eram mesmo os Ferreiras que estavam sumindo com os animais, Zé Saturnino arranjou um homem por nome de Esperidião, que conhecia bem a região e com o apoio dos Carvalhos, Antônio e José da Umburana, saíram atrás de Virgulino, seus irmãos e os Pereiras. Sobrinho explica que “quando a expedição chegou ao pé da serra da Carnaúba, Esperidião disse: Eles estão dormindo no Olho D`água (Fazenda da família Pereira). É melhor a gente pegar a estrada velha e esperarmos eles, de manhã, no pé da serra” (SOBRINHO, 1996, p.63).

Desta vez o confronto entre Pereiras e Carvalhos, Zé Saturnino e Virgulino acabou não acontecendo, por algum motivo os cangaceiros de “Sinhô Pereira” ficaram sabendo da movimentação dos Carvalhos e saíram da fazenda Olho D`água sem serem percebidos, porém o encontro era questão de tempo.

A ideia da família Carvalho no início da década de 1920 era de neutralizar a influência dos Pereiras nas cidades que circundavam Vila Bela e afastar daquela região a ameaça do grupo de cangaceiros de Sebastião Pereira e Luis Padre, que já não podiam mais se sedentarizar no sertão do Pajeú, por conta da perseguição ativa das volantes da região, desta forma, lançaram mão de ataques rápidos às vilas e fazendas, principalmente com o objetivo de destruir os negócios da família Carvalho.

Os Carvalhos, representados pelos irmãos Antônio do Imburana e Zé da Imburana, não costumavam levar desaforo para casa. Portanto, a partir daquela hora, a questão estava formada. Entretanto, estavam envolvidos naquela confusão: Sr. Pereira, (Sebastião Pereira) e seus cabras juntam-se com Virgulino Ferreira e seus irmãos e cercam Antônio da Imburana, Zé da Imburana e a polícia do destacamento na Vila São Francisco, no município de Vila Bela. A briga, o tiroteio e o desconforto para todos da vila foram pela noite adentro. Lá pela madrugada, os Pereiras resolveram encerrar o fogo cruzado.” (SOBRINHO, 1996, p. 74).

A articulação política dos Carvalhos que dificultou a continuidade de Sebastião e Luis Padre no Pajeú, bem como, a intervenção do Padre Cícero do Juazeiro e outras lideranças na política de paz entre as famílias, que detalharemos no próximo capítulo, forçou “Sinhô” Pereira e seu primo a se retirarem do cenário das lutas no ano de 1922, deixando o bando de

cangaceiros que havia formado, sob o comando do Virgulino Ferreira da Silva, nesta época já Lampião.

A opção de vida de Virgulino estava relacionada à vingança pela morte de seus pais, como muitos jovens do sertão. Entrar para o cangaço, nesse sentido, seria submeter-se a certa concepção de heroísmo, a uma obrigação moral, mas também ao método de se fazer respeitar. Monteiro (1981) explica essa situação através de uma frase de Gustavo Barroso, em quem este afirma que, “no sertão quem não se vinga está moralmente morto” (MONTEIRO, 1981, p. 08).

Ele (Lampião) lutou em uma região onde o poder dos que possuíam gado, terra, capangas e armas era ilimitado. Não é preciso ir longe para se ouvir ainda hoje, nesse sertão, os mais potentados dizerem em alta voz: “triste do poder que não pode”, ou “quem for fraco que saia da minha frente”. “só o sangue vinga o sangue” (COSTA, 1992, p. 44).

Monteiro (1981) apresenta ainda versos que teriam sido compostos pelo próprio Virgulino, os quais demonstram o motivo que explica a sua vida no cangaço. “Ele matou nosso pai/ Não tem pra onde correr/Agora é sangue por sangue/ E não quero esmorecer” (MONTEIRO, 1981, p. 08). Se os versos apresentados são realmente de Lampião, como propõe Monteiro, não sabemos ao certo, porém os motivos que fizeram de Virgulino um dos maiores foras da lei da história do Brasil, podem ser verificados na fala dele próprio quando este foi entrevistado pelo jornalista Otacílio Macedo em 1926, na cidade de Juazeiro no Ceará.

Chamo-me Virgulino Ferreira da Silva e pertenco à humilde família dos Ferreira, do riacho de São Domingos, município de Vila Bela. Meu pai sendo constantemente perseguido pela família Nogueira e por José Saturnino, nossos vizinhos, resolveu retirar-se para o município de Águas Brancas – Estado de Alagoas. Nem por isso cessou a perseguição. Em Águas Brancas foi meu pai barbaramente assassinado pelos Nogueiras e Saturnino, no ano de 1917. Não confiando na ação da justiça pública, resolvi fazer justiça por minha conta própria, isto é, vingar a morte de meu progenitor (GRUNSPAN – JASMINE, 2006, p. 84).

Na mesma entrevista, Virgulino Ferreira ainda explica:

Eu não vivo do cangaço por maldade minha. É pela maldade dos outros, dos homens que não tem coragem de lutar corpo a corpo como eu e vão matando a gente, na sombra, nas tocaias covardes. Tenho que vingar a morte dos meus pais. Era menino quando os mataram. Bebi o sangue que jorrava do

peito de minha mãe e beijando-lhe a boca fria, jurei vingá-la. É por isso que, de rifle as costas, cruzando as estradas do sertão, deixo um rastro sangrento, na procura dos assassinos de meus pais. É por isso que eu sou cangaceiro. (GRUNSPAN-JASMINE, 2006, p. 84).

Virgulino Ferreira da Silva assumiu o comando do grupo de cangaceiros de Sebastião Pereira em 22 de agosto de 1922, naquela ocasião estavam segundo Wilson (1974), na Fazenda Preá (Estado do Ceará), pertencente a uma irmã do cel. Manuel Pereira Lins, tio de Sebastião Pereira, que se despediu do grupo se dirigindo a Virgulino e dizendo:

- “Eu vou deixar umas brasas acesas. Você as apague” (WILSON, 1974, p. 338). Referia-se, Sebastião Pereira, às questões que seus familiares ainda tinham com os Carvalhos do Pajeú. Depois disso, “Sinhô Pereira” se retira da fazenda acompanhado pelos cangaceiros Vicente de Marina e Lavadeira deixando Lampião sob o comando de “Antônio, Livino, Gato, Meia-Noite, Joaquim Coqueiro, Agostinho, Zé Dedé, João e Antônio Mariano” (WILSON, 1974, p. 338). Estes foram os primeiros homens a acompanharem “Lampião” como comandante do grupo de cangaceiros.

Embora tenha se retirado do cangaço em 1922, Sebastião Pereira sempre teve muita confiança e respeito por parte de Virgulino Ferreira, que havia lhe prometido, antes dele seguir para Goiás, que sempre daria proteção à sua família do Pajeú. Por onde passavam no sertão, mesmo depois de 1922, os cangaceiros de Lampião entoavam canções em exaltação ao nome da família Pereira, como afirma Wilson (1974). “No dia 27 de Julho de 1924, 83 homens de Lampião entraram na cidade de Sousa na Paraíba, cantando estes versos na música de ‘Mulher Rendeira’” (WILSON, 1974, p. 89).

“Eu gosto de pau-pereira
 Que é pau de opinião
 Todo pau fulora e cai
 Só o pau Pereira não.
 Quem tem questão com Pereira
 Tem muita volta que dar,
 Dorme tarde e acorda cedo,
 pisa no chão devagar”

Em Vila Bela, a guerra entre Pereiras e Carvalhos marcou por quase um século o modo de vida do sertão do Pajeú. Para Luís Wilson (1974), Vila Bela (Serra Talhada) vivia no

princípio deste século, os dias anteriores à época de Moisés, de retribuição ilimitada das ofensas e ódios sem fim.

Diante dos eventos narrados até agora partiremos, no próximo capítulo, para a análise do próprio processo de espacialização das relações de poder entre Pereiras e Carvalhos em Vila Bela, onde os Carvalhos se consolidam como poder urbano e os Pereiras se lançam na ilegalidade do cangaceirismo. A partir das relações comerciais no espaço urbano territorializado pelos Carvalhos e pela situação de ilegalidade, perante o Estado, em que entraram os Pereiras no início do século XX iremos analisar essa relação de sedentarismo X nomadismo como elementos fundamentais para a compreensão da guerra entre as famílias como um conflito ressignificado entre campo e cidade.

CAPÍTULO 3 - SOCIEDADE AGRÁRIA X CAPITAL: A CIDADE COMO ESPAÇO DAS RELAÇÕES CAPITALISTAS

A história tem a importante função de desnaturalizar o tempo presente.

Durval Muniz de Albuquerque Junior

3.1 - DO IMPÉRIO A REPÚBLICA: A ASCENÇÃO DOS POVOADOS, O DOMÍNIO DOS CARVALHOS E A INVENÇÃO DE QUEIXADA (MIRANDIBA)

Diante das análises acerca do processo de espacialização das relações de poder entre as famílias Pereira e Carvalho no sertão do Pajeú pernambucano necessário se faz atentar, conforme já demonstramos neste trabalho, que a própria relação de conflito construída entre as duas famílias se deu a partir das divergências entre os projetos políticos dos dois grupos protagonistas e sua relação com a estrutura política nacional. Assim, Pereiras e Carvalhos representaram um recorte determinado de um conflito maior travado entre Conservadores e Liberais, ainda durante o período imperial do Brasil.

As disputas familiares entre Pereiras e Carvalhos têm como contexto de emergência a sociedade das grandes famílias e suas fazendas, onde o espaço rural se apresentou como locus econômico e político prevalecte e onde se desenrolaram as principais questões que envolveram ambas as famílias e que foram retomadas de modo ainda mais acirrado já na conjuntura do surgimento dos povoados, momento em que o Brasil vivia o processo de substituição da Monarquia pela República. Neste período, Pereiras e Carvalhos ressignificaram uma luta pela sobrevivência, agora num contexto novo, no qual um dos cenários era o de declínio de um modo de vida, de uma organização social específica baseada nas grandes fazendas de criação de gado e propriedade de famílias tradicionais e o outro era o da emergência dos centros urbanos e da atividade comercial.

Mello (2004) explica os desdobramentos do conflito entre Pereiras e Carvalhos em Vila Bela abordando a territorialização, ou o que o autor prefere chamar zoneamento, de ambas as famílias nos espaços rural e urbano.

Desde 1894 até 1923, enfrentaram-se os Pereiras e os Carvalhos na terra natal de Lampião, Serra Talhada. Os primeiros descendiam de Andreino Pereira, o Barão do Pajeú, enquanto os demais eram prósperos comerciantes e fazendeiros. Em geral, as lutas terminam pela exaustão econômica de um dos contendores ou por mudança de zoneamento. Na guerra entre Pereiras e

Carvalhos, por exemplo, os Pereiras acabaram se fixando no campo, enquanto os Carvalhos se tornaram mais urbanos e mercantis, passando a viver na cidade. Revista Aventuras na História (Edição 84 - Julho 2010 – p. 46/51)

A lembrança dos episódios urbanos protagonizados por Pereiras e Carvalhos está mais viva na sociedade serratalhadense do que os fatos ocorridos nas antigas fazendas, as quais fariam parte de um passado muito distante que remete às origens do atual Município. Por isso a ideia do senso comum na região de que o conflito tenha se iniciado em 1905, no centro da cidade de Vila Bela, com a morte de Manuel Pereira Maranhão. A questão a ser tratada nesse capítulo é: Como que o conflito entre as famílias ganha o espaço urbano de Vila Bela e conduz, inclusive, para a hegemonia do poder dos Carvalhos e a consequente ilegalidade das principais lideranças dos Pereiras? E mais, como foi possível que a família Pereira que era hegemônica politicamente durante o período imperial, com o advento da república tenha passado a figurar apenas como alternativa ao amplo poder dos Carvalhos? A resposta talvez esteja, conforme propomos, na afirmação progressiva das relações econômicas e sociais capitalistas no espaço de domínio dessas famílias e a crescente prevalência do modo de vida urbano a partir do início do século XX.

O declínio dos conflitos e da violência entre as famílias Pereira e Carvalho em meados do século XX advém, entre outros motivos, por essas duas famílias passarem a depender das relações econômicas e políticas construídas com outras famílias no espaço urbano de Vila Bela. Esse modo de vida urbano, além da localização de Vila Bela, que polariza uma dada área central no Estado de Pernambuco, colaborou para a emergência do que podemos chamar de famílias ou grupos sociais neutros, não pertencentes a essas famílias ou livres de relações de dependência e compadrio, não sendo satélites desses dois agrupamentos familiares.

Esses indivíduos ou grupos de indivíduos vão estar alheios ao histórico de violência entre as famílias e que vivendo no espaço urbano provocaram a adequação destas a um novo modo de vida. Um espaço onde a própria governabilidade do Estado esteve mais visível em detrimento das dificuldades de deslocamento de tropas legais pelas vastas fazendas do sertão e pelas estradas que praticamente inexistiam. Ora! Não foi esse um dos principais mecanismos de sobrevivência ocorrido no fenômeno do cangaço? A vida nômade de cada um dos jovens que adentraram no cangaço era favorecida pelas dimensões dos espaços rurais sertanejos, a vastidão de uma terra de difícil acesso e que o poder público negligenciava. O contrário é verdadeiro no concernente a emergência dos espaços urbanos. Essa relação de nomadismo e de elaboração de uma máquina de guerra como o cangaço será ainda tratada mais adiante.

Antes disso devemos entender que a introdução dos assim chamados neutros na sociedade vilabelense na passagem do século XIX para o século XX contribuiu para o que podemos chamar de alarguecimento das relações sociais, o que existia, anteriormente, era uma rede de relações e de laços sociais criadas a partir dos laços de sangue e parentesco, essas foram as relações, já tratadas neste trabalho, estabelecidas entre a rede de famílias polos e famílias satélites. Relações embasadas na proteção, na segurança e até na obediência entre os dois grupos de famílias. Assim criou-se uma estrutura pautada na passionalidade do espírito clânico, o que favoreceu a existência da vingança como forma de repressão ao delito, enquanto os laços de sangue era o mais forte dos laços sociais e a vida associativa se realizava toda no seio da família patriarcal.

O empreendimento urbano-capitalista utilizado pelos Carvalhos no Pajeú da passagem do século XIX para o XX representou um poder que ameaçava o tradicional poder rural dos Pereiras, que no momento em que articularam o que chamamos de invenção de Vila Bela em 1851, naqueles episódios que culminaram com a construção do espaço urbano da cidade e sua emancipação, não haviam percebido que estavam preparando o terreno para a sua própria desintegração enquanto poder hegemônico no Pajeú.

Wilson (1974) atenta para a questão da relação entre fazendeiros e comerciantes na segunda metade do século XIX no sertão pernambucano, principalmente para a evocação de um passado colonial de nobreza e prestígio ameaçado pelo empreendimento urbano-capitalista no período.

A família Pereira era constituída em quase sua totalidade de fazendeiros. A terra conferia às famílias importância, prestígio e nobreza, resquício, certamente, de uma sociedade em cuja fase colonial não votavam e nem podiam ser votados os negociantes de Vara e Cövado, os que mantinham loja aberta, os trabalhadores manuais e, ainda, os pardos e os mestiços (WILSON, 1974, p. 95).

Assim como no final da Idade Média, a nobreza europeia não conseguiu mais impedir a ascensão do que seria compreendida, mais tarde, como a classe burguesa, a família Pereira do Pajeú também esgotaria suas ações contrárias ao comércio, na medida em que os seus empreendedores, a família Carvalho, percebesse os mecanismos sociais das relações capitalistas que favoreceriam a atividade comercial no sertão de Pernambuco, como o empreendimento de pontos comerciais em espaços variados nas vilas e fazendas do Pajeú, principalmente onde pudessem contar com o apoio das famílias que lhes eram satélites em cada espaço. Os mecanismos em questão observados na relação entre Pereiras e Carvalhos, o

rural e o urbano são verificados na análise que fazemos neste trabalho e que veio a culminar com a emancipação de Serra Talhada em 1851.

Para os Pereiras, os mecanismos das relações agrárias estabelecidos com as suas famílias satélites foram utilizados também no processo de invenção do espaço urbano serratalhadense, onde cada grupo familiar que orbitava o poder da família Pereira teve benefícios e serviços garantidos na estrutura administrativa do novo Município. Os Carvalhos, por sua vez, que participaram desse processo de invenção de Vila Bela usaram a atividade comercial como mecanismo social que culminou com o declínio das estruturas agrárias e a ascensão do modo de vida urbano e capitalista.

A ameaça dos Carvalhos ao domínio dos Pereiras no espaço urbano vilabelense provocou o fim de um período de reestruturação do conflito, em que ambas as famílias precisavam consolidar o novo espaço urbano, bem como, analisar suas ações no sentido de garantir a hegemonia naquele espaço. É o que há de registrado na relação entre Pereiras e Carvalhos nos últimos anos do século XIX, uma trégua em suas questões pessoais e uma espécie de encontro de objetivos, isto é, a consolidação do espaço urbano de Vila Bela. A diferença é que cada uma das famílias tinham um projeto distinto de cidade que seria colocado em prática na primeira década do século XX, voltando as famílias a recomeçar a guerra que haviam iniciado em 1838.

O processo de emancipação de Serra Talhada (Vila Bela), já apresentado aqui, só poderia ser justificado a partir da elaboração de um espaço urbano que pudesse abrigar as estruturas administrativas do Estado, tais como, sede da Prefeitura, Câmara de Vereadores, cadeia pública, etc. Percebe-se que diante desse processo, consolidado com a República em 1889, Pereiras e Carvalhos tinham projetos distintos para um objetivo em comum, para os Pereiras o objetivo era a elaboração de um espaço urbano que seria dominado pelas estruturas que lhes garantissem o poder no sertão e um alinhamento com o poder central de Pernambuco no Recife, Vila Bela seria, portanto, uma espécie de capital sertaneja dos Conservadores pernambucanos em detrimento de Flores, centro das ações políticas dos Liberais e da família Carvalho. Diante disso a manutenção do poder dos Pereiras no Sertão e até a aniquilação das oposições perpassava a construção de um novo espaço urbano que se diferenciasse da vocação Liberal de Flores.

Dialeticamente percebemos que a família Pereira foi a grande responsável por alimentar a oposição que sofreu dos Carvalhos no espaço urbano de Vila Bela, desde o momento em que se discutia as necessidades de elaboração desse novo espaço urbano. Ou seja, a partir do momento em que os Pereiras buscaram a consolidação da cidade estavam

preparando um território cujas técnicas ou mecanismos sociais que visavam o domínio naquele espaço eles não tinham. A cidade é por definição o espaço de estreitamento das relações em detrimento dos vastos espaços rurais que exigiam um conjunto de relações motivadas pela posse e pelo trabalho na terra. A cidade representava a intensificação das relações entre indivíduos e (ou) grupos de indivíduos que espacialmente falando estavam mais próximos uns dos outros, convivendo no mesmo espaço reduzido e assim vivenciando, inclusive, os mesmos problemas ligados ao novo estilo de vida.

Tais relações urbanas exigiam a utilização e o domínio de técnicas de socialização mais dinâmicas e próximas dos anseios daqueles que ali vivessem, em outras palavras, os habitantes do espaço urbano necessitariam de um conjunto de serviços, de produtos e de bens que antes eram produzidos nas fazendas para o usufruto das fazendas e que a vida urbana impossibilitava a produção. É neste momento que ganha importância as tão famosas “bodegas de esquina” nas cidades do sertão, mercadinhos, mercearias, armazéns e claro, as feiras livres. O comércio, portanto representava a técnica fundamental cujo domínio daria àquele que o possuísse o poder hegemônico no espaço urbano. Neste sentido, os Pereiras inventaram em 1851 o espaço de domínio da família Carvalho.

Diante dessa análise chegamos aos seguintes problemas: Porque a família Pereira dedica suas atenções ao empreendimento urbano se há tempos representava uma hegemonia rural? Será que não perceberam que estavam criando a sua oposição, principalmente porque não tinham o domínio das atividades econômicas e das demandas que exigia um espaço urbano?

O que verificamos com a pesquisa é que os Pereiras perceberam a necessidade de adequação as mudanças que estavam emergindo no final do século XIX, assim acabaram por investir na ampliação do seu domínio no campo e também na cidade. Não foi por acaso que as lideranças da família provocaram a “queda de Flores” em 1851, era justamente esse processo de ampliação do poder da família que já existia no campo agora deveria se expandir para a cidade. Neste sentido a família Pereira, nos primeiros anos de existência do município de Vila Bela lançou mão da sua rede de famílias satélites, que viviam no espaço rural, mas agora já tinham a oportunidade de ocupar cargos na administração e na prestação dos serviços urbanos, além de serem eleitores. Com a finalidade de garantir, a partir desse “curral” eleitoral a sua hegemonia no espaço urbano, os Pereiras buscaram apoio naqueles indivíduos das famílias satélites que representaram na cidade a sua base eleitoral e nos últimos anos do século XIX garantiram o domínio do executivo municipal aos Pereiras até o ano de 1907, quando tem início o período de domínio dos Carvalhos que se estende até 1946, ano em que

os Pereiras voltam a eleger um prefeito para a cidade. Pensemos, portanto, nos motivos que fizeram com que os Carvalhos tivessem cerca de quarenta anos elegendo o executivo do Município.

O projeto dos Carvalhos estabelecido a partir do momento em que não conseguiram evitar a “queda” de Flores em 1851 seria, o deslocamento dos seus interesses urbano-capitalistas para Vila Bela, isto é, se Flores deixava de ser o centro político do sertão com a transferência desse papel para Vila Bela, a família de comerciantes precisaria apenas estender suas atividades e influência para esse novo espaço urbano, já que pela sua excelente localização geográfica, a cidade seria um grande ponto comercial do sertão pernambucano, coisa que eles dominavam naquela região. Se nos perguntamos o que permitiu e sustentou a hegemonia política e econômica dos Carvalhos no município de Vila Bela, uma possível resposta seria a de que eles possuíam o domínio das práticas e possuíam uma subjetividade adequada às exigências da vida no mundo urbano, tinham o domínio das técnicas e das relações sociais que exigia o empreendimento urbano, ou seja, as relações a partir da atividade comercial.

Dessa forma as duas famílias acabaram trabalhando “juntas” na construção do espaço urbano vilabelense, cada uma com seu projeto específico de cidade, e de 1851 até os primeiros cinco anos do século XX, Pereiras e Carvalhos mantiveram uma trégua em suas questões políticas e pessoais, o que acabou contribuindo para a consolidação do Município de Vila Bela.

A passagem do conflito do campo para a cidade colocou as duas famílias num espaço de dimensões mais limitadas, favorecendo o constante encontro e desencontros de interesses, distintos para o mesmo espaço, e assim favorecendo as hostilidades e as questões pessoais que trataram de reascender o clima de guerra na primeira metade do século XX, conforme analisa Nogueira (1999).

O confronto de Carvalho com Pereira, reaceso com toda violência nas primeiras décadas do nosso século no sertão pernambucano, é briga velha de mais de cem anos, envolvendo política, mandonismo, coronelismo, a Revolução Praieira, questões de família, despeitos, recalques, interesses contrariados e outros fatos sem maior importância. Briga de coronéis, desforços de latifundiários poderosos, guerra de muitos capangas. (NOGUEIRA, 1999, p. 178.)

Neste sentido, o conflito entre Carvalhos e Pereiras em Vila Bela representava, no início do século XX, a disputa entre o capital, desejoso de se estabelecer num espaço econômico promissor e a estrutura latifundiária, que nesse momento se articulava no sentido de possibilitar um processo de ressignificação das práticas que visavam à elaboração de uma referência espacial urbana.

O conhecimento em história me proporcionou a compreensão de que as mudanças ou transformações de cada espaço e de cada sociedade acontecem e, só acontecem respeitando um período de transição, sendo que nesse processo o “velho agonizante”, durante algum tempo, conviveu com o novo até ser substituído enquanto hegemonia. O velho em questão é toda a estrutura agrária que sustentava o poder da família Pereira e o novo é representado pelos interesses capitalistas dos Carvalhos que vieram a transformar a sociedade e principalmente os espaços do Pajeú pernambucano.

Em suma, o processo de transferência de hegemonias entre Pereiras e Carvalhos em Vila Bela tem início em 1851, passando por 1889, ano da Proclamação da República e se estende até o ano de 1907. No primeiro momento, os Pereiras ainda mantinham a hegemonia política ao lado do poder central do Império no Rio de Janeiro, ambos sustentados pelos mesmos alicerces rurais, porém, com a República, além das estruturas administrativas os espaços urbanos brasileiros passam por um processo de ascensão, o mesmo acontece com Vila Bela e com a família Carvalho no Pajeú pernambucano. Tanto é, que nos últimos dez anos do século XIX, mas já na República, os Pereiras ainda conseguiram eleger os prefeitos do município de Vila Bela, no entanto, já a partir dos primeiros anos do século XX a articulação econômica e social dos Carvalhos com as famílias que compunham o espaço urbano em Vila Bela elegeram o maior número de prefeitos até 1946, conforme veremos mais adiante.

A consolidação do poder da família Carvalho no espaço urbano e a sua hegemonia política no sertão do Pajeú intensificaram a guerra entre as duas famílias reiniciada em 1905, com a morte de Manuel Pereira Maranhão na feira de Vila Bela. A partir deste episódio, os Carvalhos, a fim de se defender e perseguir os Pereiras, se incrustam no aparelho de segurança do Estado constituindo inclusive, forças volantes da polícia de Pernambuco que exploravam a caatinga em busca dos grupos de cangaceiros que ameaçavam a segurança das cidades. A própria família Pereira foi responsável pela formação de tais grupos “foras da lei” para empreenderem vingança contra os Carvalhos. Neste sentido damos destaque a Sebastião Pereira e Luís Padre como líderes de cangaceiros que invadiam e saqueavam vilas e fazendas no sertão das duas primeiras décadas do século XX.

Enquanto dominava as ações políticas no sertão pernambucano, a família Pereira sempre foi capaz de obstaculizar qualquer empreendimento comercial que fosse iniciado na região de Vila Bela, São José do Belmonte e São Francisco, como exemplo disso, vimos no capítulo II, os inúmeros ataques aos pontos comerciais dos Carvalhos na Vila de São Francisco, reconhecida como terra de Pereira. Neste período, primeira década do século XX, os Carvalhos empreenderam a tentativa de invenção do seu próprio espaço urbano dando início a feira de Queixada, que seria mais tarde reconhecida como marco zero do povoado e posterior cidade de Mirandiba.

Se o espaço, conforme vimos é um produto social (LEFÉBVRE, 1992), ambas as famílias precisavam estabelecer o conjunto de relações que lhes dessem as condições materiais favoráveis para a construção de seus espaços de atuação e de domínio. Cada grupo familiar, portanto, buscou o desenvolvimento de suas técnicas (SANTOS, 2002) de elaboração territorial, através do modelo de clientelismo eleitoral do Brasil do início do século XX e das próprias relações entre famílias polos e famílias satélites que constituíram além do território material de cada família, também o território imaterial. Essas técnicas eram os meios sociais com os quais as famílias realizaram sua vida, produziram e criariam os espaços aos quais analisamos aqui.

A família Carvalho possuía uma maior desenvoltura social no espaço urbano, em virtude de sua prática econômica voltada para o comércio. A ascensão de uma classe de comerciantes no Brasil no final do século XIX possibilitou também o surgimento e a ascensão do modo de vida urbano motivando o surgimento de povoados e de suas respectivas feiras, esses povoados foram já no século XX dando origem as principais cidades do sertão pernambucano. Da necessidade de elaboração de centros urbanos com a finalidade de estabelecer a atividade comercial, teve início o povoado de Queixada, atual cidade de Mirandiba, que logo se transformou numa das principais feiras do sertão do Pajeú e território da família Carvalho. O conflito familiar entre Pereiras e Carvalhos foram as bases para a expansão comercial, o surgimento e crescimento desta povoação.

Conforme vimos anteriormente, alguns membros da família Carvalho iniciaram empreendimentos comerciais nas principais vilas da área circundante a Vila Bela, atitude que provocou uma série de reações dos Pereiras que tentavam neutralizar a atividade comercial dos Carvalhos. Um exemplo importante desse desacordo entre as duas famílias teve como palco a Vila de São Francisco. Os Carvalhos percebiam na Vila uma excelente oportunidade de garantia de negócios e lucros, o grande problema é que em cada mercearia ou mercadinho,

loja ou ponto comercial qualquer que os Carvalhos erguessem na vila, os Pereiras invadiam, saqueavam e destruíam as mercadorias e o próprio espaço físico do empreendimento.

Diante das dificuldades de se manterem na Vila de São Francisco, os Carvalhos passam a se ocupar em um novo projeto, mas sem desistir da ideia de investimento no espaço urbano. Neste sentido, a família de comerciantes deu início a uma nova feira além dos limites da Vila de São Francisco. Nogueira (1999) explica que o povoado de Mirandiba surgiu no início do século XX em decorrência da rixa entre Pereiras e Carvalhos, quando os membros dessa última família deixaram de comerciar na feira semanal do povoado de São Francisco, foco da família Pereira, para evitar maiores atritos entre ambas.

A primeira feira no local escolhido pelas lideranças dos Carvalhos ocorreu em 1912, porém algumas questões precisam ser analisadas anteriormente a consolidação da feira. De acordo com Nogueira (1999), a região que compreende hoje o município de Mirandiba foi elevada em 1894 a terceiro distrito pertencente a São José do Belmonte, com o nome de Santa Maria. Até esse momento, final do século XIX, a situação é ainda inicial para uma hegemonia dos povoados. As fazendas representavam a principal força econômica do sertão, tanto em relação à povoação, quanto as atividades produtivas e também em força política.

Nas fazendas de criação resume-se toda a atividade deste município, entregando-se seus proprietários de preferência a criação do gado. Em 125 fazendas e estâncias que conta este município, calcula-se apanhar anualmente 2.000 bezerros. (...) É de grande escala a criação de bodes e carneiros e o número de courinhos exportados (...) todos enviados a Capital do Estado (NOGUEIRA, 1999, p. 95).

Até o final do século XIX, “a indústria local consistia no fabrico de queijos, de arreios para cavalos, de chapéus e das vestimentas dos vaqueiros, de objetos de palha e tecidos grosseiros de algodão, como redes etc.” (NOGUEIRA, 1999, p. 95), entre os pequenos comerciantes que se dedicavam a esta atividade ainda embrionária no Pajeú estava a família Carvalho.

A origem de Mirandiba está ligada à escolha de um sítio na região que oferecesse condições para a realização da feira, porém, a crença popular no sertão do Pajeú pernambucano, dá conta de uma explicação mítica, a qual também não vamos negligenciar pelo fato de que tais contos conduzem aos eventos que explicam a origem do povoado, isto é, o atual Município de Mirandiba teve fundação dos Carvalhos por vias históricas e míticas.

Segundo Nogueira (1999), Mirandiba foi fundada num local conhecido como Alto Queixada, nome da região em que ocorria a existência de uma espécie de porco do mato

chamado pelos nativos da região do São Francisco de “queixada”. Raquel de Carvalho, reconhecida como uma das fundadoras de Mirandiba teria num momento de pesadelo, sonhado com uma perseguição de uma dessas feras do sertão e que próximo a uma cacimba, um escravo que ela descreveu como sendo Leandro Luiz, matou o porco “queixada”. No local em questão, segundo ela, deveria ser erguido um novo povoado, sob o domínio dos Carvalhos. O local onde teria sido indicado por Raquel de Carvalho para a construção do que seria a nova cidade conta hoje com uma praça com um monumento do “porco queixada” que acaba se tornando o primeiro nome do povoado.

Mitos a parte, no ano de 1912, sob a liderança da família Carvalho foi construída a primeira feira em Queixada, feira que deveria simbolizar o nascimento de um grande centro urbano e comercial e que deveria estabelecer os Carvalhos como centro de um poder urbano em uma conjuntura ainda de domínio das fazendas. Historicamente falando, o início do povoado ocorre no início do século XX, com o coronel Urbano Alves de Carvalho⁶, que era proprietário das Fazendas Volta e Várzea do Tiro. Urbano de Carvalho doou parte de suas posses em nome de Sant’Ana e na Várzea do Tiro foi instalada a primeira feira empreendida pela família Carvalho na região do atual Município de Mirandiba.

Segundo Nogueira (1999), em 21 de janeiro de 1912, os feirantes e a família Carvalho foram comunicados pelas autoridades que aquele não poderia ser o local de comércio (não se sabe que interesses estavam por trás da decisão de impedimento da feira), no entanto no dia seguinte, em 22 de janeiro de 1912, João Barbosa de Barros (os Barros eram famílias satélites dos Carvalhos no Pajeú), doou um espaço na Fazenda Quixabeira, com o intuito de ajudar seus familiares Carvalhos no empreendimento do comércio na região. “Anunciou um novo local em que poderiam ser realizadas as negociações comerciais, sem perigo de qualquer repressão, pois daquele lugar eles seriam donos” (NOGUEIRA, 1999, p. 282). Esse espaço é o mesmo que aparece no mito do sonho de Raquel de Carvalho, que receberia o nome de Queixada, em referência a espécie de porco do mato, que inclusive é uma espécie que de fato ocorre no sertão.

(...) No dia 22 de janeiro de 1912, iniciou-se a derrubada da mata para que no primeiro domingo uma feira ali se realizasse. (...) Construiu-se no local, uma casa de feira, que hoje é a praça pública, e onde se ergue a primeira Igreja de São João Batista, Padroeiro do lugar. (...) O primeiro nome do novo

⁶ Que ironia! A família Carvalho, uma família de comerciantes, no início da década de 1910, necessitava do seu espaço urbano-capitalista em detrimento dos espaços dominados pelos Pereiras no Pajeú. Precisavam de uma cidade, e diante disso, temos que a principal liderança no processo de elaboração de Queixada como espaço urbano dos Carvalhos se chamava justamente, Urbano.

povoado, como não poderia deixar de ser, foi Queixada (NOGUEIRA, 1999, p. 282- 283).

Em 1915, motivada pela prosperidade da feira, Queixada foi elevada a categoria de terceiro Distrito da Comarca de São José do Belmonte com o nome de São João de Campos e assim permaneceu até o ano de 1938 quando ganhou definitivamente o nome de Mirandiba, uma referência ao modo pelo qual chamavam em tupi, os indígenas da região da Serra dos Umãs.

A tentativa dos Carvalhos de iniciar um espaço alternativo de comércio em detrimento de São Francisco e de Vila Bela, não tirou suas atenções de conquista do espaço urbano vilabelense, tanto é que nesse meio tempo em que investiam na feira de Queixada, ainda mantinham seus interesses ligados a Vila Bela, bem como suas questões com os Pereiras no Município. O tempo comprovaria que Vila Bela se consolidaria como principal centro econômico do Pajeú e a própria família Carvalho percebendo as dificuldades de logística da região de Queixada decide na década de 1910 dedicar-se ao espaço vilabelense e em vencer definitivamente a família Pereira. Neste sentido, os Carvalhos passam a se envolver nas disputas políticas pela prefeitura de Vila Bela, desbancando a hegemonia dos Pereiras principalmente entre os anos de 1907 e 1930.

De fato a feira que parecia promissora em Queixada não seria páreo para a excelente localização de Vila Bela, que continuava sendo o centro das atenções dos feirantes da região, aliado a isso estavam as dificuldades de acesso a feira em Queixada nas épocas chuvosas. Com as enchentes do rio Pajeú, o acesso às fazendas ficava difícil para os comerciantes (até hoje quando vamos a fazenda Olho D'água e a passagem pelo caminho mais curto está fechada pelos riachos, temos que fazer a volta pela cidade de Mirandiba).

A atual Mirandiba representou, portanto, uma tentativa da família Carvalho em ter um espaço seu, um território onde a atividade comercial seria a mola propulsora da cidade, isto é, da mesma forma que existia o discurso daqueles atores sociais sobre São Francisco e Vila Bela como terra de Pereira, Mirandiba seria terra de Carvalho. A partir do momento em que perceberam a oportunidade de ascensão em Vila Bela, os Carvalhos dedicaram todas as suas atenções em garantir o domínio do espaço urbano vilabelense, que havia voltado a viver o conflito armado entre Pereiras e Carvalhos em 1905, quando Antônio Clementino de Carvalho mata Manuel Pereira Maranhão. Assim Vila Bela se consolida como palco da guerra entre as duas famílias. Os Carvalhos buscaram o apoio político do poder central no Recife usufruindo da legalidade do Estado através da força policial e a família Pereira se lança na ilegalidade através dos grupos de cangaceiros que tinham na desterritorialização a principal regra de

sobrevivência, isto é, usando do nomadismo como máquina de guerra no sertão do Pajeú pernambucano.

3.2 – VILA BELA DOS CARVALHOS: O NOMADISMO COMO MÁQUINA DE GUERRA DOS PEREIRAS

Antes de elucidarmos algumas questões que motivaram a elaboração de uma máquina de guerra da família Pereira nas três primeiras décadas do século XX, necessário se faz a apreensão de uma série de observações no concernente as relações de poder entre as famílias no espaço urbano vilabelense e principalmente a respeito do espaço onde era realizada a feira da cidade. Apresentamos anteriormente que a família Pereira, nos primeiros anos do século XX demonstrava certa preocupação com o crescimento econômico dos Carvalhos nas fazendas e vilas que circundavam o Município de Vila Bela motivando assim, um conjunto de ações que visavam a destruição dos espaços comerciais dos Carvalhos a fim de obstaculizar suas atividades. Neste sentido, os Pereiras passam a se dedicar ao resguardo do espaço urbano do Município, principalmente porque ali se realizava a mais bem sucedida feira do sertão do Pajeú, na praça de Vila Bela, abaixo da Igreja da Matriz de Nossa Senhora da Penha, a qual também participavam os membros da família Carvalho

Do ponto de vista da estratégia espacial, a feira estava localizada de modo a garantir que qualquer pessoa que a acessasse a cidade vindo de qualquer um dos sítios da zona rural fosse imediatamente percebida por quem estivesse em Vila Bela. Os espaços da antiga feira correspondem atualmente a praça Dr. Sérgio Magalhães e a Praça da Concha Acústica, tais espaços são interligados por dois becos estreitos, que limitavam a passagem do público de modo que se evidenciasse todo aquele que estivesse entrando e saindo da feira, esta por sua vez, estaria vigiada por olhos e ouvidos atentos da família mandatária na cidade, família que controlava até o ano de 1907, o executivo do município além de poder nomear os representantes do poder Judiciário.

Lateralmente à Praça Sérgio Magalhães, à direita de quem olha para a Igreja da Matriz existe ainda outro beco estreito situado atualmente entre o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal que, na época da realização da feira, era acessado pelos feirantes que vinham principalmente dos espaços rurais de Vila Bela nas proximidades do Município de Floresta. A rua a esquerda, a atual rua da Prefeitura de Serra Talhada, era, e ainda é, a rua mais larga naquele espaço, pois dava acesso as residências das principais famílias que ajudaram na elaboração do espaço urbano vilabelense, principalmente da família Pereira.

Percebe-se, portanto, que o acesso maior a feira de Vila Bela, a rua ao norte, era de uso principalmente das famílias que já estavam situadas na cidade, denotando assim que existia uma espécie de controle do ir e vir daqueles que circulassem pela feira. Os dois becos a leste que levavam a Praça da Igreja do Rosário, bem como, o beco ao sul tinham suas dimensões reduzidas como se estivessem ali para cumprir um papel de “funil” no trânsito das pessoas que tivessem acesso à feira. Foi naquele espaço que ocorreu o fato que reacendeu a guerra pessoal entre Pereiras e Carvalhos em 1905 e o transformou num conflito urbano, a morte de Manuel Pereira Maranhão. Para entendermos a dimensão da preocupação sentida pelos Pereiras com o espaço urbano e com os frequentadores da feira da cidade, voltaremos ao evento em questão.

Vimos no capítulo II, que Antônio Clementino de Carvalho (Antônio Quelé) e mais dois homens de sua confiança, armados, passavam pela feira de Vila Bela. Fato que, conforme demonstramos na descrição do espaço físico da feira que fizemos aqui, despertou a atenção dos homens dos Pereiras que estavam de prontidão na feira. Um desses informantes comunica ao antigo delegado de Vila Bela, Manuel Pereira Maranhão (Né do Baixio), a situação de homens dos Carvalhos estarem armados em plena feira da cidade. Naquela ocasião Antônio “Quelé” precisava se informar do porque que seus homens foram procurados por Cassiano e Cincinato Pereira no Município de São José Do Belmonte. Estando na feira de Vila Bela, Antônio Quelé procura o delegado do município e membro dos Pereiras Izidoro Pereira Aguiar, porém, antes de encontrar com o delegado, “Quelé” é abordado pelo ex-delegado Manuel Pereira Maranhão, que por vias de uma discussão acaba sendo assassinado pelo próprio Antônio Quelé em 17 de julho de 1905.

Este fato deixa claro que existia uma preocupação por parte da família Pereira para com os frequentadores da feira e principalmente com os membros da família Carvalho. Percebamos que Cassiano e Cincinato Pereira foram até São José do Belmonte com o intuito de desarmar os Carvalhos que circulavam e negociavam na feira de Vila Bela, espaço urbano que teria nascido para servir de território da família Pereira. Os Pereiras, ao tomarem essa decisão de controlar a entrada dos Carvalhos em Vila Bela estavam assumindo o receio que sentiam de que aquele espaço fosse dominado pelos seus inimigos da família Carvalho. Assim aquele espaço precisava satisfazer, entre outras questões, a vigilância dos Pereiras a todos que acessassem a feira de Vila Bela.

Contamos ainda no capítulo II deste trabalho, que Antônio Clementino de Carvalho e seus homens, em fuga pela morte de Manuel Pereira Maranhão e perseguido pelos Pereiras, procuraram abrigo na casa do monsenhor Afonso Pequeno que era aliado da família Carvalho

e correligionário político, dando assim a proteção necessária aos Carvalhos que buscaram sua ajuda. O que há de mais interessante do ponto de vista das articulações estabelecidas pelos Carvalhos no espaço urbano de Vila Bela no momento em questão, é que esse mesmo Afonso Antero Pequeno, que havia abrigado os Carvalhos em fuga, foi o candidato indicado pelos Carvalhos para concorrer na eleição para prefeito do Município de Vila Bela em 1907, apenas dois anos depois da morte de Manuel Pereira Maranhão.

Tais acontecimentos são indicativos de que, se os Pereiras estavam protegendo o espaço urbano de Vila Bela, a fim de evitar a entrada e a ascensão dos Carvalhos, estes por sua vez, decidiram lutar pelo controle daquele espaço. A forma escolhida pelos Carvalhos para garantir o êxito nesse objetivo foi a disputa eleitoral pelo controle do executivo do Município, estabelecendo alianças com as principais lideranças sociais da cidade, como o monsenhor Antero Pequeno e claro, buscou ainda o apoio daqueles que chamamos aqui de neutros da sociedade em questão, indivíduos que estavam de certo modo e até aquele momento alheios as questões entre as duas famílias. A partir de então, esses indivíduos e suas famílias assumem partido naquelas questões ao lado da família Carvalho, era o início do fim do domínio da família Pereira no Pajeú pernambucano.

Em 1907, portanto, tivemos o pleito eleitoral para a escolha do Prefeito de Vila Bela, em que se opuseram, do lado dos Pereiras o Coronel Antônio Pereira e todo o conjunto de famílias satélites dos espaços rurais do Município e do outro lado, os Carvalhos que contando com o apoio das lideranças urbanas em Vila Bela, bem como de sua rede de famílias satélites, indicaram como candidato o monsenhor Afonso Antero Pequeno. Ao realizar-se o processo eleitoral, a família Pereira acompanhava o avanço dos Carvalhos e a capacidade que estes demonstraram na articulação política que resultou na derrota do Coronel Pereira e na consequente vitória do monsenhor Pequeno e da família Carvalho.

A partir de então, tem início um longo processo de domínio dos Carvalhos no poder executivo de Vila Bela, pois controlaram a Prefeitura da cidade de 1907, com um intervalo curto de volta dos Pereiras entre 1916 e 1920, até as eleições de 1946, quando os Pereiras elegem Luiz Conrado de Lorena e Sá como Prefeito, voltando a ter o controle político do Município. O período de quase quarenta anos de domínio dos Carvalhos na política de Vila Bela pode ser verificado a seguir.

Diante da nossa proposta de analisar o conflito entre Pereiras e Carvalhos no Pajeú pernambucano estabelecemos nosso recorte temporal entre 1838, ano de início do conflito até as primeiras três décadas do século XX, portanto nos depreenderemos aqui a lista dos prefeitos de Vila Bela até o ano de 1930, porém deixamos claro que o domínio dos Carvalhos

dura ainda quinze anos mais. Percebamos nos prefeitos citados logo abaixo que de 1892 quando se deu a primeira eleição até o ano de 1907 apenas Prefeitos dos Pereiras eram eleitos em Vila Bela, no entanto, a morte de Manuel Pereira Maranhão em 1905 e a perseguição dos Pereiras aos Carvalhos, coloca estes últimos definitivamente na disputa pelo controle do Município.

O primeiro a comandar o Executivo do Município de Vila Bela foi Andrelino Pereira da Silva, o Barão do Pajeú, entre os anos de 1892 e 1895, sucedido entre os anos de 1895 a 1898 por Manoel Pereira da Silva Jacobina (Padre Pereira). Entre 1898 e 1901, Vila Bela foi governada por Antônio Andrelino Pereira da Silva que fez como sucessor Francisco Vieira Lima, um membro da família Lima, satélite dos Pereiras no espaço urbano vilabelense entre 1901 e 1904. O último prefeito Pereira nessa fase foi José Pereira da Silva e Sá que governou entre os anos de 1904 e 1907 e não conseguiu fazer seu sucessor dentro da família.

Em 1907, os Carvalhos tomam o controle do município, após duas mortes de membros dos Pereiras, Manoel Pereira Maranhão em 1905 e Padre Pereira em 1907. Neste último ano os Carvalhos indicam ao executivo de Vila Bela o monsenhor Afonso Antero Pequeno que, eleito, governou a cidade entre 1907 e 1908. Temos, portanto, o fim da hegemonia Pereira e o início da hegemonia política dos Carvalhos. Um ano após ter assumido a prefeitura, Antero Pequeno entrega o comando do município a José Alves da Silveira Lima, membro da família Alves, tradicionalmente grande família satélite dos Carvalhos no Pajeú que governou até o ano de 1910 quando assume Adolfo Corte, comerciante de Vila Bela e correligionário dos Carvalhos que ficou na incumbência de encerrar o mandato do eleito em 1907, Antero Pequeno.

Nas eleições de 1910, outro membro de uma família satélite dos Carvalhos é eleito, Manoel Emiliano de Moraes Barros, da família Barros do Pajeú, que governou entre 1910 e 1912, quando assume para exercer o cargo por um ano, ou seja, até 1913, Andrelino Barbosa Nogueira, da família Nogueira, satélite dos Carvalhos. Em 1913 temos o retorno de Manoel Emiliano de Moraes Barros que termina seu mandato fazendo como sucessor mais uma vez, Adolfo Corte que governou entre 1913 e 1916.

As eleições de 1916 foram marcadas por forte desconfiança da população pelos governos dos Carvalhos, que entre 1907 e 1916, elaboraram no município um forte esquema de alianças entre famílias que de certa forma provocaram a situação, que pode ser percebida anteriormente, de troca de comando no governo em um prazo curto de tempo entre os mandatos. Era preciso satisfazer uma série de interesses que estavam envolvidos no espaço urbano de Vila Bela, como a garantia dos cargos da burocracia municipal e o principal deles,

impedir o retorno dos Pereiras, neste sentido, quanto mais famílias estivessem envolvidas com a máquina administrativa dos Carvalhos, maior seria o seu poder eleitoral.

Porém, em 1916, os Pereiras conseguem recuperar o comando do executivo em Vila Bela, quando elegem Mário Alves Pereira de Lira, que diferentemente das administrações dos Carvalhos, completou seus quatro anos de mandato entre 1916 e 1920. Nesse momento, parecia que Vila Bela assistiria uma espécie de renascimento da família Pereira no poder político do município, porém nas eleições de 1920 os Carvalhos retomam a hegemonia.

O início da década de 1920, conforme já vimos neste trabalho, é marcado pelo início do processo de decadência econômica dos Pereiras. Em 1922, devido justamente a situação política da família dentro do município, Sebastião Pereira, maior líder da família na guerra armada contra os Carvalhos, foi embora para Goiás a pedido de seu tio Manuel Pereira Lins, que por sua vez, estava bastante preocupado com as derrotas políticas da família em Vila Bela. Dessa forma nas eleições de 1920, os Carvalhos retomam o controle do governo de Vila Bela quando elegem Francisco Alves da Fonseca Barros que governa até 1925. Os Carvalhos dão continuidade a sua hegemonia com a eleição de João Alves de Barros, prefeito do município entre 1925 e 1928, quando assume para encerrar um mandato até 1930, o prefeito Francisco Alves de Carvalho Barros.

Em 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas no movimento “revolucionário” daquele ano, tivemos em Pernambuco a ascensão de Agamenon Magalhães, que toma a iniciativa de intermediar a paz entre Pereiras e Carvalhos no Pajeú e promove a indicação de Methódio de Godoy Lima, família de comerciantes em Serra Talhada até hoje, para ocupar o cargo de prefeito do município, esta década seria marcada pelo arrefecimento das questões pessoais entre as duas famílias, pela decadência econômica dos Pereiras e por uma situação inusitada naquela época, a união matrimonial entre Pereiras e Carvalhos que veremos ainda neste trabalho.

Em 1939 o Município de Vila Bela passa a ser chamado de Serra Talhada. Conforme já falamos anteriormente, os Pereiras só retornariam ao controle do executivo em Serra Talhada a partir de 1946, sob o comando Luiz Conrado de Lorena e Sá e com a nova Constituição Federal no governo Eurico Gaspar Dutra, logo após a queda da ditadura Varguista do Estado Novo em 1945. Com o poder político em suas mãos por quase quarenta anos, os Carvalhos desenvolveram os mecanismos sociais de alianças, troca de favores, apoio do governo do Estado em Recife, bem como do poder central no Rio de Janeiro, de modo que pudessem garantir o seu domínio no Pajeú e também o afastamento das ameaças de retorno da

família Pereira que por ter perdido a máquina administrativa do município se lançam na ilegalidade através do cangaço.

O ano de 1907 torna-se um tanto emblemático nas relações entre Pereiras e Carvalhos no espaço urbano de Vila Bela, por ter sido o ano em que, conforme define o próprio “Sinhô” Pereira em entrevista a Sá (2001) quando esteve em Serra Talhada em 1975, o “ano em que fomos apeados do poder”, referindo-se a derrota empreendida pelos Carvalhos aos Pereiras no momento em que se disputava a prefeitura do município. Representou também o ano em que os Carvalhos assassinaram uma das maiores lideranças da família, Manuel Pereira da Silva Jacobina (padre Pereira), aos 72 anos de idade e definido pela própria família como “o melhor do lado de cá”. Isto é, em 1907 estava consolidado o objetivo fundamental da família Carvalho no Pajeú pernambucano que era tomar a cidade, territorializar os seus interesses econômicos e sociais no espaço urbano. A vitória nas eleições municipais representava um dos elementos constitutivos do processo de territorialização, aliado a isso estava a desarticulação dos rivais, neste sentido, a morte de Padre Pereira foi responsável pelo segundo momento, ou representou o segundo elemento do processo territorializador da família de comerciantes em Vila Bela.

A territorialização dos Carvalhos no espaço urbano, a vitória nas eleições em 1907, o assassinato do mais bem conceituado da família Pereira, bem como, a liderança exercida pela família na economia sertaneja, aproximaram os Carvalhos do centro do poder político, da burocracia administrativa do Estado, inserindo-os no próprio aparelho de governabilidade do Estado de Pernambuco. Em outras palavras, os Carvalhos se incrustam no aparelho administrativo, constituindo alianças no poder legislativo, estabelecendo-se na própria administração do executivo e impondo alguns dos seus membros e das suas próprias famílias satélites no poder Judiciário e especialmente na Polícia do Estado de Pernambuco.

Tais iniciativas representaram a garantia do domínio da família Carvalho no Pajeú protegida pelas maiores esferas do Estado. Por outro lado a família Pereira, evocando o seu passado de nobreza rural buscou, nos elementos compensatórios da macheza, da honra, da valentia, as bases para a elaboração de uma estrutura de resistência ao Estado e a hegemonia do modo de vida urbano através do fenômeno do nomadismo (DELEUZE E GUATTARI, 1980), estabelecendo assim uma máquina de guerra de modo que lhe proporcionasse além da resistência ao novo, a sua própria sobrevivência. A família, portanto, desenvolveu um processo de desterritorialização da cidade e se mantendo sem território fixo, assumiram uma vida dos “não lugares”, do banditismo, da ilegalidade, do cangaço.

O próprio Sebastião Pereira da Silva (Sinhô Pereira) deixa bem claro na entrevista concedida a Sá (2001) e que ainda mostraremos nesse trabalho, que a sua vida no cangaço teve início por três motivos: A derrota dos Pereiras nas eleições de 1907, a morte de Padre Pereira e principalmente pelo fato dos assassinos, os Carvalhos, não terem sido levados a julgamento, como ele mesmo fala “nem inquérito foi aberto”. Fato que vai bem ao encontro do que apresentamos aqui, isto é, a falta de inquérito para a morte de Padre Pereira está diretamente relacionada ao processo de envolvimento da família Carvalho no aparelho de Estado de Pernambuco nas esferas Legislativa, Executiva e claro, Judiciária. Diante disso, a saída para Sinhô Pereira, Luis Padre e outros membros da família foi a busca da justiça feita pelas próprias mãos, constituindo assim o grupo de cangaceiros que mais tarde receberia como membro Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião. A partir de então suas ações se resumiram a estar em todos os lugares e em lugar nenhum, promovendo saques nas vilas, fazendas e cidades do Pajeú, principalmente onde havia estabelecimentos comerciais da família Carvalho.

Segundo Deleuze e Guattari (1980), a nomadologia consiste numa arquitetura inventiva do exercício da micropolítica estabelecida através de campos e territórios hegemônicos, onde o agenciamento e a resistência constituem a própria máquina de guerra. Ou seja, utilizo a noção de nomadologia para nomear as práticas em que investiram as lideranças dos Pereiras na luta contra os Carvalhos e que se materializaram no fenômeno do Cangaço, que se caracteriza pelos elementos de resistência concernentes ao processo de urbanização e consolidação das atividades capitalistas em Vila Bela. Neste caso Sebastião Pereira e Luís Padre, enquanto líderes de cangaceiros, recebiam apoio para sustentar o seu bando que se configurava como uma máquina de guerra da própria família Pereira e dos indivíduos pertencentes às famílias satélites dos Pereiras que faziam as vezes de “coiteiros”, dando cobertura, mantimentos e oferecendo abrigo aos cangaceiros que vivenciavam a realidade do nomadismo.

Neste sentido, a referencialidade unitária, ou seja, o espaço urbano unificado por famílias de comerciantes e, conseqüentemente dominado pelas atividades sedentárias e capitalistas, representava o exercício do controle e do poder empreendidos pelos Carvalhos em detrimento da família Pereira no espaço urbano de Vila Bela. Assim, o poder dos Carvalhos passa a sofrer as ações irredutíveis e contrapostas do nomadismo dos membros da família Pereira, personificadas principalmente em Sebastião Pereira e Luis Padre, então líderes de grupos de cangaceiros e, representantes do elemento subversivo e externo a toda estrutura interna e urbano-capitalista estabelecida pelos Carvalhos em Vila Bela.

Não basta afirmar que a máquina é exterior ao aparelho, é preciso conseguir pensar na máquina de guerra como sendo ela própria uma pura forma de exterioridade, enquanto que o aparelho de Estado constitui a forma de interioridade que tomamos habitualmente por modelo, ou pela qual temos o hábito de pensar (DELEUZE E GUATTARI, 1980, p. 438).

Ao tratarmos do nomadismo como máquina de guerra buscamos demonstrar que ela é sempre exterior as diversas formas de Estado, de controle e do exercício do poder estatal mantendo uma relação constante de tensão e concorrência com as estruturas estabelecidas, deste modo, ao analisarmos a desterritorialização dos Pereiras do espaço urbano, bem como, o empreendimento da territorialização dos Carvalhos naquele espaço, consideramos que o cangaço representou a compensação pela perda da hegemonia no exercício do poder pelos Pereiras, definido agora pela ausência de território e resultando na confirmação da ideia de que “a máquina de guerra é invenção dos nômades” (DELEUZE E GUATTARI, 1980, p. 471).

A representação cangaceira do nomadismo constituía o empreendimento da máquina de guerra da família Pereira nas primeiras décadas do século XX, principalmente no sentido da necessidade da desterritorialização. Isto é, só há uma postura nômade, conforme as proposições de Deleuze e Guattari (1980), quando existe a capacidade de tais grupos de criar novos territórios, estes entendidos como territórios de agenciamento, espaços de apoio ao próprio nomadismo e caracterizado pelo movimento incessante de desterritorialização da própria existência. O cangaceiro, portanto, era um desterritorializado por definição e os territórios de agenciamento, como as fazendas dos coiteiros dos cangaceiros no espaço sertanejo, representavam o conjunto dos não-lugares daqueles indivíduos que só sobreviviam a partir do nomadismo.

O nomadismo dos Pereira acabou por representar o próprio desgaste da família nas relações sociais no espaço pajeuense. A família passa a sofrer perseguição política vinda das esferas maiores do governo pernambucano, em meados da década de 1920. Ser Pereira no Pajeú, nesse período, era viver sob a suspeita do banditismo, do agenciamento de grupos de cangaceiros, situação de ilegalidade vivida por mais de uma década por Sebastião Pereira, Luís Padre, Virgulino Ferreira, entre outros. Nesta mesma década, as principais lideranças da família Pereira, aqueles que ainda contavam com certa estrutura econômica como o Coronel Manuel Pereira Lins, por exemplo, viam na ilegalidade em que entraram alguns dos seus parentes a possibilidade da perda definitiva da liderança da família na política vilabelense. Fato que despertou a preocupação dos líderes da família, que acabou culminando com a

retirada de Sebastião Pereira do espaço sertanejo em 1922, bem como, com o fim do conflito entre Pereiras e Carvalhos no Pajeú no final da década de 1920, tendo ainda, durante a década de 1930, algumas questões a se resolverem entre as duas famílias, papel que, segundo as ordens de Sebastião Pereira deveria ser cumprido por Virgulino Ferreira da Silva, porém, diante das políticas que visavam conter as práticas do cangaço “Lampiônico” em Pernambuco a partir de 1926, Virgulino Ferreira se afasta do Pajeú e passa a transitar entre as divisas dos Estados de Pernambuco, Bahia, Alagoas e Sergipe.

O controle estabelecido pelos Carvalhos no executivo de Vila Bela, depois Serra Talhada, durante quase quarenta anos, entre 1907 e 1946, era o símbolo da decadência da família Pereira e de sua política ilegal do nomadismo como máquina de guerra. O espaço urbano vilabelense, a vida política e a hegemonia econômica agora estavam sob o controle da família Carvalho, Vila Bela passa a representar um das maiores economias do interior de Pernambuco, onde a mola propulsora da ascensão da cidade como protagonista no sertão era a atividade comercial, estabelecida ainda, na segunda metade do século XIX pela família Carvalho.

Coube aos Pereiras, ressignificar suas práticas e reconhecer as transformações históricas vividas pela sociedade Pajeuense, entendendo que política não se fazia tão somente a partir das relações rurais e que a cidade e o modo de vida urbano já era uma consolidação das mudanças construídas em Vila Bela, a partir da própria relação entre Pereiras e Carvalhos. No momento em que entenderam as transformações e ressignificaram suas práticas, a família Pereira volta a exercer liderança política em Serra Talhada, voltando inclusive ao controle do executivo do município em 1946, nesta época, a guerra entre as duas famílias já representava um conjunto de eventos históricos do sertão do Pajeú pernambucano e da própria história do Brasil.

3.3 – PEREIRAS E CARVALHOS: AS POLÍTICAS DE APAZIGUAMENTO, O FIM DO CONFLITO E A CARTOGRAFIA DO MORTICÍNIO.

Assim como em outros conflitos entre famílias na história do Brasil, a guerra entre Pereiras e Carvalhos no Pajeú pernambucano jamais teve uma declaração de paz, isto é, nunca houve um acordo pelo fim da vendeta entre as duas famílias, embora afirmem alguns que iniciativas nesse sentido foram tentadas por algumas das lideranças, mas nada de oficial ou que se possa confirmar documentalmente. As ações dos Pereiras contra os Carvalhos, conforme vimos neste trabalho, acabaram por impulsionar definitivamente o estabelecimento

desses últimos no espaço urbano vilabelense. Neste espaço, tiveram o apoio necessário do governo através da polícia e a segurança fundamental para os seus negócios. Já os Pereiras fizeram o caminho inverso, como a cidade era um espaço dominado pela força do Estado e em desenvolvimento econômico, estar fixado ali representava um erro que facilitaria a vitória ao inimigo, isto é, diante das perseguições, o nomadismo das principais lideranças da família era de grande necessidade, assim, os Pereiras litigantes em meados dos anos de 1920, vão se exilando de Vila Bela.

Ademais, trabalhamos com a ideia de que o próprio processo de territorialização dos Carvalhos no espaço urbano, bem como as suas ações que visavam a articulação com as forças do Estado foram, gradativamente, minando o poder da família Pereira na cidade e colocando-a à margem das transformações urbano-capitalistas vividas no espaço vilabelense, fato que acaba lançando a família na ilegalidade do cangaço e provocando a sua decadência econômica.

O que é verdade é que as últimas gerações de Carvalhos e Pereiras, desde algum tempo depois que Sebastião Pereira e Luis Padre deixarem o Nordeste, vivendo em outra época, como que tem sido um desmentido ao dito popular de que ódio velho cansa e, em paz sob o mesmo céu, outrora testemunha de tanto rancor e de tantos crimes, só tem engrandecido a si próprias, a sua terra e a lendária ribeira do Pajeú, tributário, como o Moxotó, da margem esquerda do São Francisco (WILSON, 1974, p. 280).

O fim do conflito entre Pereiras e Carvalhos tem, portanto, início a partir da decadência econômica da família Pereira durante a segunda década do século XX, pontuada inclusive pela retirada de Sebastião Pereira e Luís Padre do cenário das lutas e por uma série de ações das lideranças políticas do Nordeste que visavam o apaziguamento das questões. Figuras como Isidoro Conrado, Methódio de Godoy, Cornélio Soares e entre outros, o Padre Cícero do Juazeiro, foram responsáveis por intermediar o desarmamento de Pereiras e Carvalhos em Vila Bela (Serra Talhada a partir de 1939), conforme observa Sá (2001).

Isidoro Conrado com Prudência ajudou a comandar a política dos Pereiras contra os Carvalhos. No decorrer desse confronto, conseguiu, como pacificador, juntamente com o Padre Cícero do Juazeiro, convencer Sinhô Pereira e Luis Padre a abandonarem o cenário das lutas e do Banditismo (SÁ, 2001, p. 202).

No início da década de 1920, as principais lideranças da família Pereira e demais líderes do sertão de Pernambuco, Paraíba e Ceará entendiam a situação do conflito entre

Pereiras e Carvalhos como elemento causador de prejuízos sociais e principalmente econômicos. Neste período Vila Bela representava um grande centro comercial para onde convergiam as atenções dos principais empreendedores urbanos e rurais do Pajeú pernambucano e do Cariri cearense. Ora, um centro econômico em amplo desenvolvimento não poderia conviver com as incertezas das questões pessoais entre Pereiras e Carvalhos. Manoel Pereira Lins (Seu Né da Carnaúba) assumiu, portanto, a liderança interna da família no sentido de tentar convencer seus familiares que a guerra contra os Carvalhos deveria ser finalizada, assim como a vida de banditismo que levavam Senhor Pereira e Luis Padre.

Seu Né da Carnaúba, reunindo um dia uma espécie de conselho com os familiares, chamou Sebastião e Luis Padre para expor a pressão que como representante dos Pereiras, estava sofrendo das autoridades e a maior de todas, o padre Cícero. Sebastião se dizendo cansado de tanto combate, não querendo de forma alguma prejudicar o prestígio político da família e diante do pedido do padre Cícero, respondeu que iria embora e deixaria por fim o cangaço (NOGUEIRA, 1999, p. 197).

Percebe-se na fala de Nogueira (1999) que o Coronel Manoel Pereira Lins preocupava-se com a forte pressão que sofria das autoridades do Pajeú e do governo pernambucano. Era aquele período, o tempo em que a disputa entre as famílias já não traziam prejuízos apenas para Pereiras e Carvalhos, mas para a própria economia do interior pernambucano e no caso de Vila Bela essa economia, baseada nas relações comerciais, era controlada pela família Carvalho. Em outras palavras a cidade de Vila Bela acaba ficando pequena demais para manter as duas famílias inimigas, porém grande demais economicamente para permitir que questões pessoais entre Pereiras e Carvalhos pudessem representar o fracasso de um polo comercial em desenvolvimento. Assim, entendiam as autoridades, inclusive membros da própria família Pereira, que o elemento destoante naquele cenário, eram os cangaceiros de Sebastião Pereira e Luis Padre.

Convencido por Né da Carnaúba e pelo Padre Cícero, Sebastião Pereira decide atender aos desejos de ambos e se retira do Pajeú pernambucano a fim de evitar mais prejuízos para sua família. Para chegarmos à melhor compreensão desse conjunto de esforços que intencionavam apaziguar o conflito pajeuense, voltemos por um instante ao ano de 1922, momento em que Sebastião Pereira entregava o comando do seu grupo de cangaceiros a Virgulino Ferreira da Silva (Lampião).

Segundo Wilson (1974), passava-se o dia 22 de agosto de 1922, na Fazenda Preá no Cariri cearense, propriedade de Napoleão da Cruz Neves, cunhado de Manoel Pereira Lins

(Né da Carnaúba). Naquela fazenda e naquele momento, estava o proprietário com sua família, Sebastião Pereira, Virgulino Ferreira (Lampião) e seus irmãos Antônio e Livino, além dos “cabras”, Gato, Meia-Noite, Joaquim Coqueiro, Agostinho, Zé Dedé, João Mariano, Antônio Mariano, Vicente de Marina e Lavandeira.

Em meio às conversas daquele grupo, Sebastião Pereira teria mudado de assunto e chamado atenção de todos no sentido de comunicar a decisão tomada, ir embora do Pajeú e deixar o comando do grupo com Virgulino Ferreira. Durante aquela conversa, uma frase de Sebastião Pereira chama atenção, no momento em que ele se dirige a Lampião e fala: “Eu vou deixar por aí umas brasas acesas. Você as apague” (WILSON, 1974, p. 338). Estava claro, pelas ações a que Virgulino se dedicou posteriormente, que as tais “brasas” a que se referiu Senhor Pereira se tratavam da família Carvalho e de aliados dessa família que eram comerciantes entre as cidades de Vila Bela, Queixada, Floresta e São José do Belmonte.

Senhor Pereira havia, ainda, ordenado a Virgulino que desse sempre auxílio, na medida em que necessitasse, aos seus parentes no Pajeú, de fato, Lampião enquanto esteve pelas proximidades de Vila Bela apoiava e era apoiado pelos Pereiras. Como por exemplo, na ocasião em que a polícia do Ceará invadiu a propriedade de um parente de Senhor Pereira, Crispim Pereira de Araújo, conhecido como Yoyô Maroto e agrediu o senhor Maroto e sua família, a fim de que lhes dissessem por onde andavam Sebastião Pereira e Luis Padre.

Quando Lampião ficou sabendo da invasão da polícia à casa de Yoyô Maroto, foi logo tratando de resolver a situação conforme havia lhe pedido Sebastião Pereira na Fazenda Preá. E assim, Virgulino ao levantar informações do ocorrido com a família de Crispim Pereira chega aos nomes do policial Peregrino Montenegro e ao informante da polícia Gonzaga de Souza Ferraz, comerciante de São José do Belmonte que teria dito a Montenegro da passagem de Sebastião Pereira pela Fazenda de Crispim Pereira.

Segundo Wilson (1974), Lampião acompanhado por cerca de setenta “cabras” chega ao amanhecer do dia à cidade de Belmonte em marcha e cantando os seguintes versos ao ritmo de “Mulher Rendeira”.

“Yoyô foi desfeito,
 nós prometemo vingá
 Montenegro deu a surra
 Gonzaga é quem vai pagar.

O capitão Zé Caetano

já pediu a dimissão,
só com medo do galope
do rifle de Lampião”

Os cangaceiros no meio de cada estrofe respondiam:

“É Lampe, É lampe, É lampe,
É Virgulino Lampeão
É um dedo amolegando
E rolando pelo chão”.

O resultado da ação de Lampião em Belmonte é o assassinato de Gonzaga como vingança pelo ato de desmoralização causado pela polícia a Crispim Pereira, um dos membros da família Pereira e parente de Sebastião, a que Lampião devia a promessa de proteger os Pereiras do Pajeú. Enquanto teve vida, Lampião obedeceu ao seu comandante e jamais atacou ou deixou que atacassem as propriedades da família Pereira.

Voltando nossas atenções ao momento na Fazenda Preá, Sebastião Pereira após fazer as suas recomendações a Virgulino, chamou os “cabras” Vicente de Marina e Lavandeira e se retirou do Pajeú indo residir no Estado de Goiás, dando início assim ao que chamamos de cangaço Lampiônico (1922 - 1938).

Maciel (1985, p. 71) afirma que “Com a saída de Sebastião Pereira, terminou a questão entre os Pereiras e Carvalhos”. Porém, este foi um discurso que durante a segunda metade da década de 1920 e ainda durante a década de 1930 atendia a interesses das autoridades políticas e econômicas de Pernambuco, não que o morticínio entre as famílias continuasse, mas as divergências e até desconfianças de ambas as famílias se mantinham, de modo que as lideranças municipais continuavam a intermediar as relações entre Pereiras e Carvalhos, na tentativa de arrefecimento definitivo do ódio e da vingança.

O movimento pretensamente revolucionário que dá início ao Governo Vargas em 1930, lança novas lideranças no cenário político pernambucano como Carlos de Lima Cavalcanti e o vilabelense Agamenon Magalhães, Ministro de Vargas e Interventor pernambucano durante o Estado Novo. A ascensão de Agamenon em Pernambuco motiva a elaboração de novas relações políticas no interior do Estado e principalmente em Vila Bela, bem como o surgimento de novas lideranças políticas locais, alheios, mas nem tanto, ao conflito entre Pereiras e Carvalhos. Nesse contexto damos destaque ao Coronel Cornélio

Soares e ao Deputado Methódio de Godoy Lima, ambos nascidos em Vila Bela e que durante a década de 1930 assumiram o comando das políticas de apaziguamento no município. “Cornélio Soares liderou a política de 1930 a 1955, ajudou a promover o desarmamento de espírito das famílias que se digladiavam em Vila Bela, desde o tempo do Monsenhor Afonso Pequeno (1904 - 1907)” (SÁ, 2001, p. 227).

Sá (2001) ainda faz referência a Methódio de Godoy Lima, como precursor da paz e analisa:

A porta de entrada na vida política do nosso município foi-lhe aberta pela Revolução de 1930. Assumiu por nomeação o cargo de prefeito e sua primeira providência foi desmontar as armadilhas de guerra entre as famílias Pereira e Carvalho montadas desde 1907. O palco de ódio e de vingança entre os dois grupos familiares foi sumariamente destruído. (SÁ, 2001, p. 227).

As observações anotadas acima dão-nos conta do clima de tensão que vivia Vila Bela ainda durante os anos de 1930, pela possibilidade sempre iminente de reacendimento da vendeta entre Pereiras e Carvalhos, principalmente pelo fato de que um dos comandados de Sebastião Pereira, Lampião, ainda rondava os sertões entre Pernambuco, Bahia, Sergipe e Alagoas, demonstrando que a retirada de Sebastião em 1922 não foi o fim declarado do conflito entre Pereiras e Carvalhos e que ainda mantinham suas rugas políticas, suas indiferenças econômicas e questões pessoais que sempre poderiam eclodir em novas mortes.

O fato é que as transformações econômicas vividas em Vila Bela nas primeiras três décadas do século XX, bem como a manutenção da guerra entre as famílias vieram a provocar o declínio político da família Pereira, fazendeiros, políticos tradicionais e que não suportaram o momento de transição da Monarquia para a República, momento que foi muito bem assimilado pelos Carvalhos que territorializaram suas relações na cidade em detrimento do campo, sustentação histórica dos Pereiras.

Sá (2001) e Wilson (1974) analisam a situação de arruinamento econômico vivido pelos Pereiras no início do século XX.

João Pereira dos Santos (João Santos) nasceu do casal José Bernardino dos Santos e Rita Pereira Valões, na zona rural do distrito de Bernardo Vieira, município de Vila Bela (Serra Talhada), no dia 26 de outubro de 1907. O seu grupo familiar na linhagem Pereira era o mais comprometido na guerra com os Carvalhos. (SÁ, 2001, p. 215).

Por pertencer ao grupo dos Pereiras (Valões) que mais se dedicaram a acabar com os Carvalhos, a família de João Santos representou, talvez, o maior exemplo de declínio econômico dentro da família, conforme analisa Wilson (1974) “Seu pai morreria dois anos mais tarde e a luta entre Manuel Pereira da Silva Filho (Né Dadu), os Valões (seus tios) e Sebastião Pereira e Luis Padre com os Carvalhos, ou a luta entre Pereiras e Carvalhos, no princípio do século, arruinaria sua família” (WILSON, 1974, p. 108).

Além do declínio econômico da família Pereira nas primeiras três décadas do século XX, outro motivo foi de extrema importância para marcar o esfriamento das questões e consequentemente o fim da guerra entre as famílias. Refiro-me ao casamento entre membros das duas famílias ocorridos entre as décadas de 1920 e 1930, conforme analisa Maciel (1985, p. 62), “É de muita importância notar que nessa nova fase da longa questão dos Pereiras e Carvalhos, não houve uma luta propriamente dita entre as duas famílias divididas, separadas, distintas, pois entrelaçadas estavam por casamentos”. Em meio ao conflito tão recente e que provocava tantos ressentimentos de parte a parte, algumas mulheres de ambas as famílias decidiam assumir partido pela família do marido, já que comumente o matrimônio não havia recebido a “benção” das famílias, como no exemplo do casamento entre Norberto de Carvalho e Constância Pereira que deu origem em Vila Bela ao núcleo familiar Pereira de Carvalho, Macedo (1975) analisa a situação.

Solidão e amor uniram alguns dentre eles pelo casamento. Mas, uma Carvalho, casada com um Pereira, tornava-se uma Pereira. E uma Pereira, casada com um Carvalho, aderira de corpo e alma ao grupo sanguíneo do marido. Os homens - só os homens - continuavam Pereiras e Carvalhos para matar ou morrer. (MACEDO, 1975, p. 21).

Eu mesmo, autor deste trabalho, pertenço ao núcleo familiar conhecido em Serra Talhada como os Pereira de Carvalho, por ser filho de Maria Valdete Pereira de Carvalho, filha do casal Antônio Alves de Carvalho Neto e Jacinta de Carvalho Barros. Meu avô Antônio, era filho de Norberto Alves de Carvalho e Constância Pereira Lins, filha do primeiro casamento de Manoel Pereira Lins, o Né da Carnaúba, tanto falado neste trabalho e meu tataravô por parte de minha mãe. Percebe-se que nos nomes do meu avô Antônio, filho de Constância Pereira não aparece o sobrenome Pereira da sua mãe e sim Carvalho de seu pai, já em seu irmão, também filho de Constância e Norberto, Luis Pereira Lins, não aparece o sobrenome Carvalho de seu pai e sim Pereira de sua mãe. Ambos nasceram entre os anos de

1920 e 1930, período em que os nomes dos homens Pereira e Carvalho não podiam ser pronunciados associados.

Desta forma o casal decidiu por batizar seus filhos homens promovendo o revezamento dos sobrenomes, ora Pereira, ora Carvalho, mas nunca Pereira e Carvalho, em detrimento das filhas que receberam os dois sobrenomes, por isso Antônio Alves de Carvalho Neto era irmão de mesmo pai e de mesma mãe de Luis Pereira Lins. A geração seguinte, a da minha mãe e seus irmãos, nascida a partir dos anos de 1950, já adotaram o sobrenome Pereira de Carvalho, como minha tia Damiana Pereira de Carvalho e minha própria mãe Maria Valdete Pereira de Carvalho, assim como seu irmão João Batista Pereira de Carvalho.

Com o passar dos anos de 1950 e 1960 nenhuma morte havia sido registrada entre as duas famílias, embora nunca tivessem assinado ou feito nenhum acordo oficial que finalizasse a guerra, isto é, oficialmente a questão entre Pereiras e Carvalhos ficou parcialmente resolvida e foi vencida pelo próprio tempo, embora, ainda hoje, se ouça falar em Serra Talhada, frases que envolvem sempre as diferenças entre Pereiras e Carvalhos, principalmente em tempos de campanha eleitoral.

Em junho de 1971, já ciente do arrefecimento das hostilidades, Sebastião Pereira da Silva esteve em Serra Talhada, a fim de visitar seus parentes e rever a cidade que havia deixado no ano de 1922. Na ocasião, Luiz Conrado de Lorena e Sá foi responsável por promover uma entrevista com Sebastião Pereira, que está registrada em seu Livro *Serra Talhada 250 anos de história, 150 anos de emancipação política*, publicado em 2001.

Na entrevista em questão, Sá (2001) questiona Sebastião Pereira a respeito do banditismo a que dedicou parte da sua vida e como foi possível que o seu nome tivesse figurado entre um dos maiores bandoleiros do Nordeste. Segundo Sebastião, ele jamais manteve nenhum fascínio pela vida que levava, fugindo, escondendo-se da polícia, etc. Para ele, constituir família era o maior dos planos, pois nem ao menos tinha o costume de portar armas. “Sinhô Pereira” atribui a sua necessidade de assumir a vida nômade, à perseguição sofrida por sua família no início do século XX, pois como ele mesmo fala “a crônica policial do meu Estado foi injusta comigo”, segundo Sebastião, ele deveria figurar entre as maiores vítimas das circunstâncias e contingências do seu tempo, tal ideia é, inclusive, utilizada por muitos que defendem a figura de Lampião como uma elaboração do contexto sofrível e vitimista dos pobres do sertão nordestino do início do século XX.

É possível ainda verificar no diálogo entre Sá (2001) e Sebastião Pereira, a tentativa de evocação de um passado próspero e de nobreza da sua família. “Pertencia, como pertença ainda hoje, à família Pereira, que em 1907 fora apeada do poder, ao tempo do assassinato, por

emboscada do meu tio de 72 anos de idade Manuel Pereira da Silva Jacobina”. Percebamos que “Sinhô” Pereira se refere a dois dos principais momentos que representam a centralidade deste trabalho, o momento em que os Carvalhos, seus inimigos, consolidam o seu projeto de territorialização no espaço urbano Vilabelense e “apeiam”, conforme fala “Sinhô”, a família Pereira do Executivo do Município, quando em 1907 foi eleito o Monsenhor Afonso Antero Pequeno aliado dos Carvalhos na Cidade. Demonstramos que esse momento marca o início da hegemonia da família Carvalho no governo de Vila Bela, que é marcado também pelo assassinato de Padre Pereira, principal líder político dos Pereiras naquele ano.

Ainda sobre o assassinato de Padre Pereira, Sebastião foi perguntado por Sá (2001) sobre a autoria daquele crime, e Sebastião é taxativo: “Os nossos adversários políticos, representados pela família Carvalho”. Neste momento da entrevista, “Sinhô” complementa sua fala dizendo que prefere não mencionar nomes para evitar “abrir feridas cicatrizadas” e explica que na verdade não foi ele o responsável por liderar a vingança pela morte de Padre Pereira por ser, ainda, bastante moço. Tal liderança foi exercida pelo seu irmão Né Dadu, que assumiu a ordem de vingança e o comando da família na guerra contra os Carvalhos.

O motivo que explica a escolha de Sebastião Pereira pela vida no Cangaço foi a morte deste irmão Né Dadu ocorrida em 1916, que assassinado foi substituído como líder da família nas questões com os Carvalhos. Sebastião Pereira explica o porquê de ter assumido essa liderança: “A impunidade em Vila Bela teve seu auge em minha juventude; do assassinato de seu Né – meu irmão – nem inquérito policial foi aberto”. Já explicamos neste trabalho que a esta altura da guerra entre as famílias, o ano de 1916, os Carvalhos já haviam se incrustado no aparelho de Estado em Pernambuco, inclusive como membros da Polícia do Estado, o que ajuda a entender o motivo pelo qual, segundo Sebastião Pereira, não houve nem inquérito policial na morte de Né Dadu.

A aliança com o Governo e até mesmo o poder de representação da família Carvalho na administração pernambucana foi explicada por Sebastião Pereira como a grande motivação para assumir o nomadismo cangaceiro. Sá (2001) pergunta a respeito da morte de Né Dadu: “Por que não solicitaram as providências cabíveis ao governo?”. Sebastião responde:

Os chefes políticos de nossa família solicitaram pessoalmente ao Governador Dantas Barreto providências, que nunca chegaram. S. Excia. reforçou os contingentes de sua polícia, em Vila Bela, que, acumpliciados com nossos inimigos, juntaram-se a grupos civis para praticar toda sorte de hostilidades, inclusive contra esposas e filhos de nossos parentes, que não tinham, como os homens, condições para se refugiarem na caatinga (SÁ, 2001, p. 259 - 260).

Sebastião Pereira refere-se à caatinga como seu espaço de refúgio, fugindo como ele mesmo fala de toda “sorte de hostilidades” empreendidos pelos Carvalhos “acumpliciados” com a Polícia do Estado. O discurso que existia entre os Pereiras de Vila Bela a respeito dos Carvalhos era representado na frase que até hoje, vez por outra, se ouve em Serra Talhada, a crença reprodutora de uma ideia de macheza que diz: “Carvalho manda fazer, Pereira faz”. Quando perguntado sobre ter sido o homem mais valente entre os Pereiras, Sebastião explica o que segundo ele seria a diferença entre um Pereira e um Carvalho: “Do outro lado havia homens valentes até a quase loucura, entretanto brigavam para matar, na hora de morrer fugiam do campo da luta. Naquelas circunstâncias matar ou morrer pra mim seria a mesma coisa; daí a diferença”.

O diálogo continua, até que Sá (2001) indaga a Sebastião Pereira, o porquê de ele ter se retirado para Goiás em 1922, segundo ele, a sua família vivia atormentada em face das suas ações. Vimos que sua retirada do Pajeú aconteceu por iniciativa de Manuel Pereira Lins (Seu Né da Carnaúba), preocupado com a sobrevivência política da família em Vila Bela acabou convencendo Sebastião Pereira a sair do cenário das lutas no Pajeú. “Sinhô” Pereira diz ainda, que havia convidado Lampião a viver com ele em Goiás, o que alimenta ainda mais a ideia daqueles que defendem que Lampião não morreu em Angicos no ano de 1938, tendo seguido o rumo de Goiás, coincidência ou não, explica Sebastião: “Mande um convite em correspondência que lhe foi entregue em Macapá (hoje cidade de Jati, no Estado do Ceará). Não recebi resposta”.

Esta foi a única entrevista concedida por Sebastião Pereira da Silva enquanto esteve em Serra Talhada, terra em que viveu a maior parte da sua vida antes de migrar para o Estado de Goiás em 1922, deixando as intrigas, as inimizades e as questões pessoais com os Carvalhos. Possivelmente em junho de 1971 ele pode presenciar ou perceber uma Serra Talhada bem diferente e já consolidada como cidade protagonista no cenário econômico de Pernambuco e controlada por Carvalhos e demais famílias satélites que viviam da atividade comercial.

Em toda a história do conflito entre Pereiras e Carvalhos no sertão do Pajeú, a maioria das vidas interrompidas eram de indivíduos cuja relação com essas duas famílias representava a base de sustentação político-social que chamamos neste trabalho de relação entre famílias polos e famílias satélites. Eram homens que viviam sob a proteção de Pereiras ou Carvalhos, e que acabavam se envolvendo nas questões atribuídas ao conflito entre as duas famílias. Jagunços ou cangaceiros deviam, em se tratando das relações familiares estabelecidas naquele

espaço, obediência ou gratidão permitindo assim, a existência de um conjunto de negociações que partiam do poder de Pereiras ou Carvalhos, isto é, tais indivíduos, não representavam uma base de sustentação do poder das duas principais famílias por uma questão de imposição de ambas, pois o poder não se exerce somente como uma força que impõe, mas sim porque o centro daquelas relações era representada principalmente pelas vantagens que as famílias satélites conseguiam, na medida em que estavam sob a proteção do poder de Pereiras e Carvalhos e diante de tal proteção, acabaram por se envolver na luta entre as famílias e assim, entraram para as estatísticas ou registros de mortes entre Pereiras e Carvalhos.

Neste sentido trabalhamos agora, na busca por uma representação cartográfica do morticínio entre as famílias durante os anos de 1838 a 1920, destacando apenas as mortes das principais lideranças de ambas as famílias, polos ou satélites, ou por situações que comprovadamente tinham relação com o conflito em questão. É importante salientar que a guerra entre Pereiras e Carvalhos, na condição de famílias polos, provocou inúmeras outras questões pessoais entre os membros das famílias satélites de ambos os lados, o qual, a depender da análise que se queira fazer, representava uma dimensão menor do conflito entre Pereiras e Carvalhos. Como por exemplo, as questões envolvendo os irmãos Ferreira de Virgulino e os Barros de Zé Saturnino, ambas as famílias, conforme já explicamos neste trabalho, eram satélites de Pereiras e Carvalhos respectivamente, de modo que suas hostilidades eram uma representação menor do conflito entre Pereiras e Carvalhos, levando em consideração que Ferreiras e Barros recebiam cobertura e proteção armada dessas duas famílias polos.

Atentei aqui, na medida em que me propus a elaborar uma cartografia do morticínio, aos fatos que comprovadamente tiveram relação direta com a guerra entre Pereiras e Carvalhos. Os nomes serão dados a seguir, porém, muitas outras mortes tiveram envolvimento com o conflito e que historicamente caíram no campo de desprestígio, sem a devida documentação, mas que estão registradas nas memórias daqueles que ainda vivem em Serra Talhada, Mirandiba, São José do Belmonte, etc.

Apresentamos neste trabalho que a família Carvalho, ainda durante o período colonial, teve acesso ao sertão pernambucano através das terras herdadas da Casa da Torre entre Pernambuco e Bahia, constituindo assim uma representação maior na parte mais ao sul do sertão de Pernambuco, abrangendo as áreas dos atuais municípios de Floresta, Belém de São Francisco e Itacuruba, conforme pode ser observado no mapa abaixo. Até a segunda metade do século XVIII a família adentra ainda mais as suas posses à região central do sertão, nos

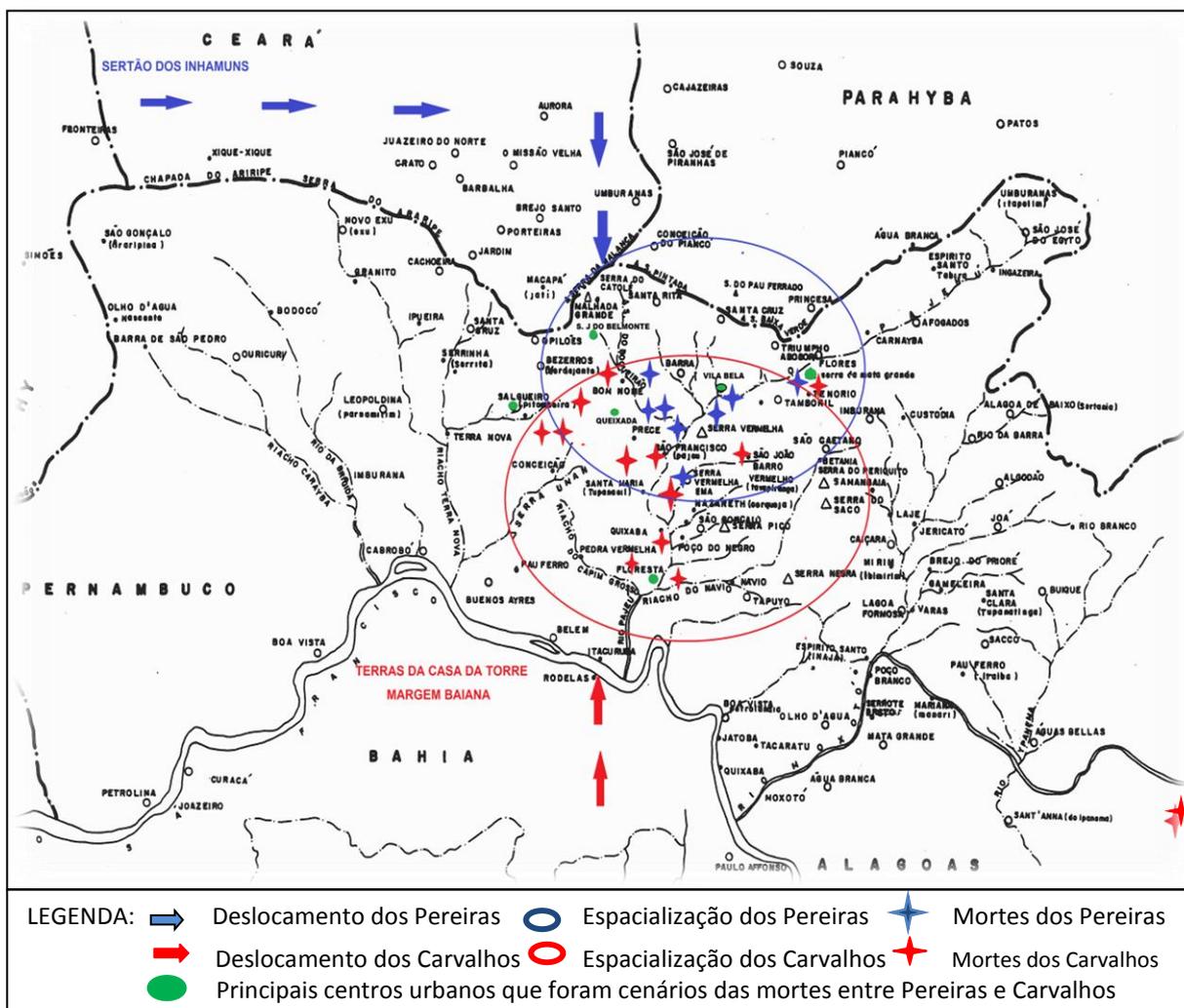
atuais municípios de Mirandiba (antiga Queixada), Serra Talhada (antiga Vila Bela) e São José do Belmonte, espaços em que entraram em contato com a família Pereira.

Vimos que a família Pereira, por sua vez, teve acesso ao sertão pernambucano vinda da região dos Inhamuns no Ceará e obtêm o arrendamento de terras nas áreas limítrofes entre os Estados do Ceará, Paraíba e Pernambuco, deste modo, constituindo uma representação maior na parte mais ao norte do sertão de Pernambuco e também até a segunda metade do século XVIII adentram suas posses mais ao sul, na região central do sertão pernambucano, onde hoje corresponde a área dos mesmos municípios em que chegaram os Carvalhos, tendo Vila Bela como eixo principal do encontro e das mortes entre as famílias.

Decidimos, portanto, representar a cartografia do morticínio em dois mapas que se complementam. O primeiro é uma representação de época que serviu para uma análise geral do processo de espacialização das relações de poder entre Pereiras e Carvalhos, onde apresentamos a configuração do sertão pernambucano durante a década de 1920, tempo em que já se havia consolidado a territorialização da família Carvalho no espaço urbano vilabelense até então defendido como território da família Pereira, que exilados desse território buscam a elaboração de uma máquina de guerra, a fim de empreender ataques aos Carvalhos e possibilitando fuga imediata. Já o segundo mapa, é uma representação atual do municípios sertanejos com a localização e a descrição de cada uma das mortes contabilizadas entre Pereiras e Carvalhos.

No mapa logo abaixo, decidimos por demarcar o deslocamento histórico de ambas as famílias vindas do Ceará e da Bahia, estabilizando-se cada uma em seu espaço no sertão pernambucano. Os Pereiras, mais ao norte, representados pelas setas azuis e os Carvalhos, mais ao sul, representado pelas setas vermelhas, sendo o espaço vilabelense, atual município de Serra Talhada, a representação desse encontro entre as duas famílias e seus respectivos interesses. Em seguida demarcamos com cruz vermelha as mortes dos membros da família Carvalho e com cruz azul as mortes dos membros da família Pereira.

Ao verificarmos essa espacialização no sertão pernambucano de Pereiras ao Norte, próximos do Ceará e Carvalhos ao sul, próximos da Bahia, percebemos que até as mortes de ambas as famílias tinham uma tendência a acontecer respeitando relativamente essa espacialização, conforme pode ser verificado no mapa abaixo.

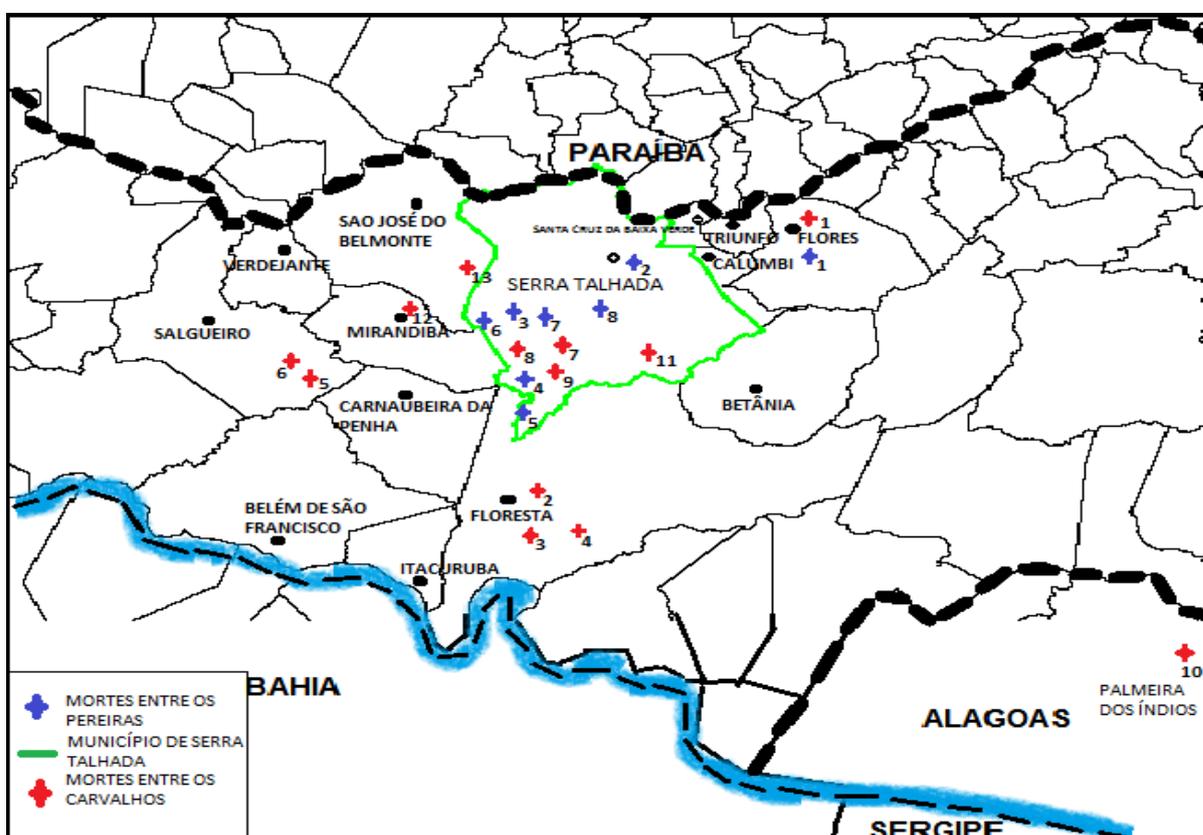


Essa representação pode ser analisada a partir da ideia de território, percebamos que a família Pereira parecia guardar seu espaço a partir do limite sul, isto é, o lado que representava alguma ameaça ao espaço de Vila Bela. As mortes dos Pereiras acontecem majoritariamente nos limites desse encontro de territórios, como se os Pereiras estivessem protegendo a parte mais ao sul de Vila Bela das investidas dos Carvalhos. Percebamos também que os Carvalhos, por sua vez, parecem movimentar-se em direção ao norte, justamente para Vila Bela, onde os Pereiras guardavam posição estratégica histórica. Desta forma, na passagem do século XIX até a primeira década do século XX, Pereiras e Carvalhos

passam a morrer nas proximidades de Vila Bela, os Carvalhos invadindo e os Pereiras protegendo o território.

Porém, a partir da segunda década do século XX a proteção do espaço vilabelense se inverte entre Pereiras e Carvalhos, isto é, o espaço urbano de Vila Bela neste período, já era um território dominado pelos Carvalhos. Dessa forma entra em ação a máquina de guerra da família Pereira, que através do nomadismo proporciona uma expansão territorial das suas ações contra os Carvalhos. Podemos perceber inclusive, que uma das mortes entre os Carvalhos ocorre no Estado de Alagoas, representando assim, que os Pereiras levaram sua máquina de guerra mais longe do que os Carvalhos, desenvolvendo uma maior capacidade de fuga e de deslocamento, resultando nesta visualização mais ampla e espalhada das mortes entre os Carvalhos.

O mapa a seguir consiste numa representação mais atualizada dos espaços do sertão do Pajeú e numa visualização mais aproximada da situação do morticínio entre Pereiras e Carvalhos. Utilizamos as nomenclaturas atuais de cada município com as mesmas cruzes do mapa anterior, porém com um elemento complementar, cada cruz está acompanhada por uma numeração que identifica cada morte de acordo com a ordem cronológica do seu acontecimento. Vejamos o mapa.



FONTE: IBGE. Formatado pelo autor.

A partir da observação deste segundo mapa e através da descrição das mortes que veremos a seguir, podemos perceber o número maior de mortes entre os membros das famílias satélites de Pereiras e Carvalhos. De acordo com as análises feitas no transcurso desta pesquisa chegamos a duas explicações possíveis para a ocorrência desses eventos. Em primeiro lugar, o próprio espaço das grandiosas fazendas das famílias polos foi, geograficamente falando, elaborado de modo a garantir a dependência das famílias satélites àquele espaço.

O fazendeiro, dono das terras, sedia lotes menores nas áreas limítrofes de suas terras a pequenas famílias camponesas que ocupavam, trabalhavam e acabaram historicamente, constituindo o que chamamos de famílias satélites, pois orbitavam a família mandatária social e geograficamente falando. Os indivíduos dessas famílias eram as tão famosas figuras dos moradores das fazendas, aqueles que cuidavam das posses do fazendeiro e conseguiam benefícios por isso. Trocando em miúdos, suas moradias ficavam nas entradas das grandes fazendas das famílias polos, estas, por sua vez, construíram suas moradias nos espaços centrais das fazendas, protegidas geograficamente pelas moradias e os espaços ocupados pelas famílias satélites, situação que colocava tais famílias na condição de imediata vulnerabilidade aos ataques que por ventura pudessem ocorrer às famílias polos, ou seja, qualquer situação de invasão às fazendas, antes de chegarem à casa grande, os invasores passariam por uma série de ocupações de outros indivíduos e suas famílias, que armados, estavam na linha de frente e deviam proteção àquela família que lhe garantiu abrigo, trabalho, atendimento de saúde, escola para os filhos, etc.

Em segundo lugar, as mortes dos indivíduos das famílias satélites podem ser analisadas a partir das ações praticadas pelo lado adversário de cada família, isto é, na medida em que uma família fosse matando os satélites ou dependentes da sua rival, diminuía-lhe a proteção, minava sua economia, provocava a perda de braços no trabalho no campo ou no comércio. Essa era uma estratégia interessante do ponto de vista econômico, se eu provoço perdas na mão-de-obra dos meus inimigos, eu atinjo diretamente a sua fonte econômica e mais vantagens eu terei no confronto pessoal, ou seja, uma família não necessitaria exatamente, destruir humanamente a família rival, mas provocar-lhe a ruína, o enfraquecimento, a rendição, a desonra, etc.

Diante dessa análise das mortes dos membros das famílias satélites, partiremos para a primeira morte entre Pereiras e Carvalhos, no momento em que as famílias disputavam a hegemonia política no Pajeú no contexto das disputas entre Liberais e Conservadores, ainda durante o período imperial da história do Brasil.

A cruz vermelha de número um, representa o início das questões que resultaram na guerra entre Pereiras e Carvalhos. Ela demarca a morte de Manuel Barbosa (o Capitãozinho) em 1838 na cidade de Flores. Manuel Barbosa era uma das lideranças do Partido Liberal no interior de Pernambuco que era representado pela família Carvalho, a morte foi atribuída ao membro dos Conservadores Pedro Nunes de Magalhães, correligionário e satélite dos Pereiras no Pajeú

A vingança dos Carvalhos viria a mando de Francisco Alves de Carvalho em 1838 no Sítio Riacho Fundo também em Flores, quando executam o plano de morte de Joaquim Nunes de Magalhães, irmão de Pedro Nunes e que aqui é demarcado com a cruz azul de número um. As mortes de Manuel Barbosa (membro de famílias satélite dos Carvalhos) e Joaquim Nunes (membro de famílias satélite dos Pereiras) desencadearam a sequência de outras mortes representando o marco-zero do conflito entre Pereiras e Carvalhos no Pajeú pernambucano.

Os Pereiras dão início a ordem de vingança pela morte de Joaquim Nunes, temos, portanto, a nossa cruz vermelha de número dois, que representa a morte de Manuel de Sousa Ferraz, morto ainda em 1838 no Sítio Algodões em Floresta, a família Ferraz era uma das famílias satélites dos Carvalhos naquela região. A resposta dos Pereiras viria ainda com a morte de João Rodrigues de Moraes (famílias satélite dos Carvalhos), cruz vermelha três, ocorrida no Sítio Riacho do Navio em 1838, também como vingança pela morte de Joaquim Nunes.

A disputa intensa entre Liberais e Conservadores no sertão pernambucano ou Carvalhos e Pereiras respectivamente provoca a nossa cruz vermelha de número quatro, que assinala a morte de Francisco Barbosa Nogueira Paz (família Nogueira satélite dos Carvalhos), morto por Simplício Pereira na batalha da Serra Negra em Floresta no ano de 1848 e que vai resultar na emancipação política de Vila Bela em 1851 liderada pelos Pereiras.

Na passagem do Império para a República, vimos que o conflito entre Pereiras e Carvalhos ganha o espaço urbano de Vila Bela (Serra Talhada depois de 1939). Naquele espaço temos a intensificação da guerra entre Pereiras e Carvalhos e a cruz azul dois representa a morte de Manuel Pereira Maranhão (Né do Baixio), provocada no ano de 1905 por Antônio Clementino de Carvalho em plena feira de Vila Bela. A busca pela justiça e a crescente tensão política entre Pereiras e Carvalhos que disputavam, nesta época, os cargos da administração municipal, resultou na morte de Manuel Pereira da Silva Jacobina (Padre Pereira) em 1907, no Sítio Poço da Cerca em Vila Bela a mando de João Nogueira (da família Carvalho). Padre Pereira é representado nesta cartografia do morticínio pela cruz azul de número três.

Mais uma vez, a família Pereira empreende a vingança e provoca a morte assinalada pela cruz vermelha de número cinco com o assassinato de Eustáquio de Carvalho no ano de 1907 no Sítio Catolé em Salgueiro. Ainda em Salgueiro, os Pereiras continuam sua vingança com a morte Joaquim Nogueira (Carvalho), cruz vermelha seis, irmão de João Nogueira e morto por Né Dadu como resposta pela morte de Padre Pereira.

Em 1908, os Carvalhos articulam grande contingente de homens para obstaculizar a vingança dos Pereiras e invadem a Vila de São Francisco, na tentativa de acabar com a vila e com os Pereiras, na ocasião é morto Antônio Mulato, cuja família havia recebido posses de pequenos lotes de terras da família Pereira, portanto satélite dos Pereiras e totalmente envolvido na guerra entre as famílias. Antônio Mulato é representado pela cruz azul de número quatro. A liderança de Né Dadu entre os Pereiras provocou ainda algumas mortes, em 1911 na fazenda Exu de Antônio Alves de Carvalho, Né Dadu e Pedro Valões sofrem emboscada dos homens dos Carvalhos e conseguem escapar, na troca de tiros, provocam a morte de João Juvino, cruz vermelha de número sete.

A cruz vermelha oito fica por conta da morte de José de Carvalho, conhecido por José da Umburana, filho de Manuel de Carvalho, José foi morto pelos Pereiras em 1911 por ter declarado em público que perseguiria Né Dadu, porém não viveu para cumprir a promessa. Os Pereiras ainda saíram na busca e assassinaram o Tenente da polícia pernambucana e membro da família Carvalho José Nicolau que foi morto em 1915 pelos irmãos José e Pedro Valões na Fazenda Olho d'água em Vila Bela, sendo representado aqui pela cruz vermelha nove.

Em 1915, nas proximidades de Fazenda Pitombeira foi morto o vaqueiro Elói da família Pereira, cruz azul cinco. Elói foi morto em uma emboscada quando acompanhava Manuel Pereira, filho do Coronel Antônio Pereira que conseguiu escapar, embora gravemente ferido. Pondo fim a intensa perseguição ao líder da família Pereira, Né Dadu é morto em outubro de 1916 na Fazenda Serrinha pelas mãos de Zé Palmeira, homem dos Carvalhos infiltrado entre os Pereiras que o mata enquanto ele descansava, é o que representa a cruz azul de número seis.

A cruz azul de número sete representa a morte de Manuel Paixão que acompanhava Sebastião Pereira e Luis Padre, quando estes invadiram a Fazenda Piranhas de João Lucas de Carvalho em 1917. A morte de Né Dadu foi a motivação para Sebastião Pereira assumir a liderança da família, neste sentido Sebastião e seu grupo de cangaceiros viajam em 1918, até a cidade de Palmeira dos Índios em Alagoas, a fim de buscar Zé Palmeira que após ter matado Né Dadu foge para aquela cidade imaginando que os Pereiras não o encontrariam, Zé Palmeira é a cruz vermelha de número dez.

Ainda em 1918, Sebastião e Luis Padre, quando da volta do Estado de Alagoas passam por São João do Barro Vermelho, zona rural de Vila Bela, ali estava Luis de França da família Carvalho que havia sido o responsável pela morte de Padre Pereira, Luis de França foi morto pelas mãos do filho de Padre Pereira, Luis Padre e é representado pela cruz vermelha onze. Em Queixada, atual município de Mirandiba, no ano de 1918, Sebastião Pereira promove a ocorrência da cruz vermelha de número 12, na ocasião foi morto Antônio de Carvalho da Fazenda Umburana.

No ano de 1920, o cerco aos Pereiras se fechava em Vila Bela, a polícia pernambucana que contava com membros da família Carvalho, vasculhava fazenda por fazenda na busca de Sebastião Pereira e Luis Padre, numa dessas incursões, à Fazenda Carnaúba de Manuel Pereira Lins, ocorre intensa troca de tiros entre a polícia e os cangaceiros de Sebastião Pereira, nossa cruz azul oito vai para Luis Macário, família satélite dos Pereiras que morre na ocasião. Sebastião Pereira, Luis Padre e demais “cabras” conseguem escapar do cerco e rumam ao norte em direção à divisa entre Pernambuco e Ceará, mas antes num trecho entre Vila Bela e Bom Nome, promovem a ocorrência da cruz vermelha 13, quando matam, em vingança pelo cerco à Fazenda Carnaúba, João Bezerra, da família Carvalho, por ter sido este o delator à polícia da passagem do bando de Sebastião Pereira por aquelas fazendas.

O cerco à Carnaúba, a ilegalidade dos Pereiras, as constantes mortes, o domínio dos Carvalhos no espaço urbano, as políticas de apaziguamento, entre outras questões tornavam inviável a manutenção do estilo de vida de Sebastião Pereira e Luis Padre em Pernambuco, dessa forma voltamos ao momento em que já explicamos neste trabalho, da reunião dos Pereiras na Fazenda Preá no Ceará, quando Sebastião definitivamente transfere o comando do grupo para Lampião e se retira para Goiás, voltando a Serra Talhada apenas em 1971. Nessa ocasião, Sebastião pôde visualizar uma cidade comercial e próspera sob o domínio dos Carvalhos e demais famílias comerciantes do município. Coube aos Pereiras enaltecerem seu passado de poder e prosperidade, das fazendas, do algodão, do coronelismo e conviver atualmente numa Serra Talhada como grande centro comercial de Pernambuco. Cidade de duas famílias que de tanto se esforçarem para manter a separação acabaram provocando uma união eterna, pois em Serra Talhada, nos dias atuais, não se pronuncia o nome de uma família dissociada da outra, principalmente pela existência do tronco familiar Pereira de Carvalho, resultado das duas principais famílias colonizadoras do interior pernambucano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar o conflito de quase cem anos entre as famílias Pereira e Carvalho em Serra Talhada é, acima de tudo, pensar a própria História desse Município sertanejo. As ações estabelecidas naquele espaço, por cada uma das famílias, prescreviam estratégias ou técnicas (SANTOS, 2008) de consolidação de bases de poder de longo prazo, no sentido de que cada relação social construída por Pereiras ou Carvalhos, visava a elaboração das condições materiais e imateriais favoráveis ao estabelecimento da hegemonia do grupo familiar.

Buscamos na história desse conflito, demonstrar em que medida a guerra entre Pereiras e Carvalhos (1838 - 1930) no sertão do médio Pajeú Pernambucano, acabou representando um importante episódio de espacialização das relações de poder da história do Brasil, entre duas importantes famílias de colonos portugueses que se estabeleceram nessa área durante o processo de interiorização das atividades econômicas da Coroa portuguesa a partir do início do século XVI. Na medida em que se estabeleciam no Pajeú, já no século XVIII, Carvalhos e Pereiras trataram logo de elaborar a configuração espacial de seus domínios, territorializar o poder familiar, de modo que atendesse aos seus interesses e a partir dela estabelecer mais território. Ou seja, Pereiras e Carvalhos lançaram mão da imaterialidade territorial das relações sociais, estabelecidas durante o período colonial, com a própria Coroa e com outras famílias nobres da nossa Metrópole, com o objetivo de conseguir a posse dos seus territórios materiais no interior pernambucano, isto é, fazendas e mais fazendas que denotavam controle e (ou) domínio sobre demais indivíduos e grupos de indivíduos que passaram a depender do poder dessas duas famílias mandatárias.

Vindos da Bahia e herdando terras da Casa da Torre dos Garcias D'Ávila na margem pernambucana do Rio São Francisco, os Carvalhos se territorializaram na parte mais ao sul do sertão pernambucano e foram, no decorrer dos séculos XVIII e XIX, espacializando seus interesses em direção ao norte do sertão onde ficava localizada Serra Talhada. Os Pereiras por sua vez, tiveram acesso ao sertão pernambucano vindos do Ceará, da região dos Inhamuns e se estabeleceram na parte mais ao norte do sertão pernambucano, conquistando, no decorrer dos séculos XVIII e XIX, mais terras e poder na região de Serra Talhada. Serra Talhada, portanto, foi o ponto de encontro dessas duas famílias e o eixo das suas relações de poder, bem como, do seu conflito pessoal.

A espacialização das relações de poder entre Pereiras e Carvalhos no Pajeú pernambucano não seria concebível sem as ações de outros grupos familiares que passaram a

gravitar em torno dessas duas famílias que acabaram por representar o que chamamos aqui de relações entre família polos e famílias satélites. As famílias polos em questão estabeleciam sua territorialidade imaterial na medida em que envolviam mais e mais famílias, de menor prestígio, na dependência de seu poder. Essas famílias satélites orbitavam social e geograficamente a família polo, a fim de conseguir proteção e meios de sobrevivência numa sociedade especialmente agrária. As próprias habitações dessas famílias eram construídas nos espaços periféricos das imensas terras das famílias polos, estas, por sua vez, habitavam as áreas centrais das suas fazendas, configurando assim, geograficamente falando, a nossa noção de famílias polos e famílias satélites.

No campo social, as famílias satélites orbitavam as famílias polos e se submetiam ao seu poder, não por imposição das famílias mandatárias, mas por uma série de negociações estabelecidas entre essas famílias. O poder das famílias polos não se expressava como uma força que dizia não, que impunha determinações às famílias satélites. Essas famílias de menor prestígio se utilizavam do poder da família polo para conseguir suas vantagens cotidianas, tais como, acesso a água, atendimento hospitalar, acesso a educação, acesso a grãos e sementes para o cultivo da terra e demais benefícios conseguidos junto a família polo com o governo provincial. Estabeleciam também, alianças importantes com as famílias polos através das negociações de casamentos e compadrios promovendo, entre outras, a prática comum no interior da colônia em que o fazendeiro, o senhor, era padrinho de batismo de todos os meninos e meninas que nasciam entre as famílias que orbitavam a família polo. Tais práticas ajudaram a consolidar essa relação de colaboração mútua entre famílias do sertão do Pajeú pernambucano, a relação entre famílias polos e famílias satélites.

A partir das divergências políticas entre Liberais e Conservadores no Brasil de meados do século XIX, Pereiras e Carvalhos deram início a sua guerra particular que só se encerrou durante os anos de 1930. O marco zero desse conflito foi promovido no ano de 1838, durante o Período Regencial da História do Brasil e a partir dele, uma série de mortes entre Pereiras e Carvalhos provocaram o acirramento do ódio e da vingança no sertão do Pajeú pernambucano, onde Vila Bela (antiga e posterior Serra Talhada) era o eixo dessa disputa entre os grupos familiares.

Em Pernambuco, no século XIX, o poder do Partido Conservador era protagonizado pela liderança da família Cavalcanti do Recife, de tal modo que durante este período uma quadra popular que circulou em impressos da capital dizia: “*Quem viver em Pernambuco, não há de viver enganado, que há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado*”. Os Cavalcantis, do Partido Conservador, tinham como aliados no Pajeú a poderosa família Pereira, que recebia

“carta branca” das lideranças da capital para mandarem e desmandarem no sertão. Porém, contavam com forte oposição dos Liberais sertanejos que eram maioria na Comarca de Flores, a qual pertencia Serra Talhada. Os Liberais eram liderados em Serra Talhada pela família Carvalho, justamente a maior inimiga dos Pereiras. Neste sentido, a partir de 1848, enquanto eclodia na capital o Movimento da Praia entre Liberais e Conservadores, no sertão, disputavam o controle da Câmara Municipal de Flores os Liberais e Conservadores sertanejos, isto é, Carvalhos e Pereiras respectivamente.

A disputa pelo comando da principal Comarca do interior termina em 1851, com a vitória dos Conservadores na capital pernambucana e com a vitória da família Pereira no interior, que conseguiu com o apoio dos Conservadores de Recife, força política necessária para consolidar o projeto de emancipação política do distrito de Serra Talhada, desmembrado do município de Flores e substituindo-a em importância política. Inventava-se, portanto, sob o comando dos Pereiras de Serra Talhada, o Município de Vila Bela, em 06 de maio de 1851.

A principal condição para a oficialização de Vila Bela como sede de Comarca era a construção dos espaços físicos do centro urbano, casas das famílias, cartório de ofícios, cadeia pública, prédio da Câmara Municipal, Prefeitura, etc. Diante disso, a família Pereira liderou a adesão de demais famílias pajeuenses, entre elas os Carvalhos, a fim de garantir a aprovação do projeto de emancipação da cidade. Aquele espaço urbano, recém-criado, era possuidor de excelente localização geográfica, o que beneficiou a sua vocação para a atividade comercial. Foi a partir desse movimento de empreendimento urbano-capitalista em Vila Bela, que tivemos o início do domínio dos Carvalhos naquele espaço e o conseqüente declínio da poderosa família Pereira, uma família agrária e rural por definição.

Com a urbanização das relações sociais no espaço vilabelense, urbanizou-se também a guerra entre Pereiras e Carvalhos. Em 1905, em plena feira da cidade, ao meio dia, Antônio Clementino de Carvalho provoca a morte, a tiros, de Manuel Pereira Maranhão, esse fato desencadeou uma série de ordens de vingança que vieram a intensificar ainda mais o conflito entre as famílias no século XX e a proporcionar, inclusive, o surgimento de grupos armados para a proteção dos grupos familiares, temos, portanto, uma das causas para o surgimento dos grupos de cangaceiros no Pajeú Pernambucano, entre eles, o próprio grupo de Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião.

Diante da importância comercial e do processo de territorialização da família Carvalho no espaço urbano de Vila Bela no início do século XX, os Pereiras acabam se desterritorializando daquele espaço e promovendo a ação de uma máquina de guerra, grupos de cangaceiros, a fim de combater as estruturas internas ao Estado nas quais haviam se

inserido os Carvalhos. Ou seja, se as ações ou atividades da família Carvalho havia sido sedentarizada em Vila Bela, os Pereiras se inserem no nomadismo e na vida dos não-lugares, dos territórios de agenciamento, dos ataques relâmpagos a vilas e fazendas e das fugas constantes, explorando de forma ainda mais ampla os espaços rurais do sertão do Pajeú que acaba se configurando como espaço majoritário das ações da família Pereira, enquanto a família Carvalho dominava a cidade.

Desse modo, Pereiras e Carvalhos que iniciaram suas questões de ódio e vingança ainda no século XIX e num espaço especialmente agrário, presenciaram as transformações de um País, que por via do advento republicano e do seu desenvolvimento durante o século XX, provocou a ascensão de um novo modelo de vida, de relações mais estreitas, mais intensas, num espaço de menores dimensões, isto é, a cidade e o modo de vida urbano-capitalista. No qual um dos lados, os Carvalhos, conseguiu fazer a leitura social das transformações, provocando a resignificação das relações sociais e da própria (re) elaboração espacial. O outro lado, por sua vez, os Pereiras, resistentes as transformações inevitáveis, ainda que tivessem tentado, haviam “ficado para trás”, envolvidos nas relações de outrora, baseadas na sociedade patriarcal das grandes fazendas, da família secular, da atividade agrária, da vastidão de terras que existiam principalmente para a evocação de um passado que foi ficando cada vez mais distante. E a guerra entre as famílias, acabou representando um conflito entre espaços, o campo e a cidade.

Foi assim, conforme contamos aqui, que se deu a História da espacialização das relações de poder entre Pereiras e Carvalhos no sertão do médio Pajeú pernambucano e principalmente na cidade de Serra Talhada (Vila Bela volta a se chamar assim após 1931). Cidade esta, que a partir do conflito entre Pereiras e Carvalhos, passando ainda pela trajetória do cangaço lampiônico, continua a viver e sobreviver, enquanto produto midiático, dos discursos que a elaboraram como terra de gente valente, gente destemida, em outras palavras, terra de “cabra macho” e acima de tudo terra de parentes e de relações familiares tensas e intensas. Motivando inclusive a manchete do jornal Diário de Pernambuco de 03 de abril de 2014 que dizia: “*Faroeste moderno: Briga de família é principal hipótese por trás de onda de homicídios em Serra Talhada*”.

A manchete tão atual do principal jornal impresso do Estado de Pernambuco, não poderia deixar de ser utilizada como o nosso ponto de partida, no tempo presente, para buscarmos no passado os elementos que constituíram essa sociedade e que serviram de base para que pudéssemos construir a narrativa dos eventos que marcaram historicamente a cidade

de Serra Talhada e principalmente a guerra quase que secular entre as famílias Pereira e Carvalho.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

LIVROS:

ABREU, J. C. de. *Caminhos antigos e povoamentos do Brasil & capítulos de história colonial*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1982.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz – *O feudo, a casa da torre de Garcia D`ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil* – Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

CALMON, Pedro – *História da Casa da Torre* – Coleção Documentos Brasileiros. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1939.

COSTA, Gutemberg Medeiros – *Gota de sangue num mar de lama, (visão histórica e sociológica do cangaço)* - Natal / RN, gráfica Santa Maria, 1992.

CUNHA, Euclides da – *Os Sertões*, Rio de Janeiro / RJ, editora Record – 2ª edição, 2000.

FERRAZ, Álvaro – *Floresta: Memórias de uma cidade sertaneja no seu cinquentenário* – Cadernos de Pernambuco, Recife – PE, Secretaria de Educação e Cultura, 1957.

FONSECA, Antônio José Vitoriano Borges da – *“Nobiliarquia Pernambucana”* - Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1935.

GRUNSPAN-JASMINE, Elise - *Lampião: Senhor do Sertão: vidas e mortes de um cangaceiro* - Tradução Maria Celeste Franco Faria Marcondes e Antônio de Pádua Danesim – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

MACEDO, Nertan – *Sinhô Pereira: O Comandante de Lampião* – Rio de Janeiro/ RJ, Editora Renes, 1975.

MACIEL, Frederico Bezerra – *Lampião, Seu tempo e seu reinado, I as origens* – Petrópolis – RJ, Editora Vozes, 2º edição, 1985.

MELO, Mário – *Origem de algumas famílias pernambucanas* - Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico pernambucano, vol. XXVIII, ns. 131 a 134, 1927.

MELLO, Frederico Pernambucano de – *Guerreiros do sol, violência e banditismo no Nordeste do Brasil* – São Paulo – SP, A girafa editora, 2004.

MONTEIRO, Delarme, *Vida e Morte de Lampião*, João Pessoa, MEC/PRONASEC RURAL – UFPB, 1981, p. 08.

SÁ, Luiz Conrado de Lorena e – *Serra Talhada 250 anos de história 150 anos de emancipação política*, Serra Talhada / PE, Sertagráfica, 2001.

NOGUEIRA, V. José. *São José do Belmonte*. Recife: FIDEM/CEHM, 1999.

SOBRINHO, José Alves – *Lampião e Zé Saturnino (16 anos de luta)* – Recife / PE, Ed. Bagaço, 1996.

TORRES FILHO, Geraldo Ferraz de Sá – *Pernambuco no tempo do cangaço (Antônio Silvino, Sinhô Pereira, Virgulino Ferreira “Lampião”) Um bravo militar: a vida e a época do tenente coronel Theophanes Ferraz Torres: 1894 – 1925*. CEHM (1ª edição, 2002) v.1 – Coleção tempo municipal – Recife – PE, Editora Bagaço, 2011.

WILSON, Luís – *Vila Bela, os Pereiras e outras histórias*, Recife / PE, Ed. Universitária, 1974.

JORNAIS E REVISTAS:

Diário de Pernambuco, Recife, 1º de agosto de 1997.

Diário de Pernambuco, Recife, 03 de abril de 2014.

Revista assinada - *Aventuras na História*, Editora abril, Edição 84: Julho, 2010.

Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico pernambucano, vol. XXVIII, ns. 131 a 134, 1927.

DOCUMENTOS OFICIAS:

Inquérito Policial de 05 de setembro de 1917. 14º Batalhão de Polícia do Estado de Pernambuco.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional*. Recife: Bagaço, 2008.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____. *Novas reflexões sobre a dominação masculina*. In: LOPES, M. J. M.; MEYER, D. E.; WALDOW, V. R. (Orgs.). *Gênero e saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 28-40.

_____. *O poder simbólico*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRUNET, Roger. *Le déchiffrement du monde. Théorie et pratique de la géographie*. Paris: Belin, 2001.

_____. CASTRO, Celso Antônio Pinheiro de / FALCÃO, Leonor Peçanha – *Ciência Política: Uma Introdução* – São Paulo – SP, Editora Atlas S.A, 2004.

DELANEY, D. *Territory: a short introduction*. Malden: Blackwell, 2005.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. *Mille Plateaux*. Paris: Éditions de Minuit, 1980.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Movimentos socioterritoriais e movimentos sócio-espaciais*. *Observatorio Social de América Latina*, v. 16, pp. 273-284. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

_____. *Entrando no território dos territórios*. In: PAULILO, E. T.; FABRINI, J. E. (orgs.). *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-301.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

_____. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. 10ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

_____. *O sujeito e o poder*. In: RABINOW, P.; DREYFUSS, H. Michel Foucault: *uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

LEFEBVRE, Henri. *Espacio y Política*. Barcelona, Península, 1976.

_____. *La Production de l'espace*. Paris: Ed. Anthropos, 1974.

MACHADO, Roberto. *Por uma genealogia do poder*. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981. p. 07-23.

MISOCZKY, M. C. A. *O poder na metáfora do jogo: uma leitura de Bourdieu e Matus influenciada por Gadamer*. In: _____. *O campo da saúde após a Constituição de 1988: uma narrativa de sua produção social*. Porto Alegre: Dacasa, 2002.

OLIVEIRA, Pêrsio Santos de - *Introdução à sociologia*, 17 ed. Editora ática, São Paulo – SP, 1997.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

ROCHER, Guy - *Talcott Parsons e a sociologia americana*. Trad. Olga Lopes da Cruz. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção* - 4. ed, 4. reimpr. - São Paulo: EDUSP, 2008.

_____. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.

SOUZA, M. J. L. de. *O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento*. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (org). *Geografia: conceitos e temas*. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 77 - 116.

VILA NOVA, Sebastião - *Introdução à Sociologia*. – 6. ed. rev. e aum. – São Paulo: Atlas, 2009.

VILLELA, J. M & MARQUES, A. C. 2002 "*Sobre circulação de recursos nas eleições municipais em Pernambuco*", in HEREDIA, B., TEIXEIRA, C., BARREIRA, I. (orgs.), *Como se fazem eleições no Brasil*, Rio de Janeiro, Relume - Dumará, p. 63-101.

WACQUANT, L. J. D. *Toward a social praxeology: the structure and logic of Bourdieu's sociology*. In: BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. J. D. *An invitation to reflexive sociology*. Chicago: Chicago University, 1992. p. 01-59.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.

_____. *Ensaio de sociologia*. 2 ed. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.